



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

VITORIA DUARTE BEZERRA

**“ATÉ MESMO APÓS A MINHA MORTE, EU NÃO SEREI CAPAZ DE
ESQUECER”: AS “MULHERES DE CONFORTO” SUL-COREANAS ENTRE OS
MARTELOS DA COLONIALIDADE, DOS REVISIONISMOS E NEGACIONISMOS
HISTÓRICOS (1990-2010)**

**CAJAZEIRAS – PB
2024**

VITORIA DUARTE BEZERRA

**“ATÉ MESMO APÓS A MINHA MORTE, EU NÃO SEREI CAPAZ DE
ESQUECER”: AS “MULHERES DE CONFORTO” SUL-COREANAS ENTRE OS
MARTELOS DA COLONIALIDADE, DOS REVISIONISMOS E NEGACIONISMOS
HISTÓRICOS (1990-2010)**

Monografia referente a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

Orientador/a: Prof^ª. Dr^ª. Ana Lunara da Silva Morais

**CAJAZEIRAS – PB
2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

B574a Bezerra, Vitoria Duarte.
“Até mesmo após a minha morte, eu não serei capaz de esquecer”: as
“mulheres de conforto” Sul-Coreanas entre os martelos da colonialidade, dos
revisonismos e negacionismos históricos (1990-2010) / Vitoria Duarte
Bezerra. – Cajazeiras, 2024.
98f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lunara da Silva Morais.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2024.

1. Mulheres sul - coreanas. 2. Negacionismo. 3. Mulheres sexualmente
escravizadas. 4. “Mulheres de conforto”. 5. Revisonismo. 6. Colonialidade.
7. Traumas - história das mulheres. I. Morais, Ana Lunara da Silva. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 94 - 055.2


Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

VITORIA DUARTE BEZERRA


**“ATÉ MESMO APÓS A MINHA MORTE, EU NÃO SEREI CAPAZ DE
ESQUECER”: AS “MULHERES DE CONFORTO” SUL-COREANAS ENTRE
OS MARTELOS DA COLONIALIDADE, DOS REVISIONISMOS E
NEGACIONISMOS HISTÓRICOS (1990-2010)**

Aprovado em: 02/12/2024


COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ANA LUNARA DA SILVA MORAIS
Data: 03/12/2024 15:25:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Ana Lunara da Silva Morais - UFCG
UFCG (orientadora e presidente da banca)

Documento assinado digitalmente
 SILMÁRIA REIS DOS SANTOS
Data: 03/12/2024 15:39:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.a Dra. Silmária Reis dos Santos - UFCG
(Examinadora Interna)

Documento assinado digitalmente
 LUCAS GOMES DE MEDEIROS
Data: 03/12/2024 16:38:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Lucas Gomes de Medeiros
UFCG (Examinador Externo)

**CAJAZEIRAS – PB
2024**

*Dedico este trabalho ao meu avô e pai (In
memorian)! Mesmo diante de sua partida
ainda tão dolorosa, a sua presença ainda
vive em meu coração*

AGRADECIMENTOS

“A vida é um a palavra que as vezes você não pode dizer e a cinza é uma coisa que algum dia todos nós seremos. Quando o amanhã chegar, o que irá ser diferente? Por que o amor e ódio soam iguais para mim?”. Este trecho tem reverberado e ecoado na minha mente nos últimos anos, na voz de Kim Namjoon, cantor sul-coreano, acabou por se tornar uma espécie de mantra, um que carrego comigo e sempre que as ouço lágrimas caem, estas que carregam o peso de estar aqui, agradecendo por tudo e por todos que estiveram presentes durante minutos, horas, meses e anos desta dura jornada.

Início agradecendo a minha avó e mãe, Robertina Santana Duarte Bezerra, minha fortaleza, mulher resistente e persistente que me acolheu em seus braços e até hoje nunca me desamparou, me ensinado a ter paciência e coragem mesmos durante dias turvos. Ao meu avô e pai, Gabriel Teixeira Bezerra (o famoso Tiquinho), que não se encontra mais entre nós, mas, deixou na memória vividas lembranças, pois, ainda consigo me lembrar do som que o trator que dirigia fazia ao passar na frente de casa durante a minha infância. Sinto imensas saudades suas e espero que de onde estejas, o senhor veja até onde minhas mãos conseguiram alcançar. Tenho um orgulho imensurável percorrendo minhas veias, pois é, reconfortável saber que fui criada por vocês durante os últimos vinte e cinco anos da minha vida.

Agradeço a Francisca Rebeca Gomes Teixeira, minha prima, irmã, afilhada e *soulmate*, sempre fomos unha e carne, mesmo durante as brigas de infância. Foi entre *picuinhas* e criancices que a nossa amizade foi forjada e isto nos tornou inseparáveis. Sou grata por tela presente em minha vida e pelas conversas supérfluas que temos quase todos os dias. A desejo o mundo, pois ela o merece. Ao meu irmão, Felipe Duarte dos Santos, garoto reservado e trabalhador, agradeço pelos pequenos encontros que tivemos nos últimos anos, muitas vezes, momentâneos, mas, que deixaram o gosto das risadas ainda presente.

Agradeço a minha tia de coração, Maria Betânia Gomes por ter me ensinado a entender palavras e como consequência compreender o mundo a minha volta. Obrigada por ser um dos primeiros exemplos da profissão que hoje tenho tanta apressa. Ser professor/ra não é algo fácil, mas, a perseverança e o carinho são chaves importantes para que possamos continuar a lutar.

Dito isto, não posso deixar de mencionar a minha segunda família, está que não é de sangue, mas, que se tornou uma parte muito especial da minha vida. Por isso, agradeço a minha amiga de infância Alanna Soares de Moraes, minha outra irmã, que me apoiou com suas palavras sinceras, gentis e que sempre quando pode estender o seu ombro para ouvir o que tenho a dizer.

Agradeço também ao meu amigo Caique Vitoriano, figura marcante e singela da minha adolescência, partilhamos gostos parecidos e sempre nos vemos ocorre conversas reconfortantes.

Agradeço a Mariana Valença Felix, Taywany Gomes Alves e Emanuele de Freitas Freire amigas e colegas de curso e que aqui as palavras não serão suficientes para descrever todo apreço que foi construído ao longo das nossas relações. Tudo é um sentimento grande e infinito, vocês foram e são imprescindíveis para o meu presente. Cada troca e risada que tivemos e que temos, sempre estarão enraizadas no meu coração. E com isso, deixo um espaço pequeno e acolhedor reservado para agradecer aos meus amigos Darlene Ferreira Nunes, José Carlos Lacerda e Vitória Sarmento, sem vocês a UFCG não seria o mesmo lugar. Apesar das mudanças de destino que foram acontecendo nestes últimos tempos, vocês se tornaram parte sagrada na minha caminhada e por isso anseio que este sentimento vibre, continue e se torne incomensurável.

Agradeço aos colegas de curso, os que chegaram e os que partiram, durante estes vasto anos de convivência acadêmica. Por isso, deixo registrado aqui os nomes de Nicolas Tavares Lira, Érica de Sousa Teles, Vitória Moreira, Maria Fernanda Parnaíba, Emanuel Lucas Dos Santos Silva, Ranieri Lima; Valdileide Bento, Eduardo Vieira, Talita Felix, Kaliene Batista, Bianca Vieira, Marina Palácio e aos demais que são parte desta extensa lista. Foi através das conversas jogadas fora no corredor, das partidas de uno, das reclamações sobre o cansaço de fim de semestre e os anseios acerca do futuro que todos nós reunimos e almejamos aos universos que os nossos sonhos sejam alcançados.

Agradeço aos professores do curso de História da UFCG, pela sua diligência e paciência para guiar os futuros professores e professoras em ciclo de formação na instituição. Dito isto, não poderia deixar de destacar figuras que foram importantes para que este TCC ganhasse vida. Agradeço ao professor Francisco Firmino Sales Neto, pelos conselhos e mentoria durante as disciplinas de projeto, acredito que sem as suas palavras este trabalho, provavelmente não existiria. Agradeço a Camila Corrêa Dantas, por ajudar a moldar esta pesquisa. Sua sabedoria foi de estimada importância para a minha formação pensante durante o curso. Agradeço também a Rosilene Alves de Melo, pois, apesar das poucas conversas que tivemos, todas as trocas sobre a produção deste trabalho foram esperançosas e positivas.

Por fim agradeço, Ana Lunara da Silva Morais, minha orientadora, por ter sido paciente, compreensiva e cuidadosa durante o percurso dessa jornada. Por ter aceitado este trabalho e ter tido confiança em mim. Palavras jamais serão suficientes para expressar minha singela gratidão por tudo que fizestes.

A todos muito obrigada e lembrem-se “vai passar, algum dia, definitivamente, certamente, vai passar...” (RM).

“Eles querem que você se ocupe em ir para o lado “certo” da história
Para mantê-lo longe do lado de dentro da história”

Epik High

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa as “mulheres de conforto” sul-coreanas, escravizadas sexualmente durante o período de ocupação colonial japonesa na Península, entre os anos de 1910 e 1945, através dos revisionismos e negacionismos históricos que rodeiam a historiografia do tema na contemporaneidade, em diálogo com Pierre Vidal-Naquet (1987), Rollemberg e Cordeiro (2021), entre outros. Para fomentar tal discussão, analisa-se a existência de uma colonialidade (do poder, do ser, do conhecimento, da memória, da mídia, etc.) presente na atualidade da sociedade coreana que constroem discursos e impedimentos (Paul Ricouer, 2007) para que as memórias e os traumas das sobreviventes sejam ouvidos e seus pedidos por reparação atendidos. Este debate terá como base de sustentação teórica os autores Jordi Serrano-Munõz (2021), Luciana Ballestrin (2013); Ramón Grosfoguel (2011), entre outros que irão contribuir para a proposta de um giro decolonial na Ásia. Dito isto, utilizaremos fontes jornalísticas nacionais pertencentes a Coreia do Sul e ao Japão, como por exemplo, o coreano *The Chosun Ilbo* e o japonês *The Mainichi*, fazendo assim um estudo das narrativas presentes nos textos dos jornais escolhidos entre as décadas de 1990 até meados de 2010, com o intuito de compreender a existência dos negacionismos e revisionismos históricos que assolam a história das “mulheres de conforto” e as relações entre a Coreia e o Japão.

Palavras-chave: “Mulheres de conforto”; Revisionismo; Negacionismo; Colonialidade; Memória.

ABSTRACT

This Final Paper analyzes the South Korean “comfort women” who were sexually enslaved during the period of Japanese colonial occupation of the Peninsula, between 1910 and 1945, through the historical revisionisms and denialisms that surround the historiography of the subject in contemporary times, in dialogue with Pierre Vidal-Naquet (1987), Rollemberg and Cordeiro (2021) and others. In order to foster this discussion, we will analyze the existence of a coloniality (of power, of being, of knowledge, of memory, of the media, etc.) present in current Korean society, which constructs discourses and impediments (Paul Ricoeur, 2007) so that the memories and traumas of the survivors can be heard and their requests for reparations answered. This debate will have as its theoretical basis the authors Jordi Serrano-Munõz (2021), Luciana Ballestrin (2013); Ramón Grosfoguel (2011), among others who will contribute to the proposal of a decolonial turn in Asia. That said, we will be using national newspaper sources from South Korea and Japan, such as the Korean newspaper *The Chosun Ilbo* and the Japanese newspaper *The Mainichi*, to study the narratives present in the texts of the newspapers chosen between the 1990s and the mid-2010s, with the aim of understanding the existence of the denialisms and historical revisionisms that plague the history of the “comfort women” and relations between Korea and Japan.

Keywords: “Comfort women”, Revisionism; Denialism; Coloniality; Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: OS CAMINHOS DIANTE UMA HISTORIOGRAFIA EM INSURGÊNCIA - OS OLHARES SE VOLTAM PARA AS “MULHERES DE CONFORTO” SUL-COREANAS	15
1.1 OS REVISIONISMOS HISTÓRICOS ENTRE CONCEITOS E TRAJETÓRIAS	18
1.2 O OUTRO LADO DE UMA MESMA MOEDA? O NEGACIONISMO HISTÓRICO	27
1.3 IANFU, THE COMFORT WOMEN, “MULHERES DE CONFORTO” E A TRADUÇÃO COMO VEÍCULO DE DISSEMINAÇÃO DE DESINFORMAÇÃO SOBRE PASSADOS HISTÓRICOS EM MEIO AO CONTEXTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	34
CAPÍTULO 2: AS EPISTEMOLOGIAS HISTÓRICAS E A RESISTÊNCIA CRÍTICA – DECOLONIALIDADE, MEMÓRIA, TESTEMUNHOS E OS TRAUMAS NA HISTÓRIA DAS MULHERES DE “CONFORTO”	39
2.1 DECOLONIALIDADE NA COREIA DO SUL? UM METACONCEITO EM CONSTRUÇÃO PARA AS EPISTEMOLOGIAS DO TRANSPACÍFICO.....	43
2.2 AS VOZES QUE ECOAM PASSADOS CONTINUOS: MEMÓRIAS DECOLONIAIS E A ESCRAVIZAÇÃO SEXUAL DAS MULHERES-COREANAS	55
2.3 ENTRE A VIOLÊNCIA E O DESEJO DE VIVER – OS TRAUMAS DE UM PASSADO VIVO.....	59
CAPÍTULO 3: ATRAVÉS DAS DISPUTAS DE NARRATIVAS - OS ABUSOS DA MÍDIA COMO ESTRATÉGIA PARA O SILENCIAMENTO DOS PASSADOS HISTÓRICOS.....	62
3.1 AS PERSPECTIVAS DO JORNAL COMO FONTE HISTÓRICA – A MÍDIA NA ÁSIA ENTRE OS JORNAIS COREANOS E JAPONESES	64
3.2 INVESTIGANDO OS JORNAIS – FONTES DIGITAIS E A PERPETUAÇÃO DA RETÓRICA REVISIONISTA, NEGACIONISTA E DA COLONIALIDADE DO SABER.....	71
3.2.1 THE CHOSUN ILBO – O EDITORIAL OPONDO-SE AO “YOMIURI” SOBRE AS MULHERES DE CONFORTO	73
3.2.2 THE HANKYOREH – O ANO DA RESOLUÇÃO: O PROBLEMA DAS “MULHERES DE CONFORTO”	76
3.2.3 THE KOREA TIMES - O HOLOCAUSTO ESQUECIDO.....	78
3.2.4 THE JAPAN TIMES - MEMBRO DO LDP ALERTA SOBRE A ENTRADA DE ESCRAVA SEXUAIS EM TEXTOS.....	81
3.2.5 THE MAINICHI - 2 EX- “MULHERES DE CONFORTO” DA COREIA DO SUL EXPRESSAM OPOSIÇÃO AO ACORDO BILATERAL	82
3.3 SILENCIAMENTOS, COLONIALIDADE, REINTERPRETAÇÕES E NEGAÇÃO - UMA REFLEXÃO SOBRE A AÇÃO HISTÓRICA NO PRESENTE.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o contato com a cultura de outros países tem proporcionado uma abertura mais incisiva para pensarmos e olharmos sobre outras sociedades e, com isso, nos desvencilhamos de amarras pré-estabelecidas sobre elas. Com isso, nasce nas universidades o interesse de pesquisar sobre temas que vai além da Europa, este é o caso dos Estudos Coreanos, nos últimos anos. A entrada do soft power no país através da cultura (música, cinema, dramas, produtos de beleza etc.), fomentaram espaços para que a pesquisa acerca desses territórios se torna-se mais incisiva, ou seja, saímos de produções mais econômicas e entramos nas análises mais sociais e históricas.

Essas mudanças de paradigmas estão muito conectadas com as críticas epistemológicas sobre o olhar do Ocidente acerca do Oriente, como colocado por Edward Said (2007), já que construções imagéticas foram perpetuadas pelo conhecimento ocidentalista, mascarando assim, as histórias que essas sociedades proporcionam. Dito isto, este trabalho voltará suas análises as chamadas “mulheres de conforto”, sobreviventes da violência sexual imposta aos seus corpos durante a colonização da Península coreana pelo Japão entre os anos de 1910 até 1945.

A terminologia das mulheres de “conforto”, tradução do inglês “*comfort women*”, é alvo de polêmicas. O termo é um eufemismo para a prostituição na língua japonesa *ianfu*, ou seja, é uma palavra que associa essa violência a uma prática de serviço sexual, contudo, não era isso que ocorria no chamado “sistema de conforto”. Este sistema foi estabelecido durante os anos iniciais dos conflitos na região do Pacífico, entre 1932 até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. O sistema era utilizado para satisfazer violentamente as necessidades sexuais dos militares japoneses durante os conflitos de guerra. As mulheres, em sua maioria jovens, eram enganadas, através uso de promessas por emprego ou através de raptos feitos por homens que iam em busca de “recrutá-las”.

O “sistema de conforto” não era regido em um único espaço, a maioria dessas mulheres eram retiradas dos seus próprios territórios e enviadas para outras localizações na Ásia, ou seja, era seguido de acordo com a movimentação do exército japonês. A violência que as mulheres sofriam ia além da física, com os estupros constantes, havia também as violências psicológicas, tanto por parte dos japoneses quanto por parte da guerra. O que não havia era espaço para fugas, as tentativas eram pagas com espancamentos e morte.

Ao passar dos anos os conflitos foram cessando e com a derrota da Alemanha Nazista, temos a queda do colonialismo japonês e o início de uma nova era na Península Coreana, está

que será marcada por ocupações dos Estados Unidos e da União Soviética, nos lados sul e norte do país, prosseguindo com a Guerra das Coreias (1950-1953) e a divisão até os anos de ditadura militar que tiveram fim no final dos anos 80. Em meio a estes acontecimentos, teremos em 1991 o depoimento da sul coreana Kim Hak-sun que colocou o tema das mulheres de “conforto” no mapa dos crimes de guerra perpetrado pelo Japão Imperial.

Contudo, este tema é alvo de controvérsias para ambos os países pois toca em passados sensíveis e visíveis. Dado isto, este fato irá se ligar com o crescimento dos revisionismos históricos que ocorreram no pós-guerra e conseqüentemente com a vertente do negacionismo histórico que tomará uma guinada no século XXI. A época do pós-guerra para as nações que foram inseridas no conflito era sinônimo de reconstrução. No caso do Japão, além de se reerguerem, havia a necessidade de voltar a sua glória politicamente e com isso se distanciar de um passado problemático. Entretanto, não seria fácil se desvencilhar deste passado. As discussões diplomáticas e de memória que rondam o tema das mulheres de “conforto”, os testemunhos e as memórias das sobreviventes, continuarão a perseguir o Estado japonês.

Parto deste contexto para discutir e analisar revisionismos e negacionismo que rondam a memória e a história das mulheres de “conforto” coreanas. Para tal, é utilizado jornais de plataformas nacionais de ambos os países (Coreia e Japão) e que circularam durante as décadas de 1990 até meados da década de 2010, buscando assim, contribuir para o reconhecimento das memórias das sobreviventes e combater as políticas de silenciamentos que são exercidas sobre elas. A discussão aqui irá permear os temas da decolonialidade e colonialidade que estão inseridas na Coreia, a partir de aspectos do colonialismo japonês que ainda persiste na região e o ligando eventualmente aos traços dos revisionismos e negacionismos históricos.

Deste modo, no primeiro capítulo, intitulado **Os caminhos diante uma historiografia em insurgência - os olhares se voltam para as “mulheres de conforto” sul-coreanas**, será desenvolvido a discussão acerca dos estudos coreanos no Brasil, pois não há como, adentrar o tema da pesquisa, sem antes entender os caminhos que levaram até ela. Com isso, busco apresentar a importância desta discussão como parte relevante da pesquisa histórica. Partindo disso, o capítulo ainda irá abordar os temas do negacionismos e revisionismos históricos, onde será tratado os seus conceitos e suas perspectivas históricas para o mundo contemporâneo. Ao final desta primeira parte introduzirei a temática da tradução como parte das discussões que se veiculam as práticas de revisar e negar acontecimentos

Em seguida, no segundo capítulo, chamado **As epistemologias históricas e a resistência crítica – decolonialidade, memória, testemunhos e os traumas na história das mulheres de “conforto”**, será abrangido três pontos cruciais a discursão da decolonialidade na

Coreia e aqui partimos de uma proposta feita pelo autor Jordi-Serrano Muñoz com o seu artigo *Decolonial Theory in East Asia? Outlining a Shared Paradigm of Epistemologies of the South* (2021), onde ele discute a possibilidade de pesquisa com a decolonialidade para além das fronteiras da América Latina. Partimos assim, para uma discussão teórica envolvendo a Coreia e o Japão, observando as dicotomias existentes a partir da colonialidades do poder (Anibal Quijano, 2000), do ser (Nelson Maldonado Torres, 2007) e do saber (Edgardo Lander, 2005) que regem o presente coreano. Desta forma é proposto a existência de uma certa colonialidade japonesa permeando os espectros da colonialidade ocidental e com isso, levantaremos as bandeiras sobre decolonização da memória e a existência dos traumas no tema das mulheres de “conforto”.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado, **Através das disputas de narrativas - os abusos da mídia como estratégia para o silenciamento dos passados históricos**, passaremos para a análise dos jornais coreanos e japoneses. Contudo, faz-se necessário que apontemos que essas fontes não são simplesmente fontes digitalizadas, são republicações digitais feitas nos sites jornalísticos. Posto isto, a suas investigações caminhará entre as análises de periódicos, bem como, das narrativas estabelecidas em seus textos e para isso é elencado a associação entre o Estado e os conglomerados de mídia, além de acentuarmos as ideologias que estão sobre eles e que afetam a historicidade das mulheres de “conforto”.

CAPÍTULO 1: OS CAMINHOS DIANTE UMA HISTORIOGRAFIA EM INSURGÊNCIA - OS OLHARES SE VOLTAM PARA AS “MULHERES DE CONFORTO” SUL-COREANAS

Os debates que cercam os estudos asiáticos na história do tempo presente são permeados de percalços já estabelecidos por uma ciência que perpetua o viés eurocentrista no qual estivemos por muito tempo conectados, principalmente, nas formas em que o/a historiador/a analisa acontecimentos/fatos históricos proeminentes de determinados espaços e indivíduos que não se localizavam dentro da perspectiva Europa/Estados Unidos, ou seja, o Ocidente. Desse modo, ao voltarmos no crescente embate que se formou na última década em torno das narrativas propostas por um viés ocidentalista, constatou-se que os debates que envolvem esta visão única da história, que faz usos de estereótipos acerca das outras faces da escrita historiográfica, acabam por não se encaixar dentro da perspectiva do sul-global.¹

Conseqüentemente, as mudanças de paradigmas que se construíram através da historiografia crítica, realçaram abordagens teóricas que colocaram fatos históricos e personagens que se encontravam nos limbos da história sob a luz de um novo horizonte. Os estudos da história da Ásia, principalmente os ligados aos estudos subalternos (1982-2000), proposta por intelectuais indianos, como: Dipesh Chakrabarty, Ranjit Guha e Gayatri Chakravorty Spivak, assim como, os escritos críticos ao Orientalismo, que tem como patrono, o intelectual Edward Said, trouxeram à essa história única, onde a epistemologia eurocêntrica analisava a história da Ásia sob as lentes supérfluas e estigmatizantes, perpetuando assim uma historiografia colonialista e de base imperial, a proposta de olhar para outros fatos históricos que ultrapassam as fronteiras do Ocidente.

O rompimento com essa escrita histórica ocidentalista, trouxe para a área dos estudos asiáticos configurações que colocam os pesquisadores do sul-global como seus principais produtores, trazendo assim, novas epistemologias e metodologias de análises para os passados proposto pela cosmovisão eurocêntrica. No Brasil, por exemplo, esta área de pesquisa cresceu exponencialmente nos últimos anos, sobretudo, em decorrência do soft power asiático. Segundo

¹ A corrente da história global, em ascensão desde o final do século XX, tem como objetivo, segundo Sebastian Conrad (2016, p.13-15), mostrar que os processos de análises que os historiadores empregavam para observar o passado não se configuravam como adequadas, mediante o quadro da globalização, este que firmou uma provocação nas ciências sociais e nas narrativas hegemônicas, demonstrando assim, a existência de uma rede interação e entrelaçamentos, que pretendiam romper com a história nacionalista e fragmentada, através de uma lente mais ampliada e, conseqüentemente, inclusiva. O uso do termo sul-global, deste modo, está ligado às nações do hemisfério sul e que estão em desenvolvimento. Contudo, este conceito pensa o Sul para além da zona geográfica, visando assim, demonstrar/questionar quais espaços e seus personagens acabariam por serem classificados como “globais”, dado o quadro da larga escala da investigação histórica proposta por essa história global. (Ferri, Gil Karlos, 2022).

Cristiane Oliveira (2023), em seu artigo intitulado O soft Power asiático e sua influência no mundo:

O termo soft power, desenvolvido pelo teórico neoliberal Joseph Nye, surgiu a partir da necessidade de analisar as mudanças da política estadunidense após o fim da guerra-fria. Segundo Nye, o soft power ou poder brando é “a capacidade de obter os resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-los” (NYE, 2002, p. 30). Dessa forma, a disseminação da cultura e dos ideais de um país são fundamentais para a garantia de poder e influência no cenário internacional (Oliveira, 2023, s/p).

Essa paisagem de influências geradas pelo investimento nos setores de educação, tecnologia e cultura dos países asiáticos que desejam se posicionar dentro das dinâmicas das relações internacionais, freou os moldes estagnados da política e econômica internacional, colocando a Ásia na mira das mais variadas áreas de estudos. Todavia, obstáculos se fazem presentes na produção de pesquisa. Particularmente no Brasil, se enfrenta sérios problemas em relação aos tipos de fontes, as barreiras da linguagem, bem como, a continuidade do uso de bibliografias eurocêntricas que ainda imperam nos discursos do meio acadêmico brasileiro, inclusive diante da inclusão dos estudos pós-coloniais, descoloniais e decoloniais.

Ainda nessa perspectiva, encontra-se as mais diversas categorias de pesquisas localizadas nos estudos asiáticos, podemos destacar dois, no qual a relevância é pertinente para este trabalho – os estudos japoneses e os estudos coreanos – especialmente ao considerarmos as interconexões existentes nas relações entre Brasil, Japão e Coreia, tanto nos campos políticos, econômicos e culturais, como também nos lugares de construção de identidades e passados dos imigrantes do leste asiático que incorporam a sociedade brasileira. Em vista disso, a reportagem intitulada “O Brasil redescobre Ásia” publicada por Juliana Sayuri Ogassawara, no jornal eletrônico da Universidade Estadual Paulista (UNESP), sumariza bem essa discussão.

“O que antes era visto no Brasil como o nicho do nicho, pouco discutido e pouco abordado em artigos acadêmicos, passou por um aumento absurdo de interesse. A gente vê as pós-graduações abraçando o debate sobre o leste asiático e expandindo agora para uma ideia mais plural de Ásia”, pondera Mazur, que pesquisa a hallyu, a onda cultural sul-coreana. (Mazur, Daniela apud Ogassawara, J. S, 2022).

Os temas/tópicos que permeiam o passado e o presente das sociedades asiáticas se alastram para os campos de pesquisa diversos na produção acadêmica brasileira mais atual. Em meio a inúmeras possibilidades de realidades e culturas, a produção de conhecimentos nessa área, devem ser observados através de ângulos menos uniformes, ou seja, surge a necessidade do pesquisador multiplicar o seu horizonte de expectativa, destacando assim, não apenas as

experiências de passados triunfantes de personagens ou eventos de grande eloquência da historiografia da Ásia, mas, apontar as existências dos problemas que coexistem no passado histórico dessas sociedades e que ainda reverberam na contemporaneidade das relações no continente.

O panorama colocado por essa historiografia, que está em constante movimento, irá ser exposto nesta pesquisa através do campo de estudos coreanos, em específico, a temática acerca das chamadas “mulheres de conforto”² coreanas, escravizadas sexualmente pelo exército militar japonês entre 1932 e 1945 e que por consequência, tinham a sua nação sob o domínio colonial do Império do Sol Nascente, atual Japão, desde o ano de 1910. Por conseguinte, precisamos destacar que este fato se conecta com os conflitos em larga escala que ocorreram durante boa parte do século XX, como por exemplo: a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), Segunda Guerra Mundial (1939-1945)³ e a Guerra do Pacífico (1941-1945)⁴.

Dado a discussão exposta, o fato histórico tomado como objeto de estudo deste TCC será analisado a partir de um debate no qual as sobreviventes do “sistema de conforto”, implementado pelo estado imperial do Japão, vêm enfrentando desde o reconhecimento da(s) sua(s) história(s) em diferentes instâncias: a pública, a política, a social, a cultural e a econômica, visto que este passado rodeia as relações contemporâneas do Japão e da Coreia do Sul. Contudo, os eixos principais que irão se conectar com a temática, estão relacionados aos campos denominados de revisionismo e negacionismo histórico, campos esses, que para a

² Ou também chamadas de 위안부/日帝慰安婦 (em japonês), jung ianfu (em indonésio), ou ainda comfort women (em inglês). Durante os conflitos, o termo "mulheres de conforto" era utilizado como eufemismo para se referirem às mulheres como prostitutas. Como apontado na pesquisa, as “mulheres de conforto” coreanas serão o principal objeto de análise, mas, é necessário que pontuemos que o “sistema de conforto” implementado pelo imperialismo, não exerceu seu poder apenas sobre os corpos coreanos, mas, também na China (Massacre de Nanquim em 1937), Taiwan (1985-1945) e com o avanço das guerras na região, os japoneses passaram a ocupar outros espaços, como Tailândia, Filipinas, Vietnã (antiga Indochina francesa), Malásia, Timor Leste etc. Em suma, as fronteiras impostas passaram a não existir e a exploração das fragilidades dos corpos femininos foi palco principal das violências instauradas pelo imperialismo. Além disso, cabe ressaltar que estas mulheres eram destituídas de exercer suas próprias culturas, como a de falar a sua língua original. Além disso, muitas delas eram impedidas de ficarem com o próprio nome, sendo imposto sobre suas vidas outras alcunhas, já que estas estavam sob a disposição das regras colonialistas dos japoneses.

³ No ensaio, *Teaching about the Comfort Women during World War II and the Use of Personal Stories of the Victims*, veremos que a conjuntura de conflitos será parte intrínseca do tema das mulheres de “conforto”: “Começando com a deflagração da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937), a Ásia estava sob guerra constantemente, um assunto do estado que depois se tornou parte da Segunda Guerra Mundial. Durante este período de guerra constante, no início da década de 1930 a 1945, o Exército Imperial Japonês implantou e administrou o sistema das mulheres de “conforto”. (Kim; Lee-Bisland; Shin, 2019, p. 59, tradução nossa).

⁴ Acerca da Guerra do Pacífico neste cenário, pode-se apontar que: “Após o início da Guerra do Pacífico em 8 de dezembro de 1941, o Japão atacou Singapura, as Filipinas, Burma e as Índias Orientais (Indonésia). A ocupação militar varreu o Sul, ampliando as estações de “conforto” com ela. À medida em que a ocupação se estendia, parece que houve uma mudança definitiva nas formas na qual as mulheres eram recrutadas para as estações de “conforto” nos novos territórios do sul. (The Asian Women's Fund, 2007, s/p, tradução nossa).

história das mulheres de “conforto” se associam ao fato da construção da imagem japonesa no pós-guerra.

Os problemas econômicos da nação japonesa neste período farão com que haja o renascimento do sentimento nacionalista e isto irá desembocar na sua legitimação e por consequência na construção da história do Japão na contemporaneidade (Ueno, 2006, p. 2). Em vista disso, o revisionismo e negacionismo histórico será perpetuado através dos discursos oficiais dos políticos, no campo da educação e também na escrita da história japonesa atual. No século XXI, essas vertentes têm tomado grandes proporções devido à onda de sentimentos ultranacionalistas por uma extrema direita efervescente e do neoliberalismo.

Portanto, o primeiro capítulo desta monografia, irá se debruçar através de três temas que visam salientar a presença constante ao longo da pesquisa dos campos revisionista e negacionista no passado e presente da historiografia. Isto posto, iniciaremos com o revisionismo histórico e, em sequência, trataremos do negacionismo histórico, estes em suas respectivas trajetórias, tanto nos espaços teóricos como no político. Ao final, adentramos ao terceiro ponto, o qual envolve as questões que permeiam a tradução e em como esta se liga ao fato de quais os tipos de informações acerca dos passados e presente históricos das nações asiáticas chegam ao Ocidente. Toda a discussão terá como base os seguintes autores/pesquisadores: Pierre Vidal-Naquet (1988), Marcos Napolitano (2021), Luis Milman (2000) e Kayoko Takeda (2008).

1.1 OS REVISIONISMOS HISTÓRICOS ENTRE CONCEITOS E TRAJETÓRIAS

O ato de revisitar um fato histórico através de outras abordagens metodológicas e de escrita, é uma prática comum do historiador. A cada geração, a historiografia e os lugares de onde analisamos os passados históricos se transmutam em processos plurais na operação historiográfica. Cercados por essa polimorfia de fontes e de discussão teórica, o historiador/pesquisador do tempo presente encontra-se no meio dos mais variados debates. Entre eles destaca-se o retorno, quase pontual, do tema denominado revisionismo histórico. O espectro revisionista que discutiremos neste tópico está ligado a um método de análise que observa certos fatos históricos já estabelecidos sob um ponto de vista de desestruturação, ou seja, coloca-os em categorias de relativização. (Rollemberg, Cordeiro, 2021, p.60).

No entanto, é preciso retornar ao fato de que o termo revisionismo está categorizado em vários estágios da semiótica, podendo ser compreendido como algo que se relaciona com a mudança de panorama de onde se está vendo tal objeto. A exemplo, citemos a obra artística de

René Magritte, O espelho falso, de 1929.⁵ Nesta obra, temos literalmente um olho, que em sua íris podemos ver o reflexo de uma imagem, a do céu vasto e no seu centro, o ponto escuro se faz presente, a pupila. Interessante dizer que este olho estático não pertence a alguém, quem o observa, não sabe se o que vê, ou como vê, é de fato algo real. A pupila em sua imensidão aparenta ser quase um buraco de minhoca, pois não sabemos o que encontraremos em sua profundidade. Magritte, traz então em sua obra, não apenas o questionamento que permeia a representação da realidade, mas, também sugere uma crítica às narrativas a qual estamos sujeitos.

A partir dessa lógica é preciso que coloquemos o conceito que de fato nos traz ao cerne da discussão desse texto, o revisionismo histórico de matriz ideológica, como propõe o autor Marcos Napolitano, no capítulo *Negacionismos e revisionismos históricos no século XXI* (2021). Este revisionismo ideológico e epistemológico, tem como motor o anacronismo. Por esse motivo que o revisionismo está frequentemente associado ao ato de provocar dúvidas acerca dos passados e seus processos históricos. Diante disso, no mundo conectado e frenético, permeado por discursos ideológicos e disputas de poder, ao qual pertencemos, fazem com que as informações cheguem e mudem a todo instante, afetando assim a memória histórica.

O problema é que a percepção revisionista se vincula a esse escopo de ideais na tentativa de provocar fissuras, silenciar resistências e pôr em estado de ressignificação a memória pública de fatos históricos que podem afetar a identidade de uma nação e colocar os discursos uníssonos que uma determinada camada da sociedade propõe como “verdadeiro”. Por esse motivo que urge a necessidade para os revisionistas de se apropriarem de historiografias respeitadas e conceituadas no meio acadêmico, a fim de provocar um desmonte nas “pautas progressistas e de inclusão social apoiadas na crítica a crimes e injustiças do passado” (Napolitano, 2021, p. 100).

Um dos arquétipos mais famosos dessa *subliteratura*, está ligado a discussão em torno da memória do Holocausto. Pierre Vidal-Naquet (1988), intelectual e historiador francês e principal crítico do método, elabora em seu livro – *Os assassinos de memória* – uma anatomia da mentira, proposta por outros intelectuais acadêmicos, que visavam desmontar todo um aparelho de fontes, testemunhos das vítimas e produções que discutiam os horrores causados por Hitler. Neste movimento, o autor questiona os mecanismos propostos por estes intelectuais, desestabilizando suas bases, apontando certas disparidades em seus discursos e indicando as falhas na historiografia proposta por eles.

⁵ A obra do artista Belga está localizada no Museu de Arte Moderna, o MOMA, nos Estados Unidos. Disponível em: <https://www.moma.org/collection/works/78938>.

Como o próprio Vidal-Naquet pontua: “toda subliteratura que representa uma forma propriamente imunda de apelo ao consumo e ao sadismo deve ser impiedosamente denunciada” (Vidal-Naquet, 1988, p.30). Em outras palavras, é este o percurso que o autor faz, inclusive ao desentranhar o amago das preposições que Robert Faurisson, intelectualista francês e negacionista do holocausto que tentou a todo custo costurar na realidade historiográfica suas teorias nocivas. Logo, as palavras de Vidal-Naquet se tornam ainda mais interessantes, sobretudo, por conta da existência de contradições nos textos e discursos dos revisionistas e seus pares. Segundo o autor:

Uma das raríssimas informações que podemos extrair do livro de Thion, por exemplo além da sua bibliografia, é a demonstração de Faurisson de que o *Diário de Anne Frank* é senão uma “fraude literária”, ao menos um documento falsificado. Lúcido por um momento, Thion observa (p.56): “É claro que isso não reduz a tragédia de seu [Anne Frank] destino”. Na escala da história do genocídio hitlerista, essa modificação é uma ninharia. (Vidal-Naquet, Pierre, 1988, p. 34-35).

No trecho destacado acima, Faurisson não só contesta a veracidade do diário de Anne Frank como documento histórico, mas, vai além, o chama de fraude. Desse modo, se faz importante tecermos um fio. A crítica historiográfica ao longo dos anos foi desconstruindo as o que se entende por “documento”. Anteriormente, apenas o documento produzido pelo Estado era visto como documento oficial, no mundo contemporâneo, se tornaram objetos plurais e essenciais para a produção da história e que estão sujeitos aos tipos de análises que serão submetidos, ou seja, os documentos não são puros. Desse modo, qual o intuito de rejeitar a veracidade de uma fonte histórica comprovada, inclusive, pelo Instituto Estatal Holandês para Documentação da Guerra?

Essa mentalidade posta por esses revisores, coloca o testemunho da vítima no escopo conturbado da deturpação memorialística e indo além, essa fala visa o apagamento de forma pontual da vivência e experiência de um indivíduo que faz parte da memória coletiva de um povo, estes que ficarem de frente a experiências traumáticas inimagináveis. Portanto, outro ponto que se torna importante destacar em torno das disputas de narrativas, é a conceptualização do que entendemos como *verdade*.

Ao falarmos de revisionismos temos como consequência intelectual e científica, a discussão do conceito/ideia de verdade. Entendemos geralmente por verdade aquilo que é real, verídico e por consequência absoluto. No artigo, As lutas da história imediata - para quem serve a verdade histórica? do autor Lucas Patschik, teremos a acentuação da definição sobre a ideia de verdade:

A “verdade” equivale certamente a um “juízo verdadeiro” ou a uma “proposição verdadeira”, mas significa também “conhecimento verdadeiro”. É neste sentido que a verdade é um devir: acumulando as verdades parciais, o conhecimento acumula o saber, tendendo, num processo infinito, para a verdade total, exaustiva e, neste sentido, absoluta. (Schaff, 1986, p. 98 apud Patschik, 2012, p.233).

Deste modo, nos perguntamos a seguinte questão - A verdade histórica, ela existe? Enquanto produtores de conhecimento não podemos afirmar tal proposição, pois estamos suscetíveis aos momentos, lugares, metodologias e as formas de escrita. Não somos historiadores neutros, pois não há neutralidade na história, o que existe são as posições que tomamos acerca do quadro que escolhemos como objeto de análise, ou seja, a verdade no singular, pode até existir, mas, isso não necessariamente significa que será algo visto como universal.⁶

No caso dos revisionistas, a disputa pela “verdade” central e única procede quase como uma operação de guerra psicológica. (Santos, 2021, p.6). São montados pontos estratégicos de desinformação, estes que se articulam por intermédio de vários recursos, como: a propaganda perpetuada por uma mídia liberal e conservadora, o falso intelectualismo, as agendas políticas de determinados indivíduos e assim por diante. (Keller, 2021, p.497). Em outras palavras, essa prática anseia pelo reconhecimento e busca na reinterpretação desonesta dos passados do(s) outro(s) uma base para se solidificar. Assim, a criação do Institute for Historical Review (IHR), constituído em 1978, configura-se como um lócus de pesquisa acadêmica, isto é, havia para os praticantes do revisionismo uma necessidade de sair de uma margem lunática para o campo da respeitabilidade acadêmica. (Rollenberg e Cordeiro, 2021, p. 77, apud Lipstadt, 1994, p. 142).

As bases ideológicas, como colocado anteriormente, são vias constantes para esse grupo de revisores da história. Não obstante que seus dizeres transcendem limites e chegam de forma eloquente ao meio social, mas, é de interesse notarmos quando e como eles ascendem. No limiar da sociedade humana, os conflitos estão sempre em constante movimento e no âmago da questão, há certas doutrinas que se alimentam do caos que se instaura. Estabelecendo assim, quase uma simbiose entre a desonestidade intelectual e a política que julga alcançar as outras camadas da sociedade através do uso da frustração gerada por anos de insatisfação política e problemas econômicos. Além disso, este alinhamento faz uso de algo perigoso, a linguagem popular.

⁶ Na história crítica da verdade não há o sujeito e o objeto como unidades universais e necessárias; eles assim se tornam mediante práticas, que podem ser jogos teóricos e científicos, práticas sociais ou práticas de si. O distanciamento do sujeito constituinte e do objeto empírico dado torna a problemática da verdade proposta pelo filósofo o modo de aplicação de uma “história crítica do pensamento” (Foucault, 1994, p.632 apud Candioto, 2006, p. 66).

O uso das linguagens mais informais e que circulam fora do meio acadêmico, são colocados como transporte para as ideologias conservadoras e liberais. O conceito do conservadorismo, está ligado ao pensamento político que visa a continuidade e estabilidade das estruturas tradicionais das instituições, ideia que vem em oposição à ideologia conservadora, esta que visa preservar a conjuntura política, para que não haja nenhum tipo de alteração (Matos, 2017). Deste modo, há uma viabilização do acesso às falácias dos escritos revisionistas, mas, salientamos que a linguagem popular não é um problema de fato, o que se tornou um contratempo para a memória histórica de passados recentes foi a aplicabilidade desse modus operandi. Usemos como exemplo, o triunfo da extrema direita, principalmente nos anos de 2014 até os dias de hoje, não apenas na América Latina, mas, também no mundo.

Onde vemos uma ascensão de governos de base conservadoras e de nacionalismos exacerbados. O êxito desse espectro político e a sua popularização junto às massas ficou evidente, sobretudo, com os usos e abusos da mídia e redes sociais, áreas em que a produção acadêmica progressista não conseguiu alcançar de forma mais pragmática. No texto, *Armas de desinformação em massa*, no *Jornal da USP*, o autor Hertton Escobar mostra que:

Muito além dos factóides de campanha, gerados para manchar a reputação ou enaltecer as virtudes de um determinado candidato no horário da propaganda eleitoral, a desinformação hoje se comporta como um vírus onipresente e altamente infeccioso, que circula por todos os nichos do ecossistema global de comunicação, desde os calabouços mais escuros da *deep web* até as torres mais opulentas da mídia corporativa — como ilustram os casos das emissoras Jovem Pan, no Brasil, e Fox News, nos Estados Unidos, acusadas de propagar notícias falsas que colocaram em risco a democracia nos dois países. (Escobar, 2023).

O autor continua ao dizer que:

Uma diferença fundamental, segundo especialistas, é que as mentiras não buscam mais apenas atingir a reputação de uma pessoa em particular (um adversário político, por exemplo), mas manipular o comportamento e a opinião da população sobre temas diversos que atendam aos interesses (políticos, econômicos e/ou ideológicos) de determinados grupos que produzem e financiam essa desinformação. (Escobar, 2023).

Simultaneamente ao que situa essa discussão, retornemos a um ponto de discussão necessária para o historiador: o da mudança do paradigma historiográfico e da descentralização do conhecimento epistemológico. Assim, as ávidas propostas revisionistas também se encontram condicionadas a outros espaços, logo não estamos deixando de lado, o fato de o Holocausto continuar sendo o ponto inicial do revisionismo histórico ideológico. Contudo, faz-se necessário que apontemos outros acontecimentos históricos que não se engendraram durante muito tempo nos parâmetros de discussão da historiografia eurocentrista. Passados que fizeram

parte da larga escala dos conflitos humanos, mas que ocorreram em sociedades até pouco tempo ignoradas.

As disparidades políticas recentes que têm assolado o mundo, trouxeram à tona casos de tom revisionista que são pertinentes para percebermos a transmutação do termo no século XXI e sua aplicabilidade nas sociedades. Neste caso, é necessário que relembremos as palavras de Vidal-Naquet acerca da literatura revisionista. Segundo ele: “[...] não é a história da guerra de 1939-1945, mas o estudo das mentalidades contemporâneas, principalmente desde os anos sessenta” (Vidal-Naquet, 1988, p. 34). O triunfo da extrema direita e as suas estratégias em meio às disputas de poder demonstram como esse movimento continua contestando as bases educacionais, a sociedade, a memória e a pluralidade da história. Por conseguinte, cria-se a urgência de apresentarmos casos de revisionismos em outros espaços geográficos que são pertinentes para entendermos a dinamização do termo.

Iniciemos essa trajetória apresentando um caso comum e familiar. No Brasil, desde os anos 2013, vemos o crescimento esporádico de um descontentamento com o governo vigente e a partir do momento em que os protestos de uma classe média atingiram as ruas, o campo da política *democrática liberal* foi assolado por um projeto de desmonte político e também da história. O auge desse conflito resultou no movimento bolsonarista que ficou no poder entre 2018 e 2022, que teve como figura representante, Jair Messias Bolsonaro. Nestes últimos anos, o revisionismo, assim como o negacionismo, se tornaram figuras constantes no meio social e da memória na sociedade brasileira. Os autores Patrícia Valim e Jean Pierre Chauvin em seu artigo intitulado *Combates pela História do Brasil: uma resposta ao revisionismo histórico*, publicado pelo Jornal da Universidade de São Paulo (USP) em 2019, fizeram uma análise da fala do general Hamilton Mourão, ex-vice-presidente do Brasil durante o governo bolsonarista. Em sua afirmação, o general alegou que “o Brasil nasceu das origens do empreendedorismo” (Mourão, 2019, apud, Valim e Chauvin, 2019), ignorando que este seu suposto *empreendedorismo* de fato nasceu da colonização, genocídio indígena e da escravização de africanos. Mourão, atualmente senador, ainda afirmou que:

Donatários, bandeirantes, senhores e mestres do açúcar, canoieiros e tropeiros, com suas mulheres e famílias, fizeram o Brasil. Só um povo empreendedor constrói um país dessas dimensões que segue o destino manifesto de ser a maior democracia liberal do Hemisfério Sul (Mourão, 2019).

Toda a fala proposta tem um tom de unidade nacional, algo claramente inexistente, dado que o projeto da nação, pontualmente exclui as identidades diversas que existem no Brasil e por consequência a valorização de um certo passado, onde as atuações dos representantes da Coroa

Portuguesa, passam a ser sinônimo de enaltecimento, ao invés de crítica. Valim e Chauvin (2019) não estão equivocados ao questionar essa tentativa de “resgate ao melhor de nossas origens”. Este mesmo tipo de movimento ocorre com outros fatos históricos que fazem parte da memória recente do país. Podemos citar o saudosismo da ditadura civil-militar (1964-1985) e as figuras de torturadores que ainda assolam os pesadelos dos sobreviventes e das famílias das vítimas que perderam suas vidas para a violência estatal perpetuada pelo sistema ditatorial. Observemos, que o trajeto deste projeto revisionista nas mãos do Estado, é algo calculado, proposital, que não acontece por acaso.

Desta maneira, nas bases das disputas de narrativas, Vidal-Naquet aponta que: “tal discurso só se torna perigoso quando se apoia num poder de Estado e adquire o estatuto de monopólio” (Vidal-Naquet, 1988, p.94). Por isso ocorre continuamente embates que cercam a educação e em como o revisionismo afeta a formação de indivíduos pensantes. Neste caso, podemos apontar a mão do Estado dentro da produção de livros didáticos, alojando assim, mudanças nas estruturas das bases escolares o que acaba por afetar as grades curriculares e a prática docente dos historiadores. Por conseguinte, certas matérias, mais essencialmente as áreas das ciências sociais e humanas, são alvos desse tipo de produção de conhecimento unilateral.

Dando continuidade à discussão, olhemos para os desdobramentos do revisionismo histórico no continente asiático, mais precisamente, no leste asiático. De acordo com Benjamim Clark (2023), em seu artigo, intitulado *Revisionist Historiography as a Tool for State-Building in 20th Century East Asia*, houve um aumento do uso da historiografia revisionista por parte do Estado para a reconstrução da nação nos períodos pós conflitos, evidenciando assim, os problemas nos quais o projeto colonial japonês e as influências externas (do ocidente), exerceram grande poder para a destruição das identidades no leste asiático. Diante dessa constatação, surge o *excepcionalismo revisionista*, que se configura como parte do método ideológico do movimento:

Uma das formas mais potentes que os estados do leste-asiático realizaram estas funções foi estabelecendo uma nova narrativa nacional – frequentemente feita através do revisionismo histórico [...] O excepcionalismo é um dos exemplos do método revisionista, focando em casos de orgulho e realizações histórica e depois as creditando à nova ideologia do Estado. (Clark, 2023, p. 91, tradução nossa).⁷

⁷ One of the most potent ways that East Asian states accomplished these tasks was by establishing a new national narrative — often done through historical revisionism [...] Exceptionalism is one example of revisionista methods, focusing on instances of historical pride and accomplishment, and then crediting them to the new ideology of the state. (Clark, 2023, p. 91).

Mencionemos como exemplo a Coreia do Sul, com a ascensão da chamada “nova direita”, que assolou a sociedade coreana nos anos 2000, fruto de uma indiferença da “nova direita” com o antiquado dogmatismo ideológico da “velha direita” e do descontentamento com os grupos da esquerda, disseminou ideias de base pós-nacionalista e neo-conservadoras (Tikhonov, Vladimir, 2019, p. 5). Além do seu repertório político, eles viram que havia a necessidade desse movimento de contestar a historiografia progressista que vinha sendo escrita no país desde o fim da ditadura militar coreana (1961-1987), estabelecendo um valor acadêmico para seus ideais. Em seus discursos, o grupo defendia uma visão da história nacional coreana de forma deturpada.

Nas palavras desse corpus político, existe um saudosismo ao passado colonialista no qual a Coreia foi submetida, ou seja, havia a necessidade de colocar o Japão colonial como benfeitor da “civilização” e do “capitalismo” coreano, assim como, faziam uso de um forte discurso anticomunista. Vale ressaltar, que se formou um projeto político que visava o revisionismo histórico dos livros didáticos, o que ficou conhecido como projeto de *livros “alternativos”* na Coreia do Sul. Para ilustrar estes textos alternativos, usemos a figura de Park Yu Ha, professora da Universidade de Sejong, que entrou em conflito judicial com outro fato histórico, o das “mulheres de conforto”, este reconhecido nacionalmente no país e também internacionalmente pela Organização das Nações Unidas desde 1996. Park foi processada pelas sobreviventes em fevereiro de 2013, após, afirmar fatos falsos sobre a escravização sexual das mulheres coreanas por parte do Japão.

Park publicou em 2013 o livro intitulado *Comfort Women of the Empire*. Neste livro, ela *revisita* a história das “mulheres de conforto” apontando que o *recrutamento* das mulheres foi feito por colaboradores coreanos e recrutadores privados japoneses, retirando assim, a culpa e a participação do Estado imperial do Japão na implementação do “sistema de conforto”. Park Yu Ha encontrou aliados e opositores a sua visão sobre a memória que cerca as sobreviventes de violência sexual. De acordo com o jornalista Choe Sang-Hun (2015), em matéria para o The New York Times, Park:

Citação original - Também comparou as “mulheres de conforto” coreanas com o fato mais recente que envolve as prostitutas coreanas que seguiam os soldados americanos para os exercícios nos campos de inverno na Coreia do Sul nas décadas de 1960 até 1980. [...] “As “mulheres de conforto” coreanas foram vítimas, mas, também eram colaboradoras por serem pessoas

pertencentes a uma colônia.” Escreve Park em uma das sentenças redigidas em seu livro (Sang-Hun, 2015).⁸

Uma situação parecida ocorre no Japão, pois, após os conflitos mundiais que culminaram com a sua derrota, além das desastrosas bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki e da invasão estadunidense no território, o país e seu povo viram a necessidade de se reconstruir politicamente, socialmente e economicamente. Deste modo, a nação imperial, até pouco tempo, colonizadora, viu nos escombros deixados pela guerra um caminho para a sua reconstrução. O Japão voltou-se então para a produção de uma historiografia nacionalista, que acentuou uma vitimização engajada nos horrores sofridos pelos japoneses atingidos pelas bombas, assim como, a reestruturação do passado, através da disseminação tecnológica e cultural que perpetuava o slogan “*Japan is great*”, isto é, o Japão é ótimo em tradução livre.

Nos anos recentes, principalmente, com o mandato do ex-primeiro-ministro Shinzo Abe, acentua-se os discursos extremos e as tentativas de desassociação com o passado colonialista e com os crimes de guerra causados pelo Estado imperial. Utilizam assim, o *neonacionalismo revisionista* como fonte essencial para estimular as guerras de ideias que circulam a conflituosa sociedade japonesa em torno de seu passado não resolvido com as outras nações. Entre os fatos que são alvos da prática de revisionismo histórico japonês podemos citar, além das “mulheres de conforto” durante a Segunda Guerra Mundial e o uso das populações colonizadas para trabalho forçado, onde eles eram mobilizados para fora do seu território, sendo assim, enviados para o Japão, onde sua mão de obra era empregada no complexo industrial, assim como, na exploração de minério nas minas japonesas. É neste contexto que se arquitetam as resoluções de silenciamento historiográfico em prol da dimensão unitária de uma possível identidade nacionalista. Segundo Yamaguchi e Tomomi (2017):

Além de sua visão revisionista da história, Abe vem promovendo um Japão em termos idealizados e nacionalistas, tanto no âmbito interno quanto na abordagem com a comunidade internacional, sobretudo com os Estados Unidos. Em 2006, Abe publicou um livro em japonês, com o título - Rumo a bela nação (Utsukushii Kuni e), e durante seu primeiro mandato como Primeiro-Ministro, a partir de setembro, ele usou a frase “bela nação” para expressar sua filosofia básica (Yamaguchi, Tomomi, 2017, tradução nossa).⁹

⁸ Tradução livre do original - She also compared the Korean comfort women to more recent Korean prostitutes who followed American soldiers into their winter field exercises in South Korea in the 1960s through 80’s. [...] “Korean comfort women were victims, but they were also collaborators as people from a colony,” Ms. Park wrote in one of the redacted sentences in her book.” (Sang-Hun, 2015).

⁹ Tradução livre do original: In addition to his revisionist view of history, Abe has been promoting Japan in idealized and nationalistic terms, both domestically and in addressing the international community, above all the United States. In 2006, Abe published a book in Japanese with the title *Toward a Beautiful Nation* (Utsukushii Kuni e), and during his first term as the Prime Minister from September, he used the phrase “beautiful nation” to express his basic philosophy. (Yamaguchi, Tomomi, 2017).

Em suma, os casos citados demonstram como o revisionismo ataca as bases da historiografia através do uso de métodos e teorias que estão adequadas às suas narrativas propostas, ao passo que tentam invalidar os outros métodos historiográficos que se opõem aos seus discursos (Clark, 2003, p. 95). Em outras palavras, as conformidades com um *passado único*, coloca as experiências dos grupos, no qual certas memórias de acontecimentos pertencem, em uma espécie de limbo histórico, principalmente nos contextos pós-coloniais e de construção identitária das nações. Estes *limbos* provocam não apenas a possibilidade de revisão dos passados, mas, a sua negação e, por consequência, o seu apagamento.

Desta forma, conforme apresentado neste texto, o caminho percorrido pelo revisionismo histórico de bases ideológicas foi longo, estamos falando de algo que se iniciou no contexto do pós-guerra e que se alastrou para as operações de um mundo contemporâneo que continua em zona de ávidos embates (territoriais e psicológicos) e como aponta, Vidal-Naquet: “assistimos à transformação da memória na história” (1988, p.89). Em complemento a esta frase, devemos deixar registrado que estamos também assistindo as tentativas de se defasar a memória e a ciência histórica. O tempo está em crise, a historiografia está na mira daqueles que buscam construir uma falsa utopia, são épocas sombrias para a humanidade.

Todavia, para além dos pessimismos, urge a necessidade de fazermos os produtores da ciência histórica, ou seja, os historiadores e aqui me refiro, não aos fictícios filósofos, mas, aqueles que estão tentando manter a historiografia progressista viva e longe das alienações deformatórias dos partidarismos, assim como, das agendas monopolizadoras, a permanecerem no caminho do combate contínuo contra essas falsas produções, que alegam ser uma verdade absoluta, mas, que de veracidade nada possuem, Por isso a emergência por uma produção científica comprometida em analisar as conjunturas sob a ótica de suas complexidades, fundamentada pelos meios mais competentes. Em outras palavras, precisamos combater os Faurisson do presente, pois, não podemos enxergar felicidade em alguns fragmentos das poucas parcelas de verdade que se acumulam nesse nosso agitado mundo.

1.2 O OUTRO LADO DE UMA MESMA MOEDA? O NEGACIONISMO HISTÓRICO

Início esse tópico com uma pergunta proposta por José Szwako: *o que nega o negacionista?* Não existe uma resposta concreta, mas, podemos apontar uma possível explicação. Primeiramente, situemos que o irreal e o real se instauram no imaginário das negações. Pontuo assim, que o irreal (o ato de negar) no atual presente tem cruzados caminhos com o real (entenda que, o tipo de real, ao qual me refiro, pode ser visto de uma perspectiva

múltipla), onde seu objetivo é sair do abstrato para o concreto. Conseqüentemente, as tentativas dessa abstração da irrealidade vêm conseguindo nos últimos anos se transportar para a realidade. Invadindo os espaços das ciências, das sociedades, das políticas e das economias.

No corpus da discussão, focaremos no *negacionismo histórico*, termo cunhado por Henry Rousso em 1991¹⁰, onde o autor irá enfatizar que o negacionismo ao contrário do revisionismo:

[...] refere-se a uma fase normal na evolução dos estudos históricos e eu prefiro chamar aqueles que negariam a existência do Holocausto, “negacionistas”, pois o que está em questão é um sistema de pensamentos, uma ideologia e não uma abordagem científica ou até mesmo crítica do objeto.” (Rousso, 1991, 151, tradução nossa).

Ademais, nas palavras de Marcos Napolitano: “refere à produção sistemática de mentiras, buscando apagar responsabilidades sociais e políticas sobre violências cometidas em passados sensíveis.” (Napolitano, 2023). Ou seja, nessa interpretação, o negacionista é um mentiroso, mas, as suas mentiras ganham cara de *verdade* ao se alimentar da corrupção da memória coletiva e dos medos que se instauram na sociedade estratificada do presente. Os *passados sensíveis*, no entanto, se referem aos pretéritos que envolvem traumas sob certos acontecimentos que fazem parte da memória de grupos de pessoas diversas.

O Holocausto, os genocídios (indígenas, palestino etc.), a violência policial contra corpos pretos, o *apartheid*, as ditaduras militares, a pandemia de Covid-19, entre tantos outros episódios, são fatos que existem no cenário coletivo da sociedade e que são suplantados por produções científicas. Contudo, todos esses episódios estão sob a mira da recusa dessas memórias, inviabilizando assim, seus personagens e suas falas. Desse modo, a pseudociência que foi criada em torno desses acontecimentos vem tentando ao máximo apagar as estruturas do pensamento de um povo através da exploração do viés cognitivo (Lee McIntyre, 2018). Segundo Filho e Cardoso (2022):

Os vieses cognitivos são responsáveis por explicar a tendência da mente humana de discernir o certo e o errado com base em inclinações da mente, pautadas na percepção da mente sobre um aspecto da realidade, ou seja, uma tendência a estabelecer crenças e visões de mundo desconectada do mundo dos fatos em sua secundidade – seria como uma tendência da mente a buscar as crenças com base nos hábitos já arraigados na própria mente, e não com base a um exame frio da realidade, daí o nome vieses, que expressam tendências enviesadas da ação mental (Filho e Cardoso, 2022).

¹⁰ Tradução livre do original - “Revisionism, however, usually refers to a normal phase in the evolution of historical scholarship, and I prefer to call those who would deny the existence of the Holocaust “negationists,” for what is at issue is a system of thought, an ideology, and not a scientific or even critical approach to the subject.” (Rousso, Henry, 1991, p.151).

O viés cognitivo, termo retirado da psicologia, se conecta com o negacionismo, pois, em meio a desestruturação do nosso presente inundado de conflitos, a mente tende a impedir que o estresse psicológico causado por fissuras advindas de qualquer situação de desconforto constante penetre na *alma*¹¹ como um todo. Por esse motivo, diante de um mundo totalmente caótico, em termos de transmissão de informação, acaba por ocorrer a dissonância em relação a fatos comprovados e que desestabilizam os supostos *credos* (discursos e narrativas irrealis). Não obstante, para a concretização de tal desagregação, é necessário que a consciência se prenda a certas informações que “validem e confirmem” suas palavras, ignorando a busca pelo conhecimento.

Ao mesmo tempo, se faz necessário que pontuemos a partir da afirmação de Valim e Chauvin que “mesmo que os negacionistas sejam pessoas moralmente condenáveis, não estamos diante de um problema cognitivo.” (2020). Isto posto, precisamos lembrar que os negacionistas não são meras figuras apáticas, existe um projeto apoiado muitas vezes pelo Estado para a disseminação dos ideais do negacionismo. Contudo, o uso dos *vieses cognitivos*, estão ligados a esse projeto, pois é um espaço para a fácil ampliação do ato da negação.

Para sustentar o argumento apresentado, pensemos sobre a pandemia de COVID-19 e a culpabilização/responsabilização dos asiáticos pela “criação” do vírus, consequentemente da pandemia. Ao passo que o vírus se espalhava e crescia a necessidade do isolamento social, as sociedades ocidentais passaram a procurar pelos *possíveis agentes*. Sabemos que o vírus havia sido identificado em uma região da China, mas, os primeiros casos de contaminação ocorreram na Europa em 2020. A partir disso, houve um aumento de crimes de ódio contra asiáticos, não importava a etnia ou nação a qual pertenciam.¹² Para a parte ocidental do mundo houve a necessidade de criar um *inimigo* comum, o *outro* que se tornaria responsável por todos os problemas sociais e econômicos que surgiram com a pandemia.¹³

Esses tipos de narrativas de ódio não ocorreram apenas em instâncias mínimas da sociedade, foram práticas endossadas por discursos políticos, gerando assim a violência contra certos grupos. Tais *técnicas* podem ser observadas em fatos históricos do passado recente. Usemos a ditadura militar, como exemplo. No marco do bolsonarismo houve o emprego de

¹¹ A palavra alma aqui está sendo empregada não no seu sentido religioso, mas, no seu sentido relacionado ao pensamento, chamado de *Alma Racional* como é proposto por Aristóteles. (Silva Junior, 2016, p. 41).

¹² De acordo com Lais Miwa Higa: “Atualmente, esses discursos têm como principal alvo a China, onde o coronavírus foi identificado pela primeira vez, mas a violência atinge toda a população de origem asiática. “As pessoas, em geral, não sabem diferenciar, olhando no rosto da pessoa, se ela é chinesa ou coreana”, afirma Lais. “Acabam todos sendo vítimas desse preconceito”, acrescenta. A pesquisadora ainda comenta que há um estereótipo que generaliza diferentes etnias, como se japoneses e chineses, por exemplo, fossem iguais.” (2021).

¹³ [...] O senso de poder ocidental sobre o Oriente é aceito como natural com os status de verdade científica. (Said, Edward, 2007, p. 81).

falas, que buscavam defender um passado onde os mecanismos de crueldade eram a prática principal. O fenômeno da negação do regime autoritário gerou falas como: “O erro da ditadura foi torturar e não matar” discurso proferido por Bolsonaro entre os anos de 2008 e 2016. Em outros termos, a negação das mortes que ocorreram gera nos sobreviventes e na sua memória a perpetuação de violências simbólicas.

As mensagens proferidas encontraram alentos em grupos sociais diversos, mas, que constituem um mesmo credo e se apoiam no Estado para torná-las vividas. Em síntese, o uso da pseudociência da negação tem como intuito a “destruição do fato, da noção de fato, da factualidade do fato” (Nichanian, 2006, p. 9 apud Valim. *et al*, 2021, p.15) e para que isso se materialize, o negacionismo histórico faz uso de uma parametodologia, como explica Napolitano:

Portanto, estamos diante não de um procedimento ou metodologia historiográfica, de base objetiva e científica, mas de “parametodologia”, conforme a expressão de Flávio Thales Ribeiro (ou seja, uma metodologia pseudocientífica), que é diferente do método utilizado pelos historiadores. Essa “parametodologia” é atravessada por fragilidades e imposturas de ordem teórica, científica e ética. (Napolitano, 2021, p. 102).

Observemos que no negacionismo existe a vontade da desobjetificação do próprio objeto histórico, retirar de seu âmago os métodos que buscam o historicizar e para isso se faz uso das mutilações da epistemologia. O termo aqui elencado, refere-se a exclusão/recusa do conhecimento. Presenciamos esse tipo de ação, nas teorias conspiracionistas que fundamentam as crenças pessoais e que se agregam a geração do fanatismo político. Neste movimento, a mutilação epistemológica é absorvida pela ideologia e tem como resultado a súplica pelo controle do Estado, encontrando no nacionalismo exacerbado palco para desencadear os extremismos de suas narrativas. (Hardin, Russel, 2002, p. 18). Os extremismos, desse modo, viabilizam os rumos para o apagamento de uma memória histórica.

O negacionismo é astuto, aloja-se nas zonas das *memórias em disputa*, utiliza-se dos silêncios e dos medos para agravar os horrores e assim concretizar suas necessidades. Dessa forma, coloca-se sobre a memória os chamados *abusos do esquecimento*, este ancorado as ideologias e que buscam manipular a memória e como alerta Paul Ricoeur, é um fenômeno que “deve-se a intervenção de um fator inquietante e multiforme que se intercala entre a reivindicação de identidade e expressões públicas de memória.” (Ricoeur, 2007, p. 95). Ou seja, a manipulação viabiliza a legitimação das instâncias da autoridade (poder) procurando se instaurar na comunidade e assim transmutar as identidades, para enfim afetar a memória coletiva.

Não obstante, os apagamentos sistemáticos da memória pública se ligam a certos processos em que existe a vontade de se formular “leis”¹⁴ para o esquecimento. Isto ocorre, principalmente com os métodos de judicialização da memória¹⁵, especialmente após os tribunais do pós-guerra (Julgamentos de Nuremberg e os julgamentos de Tóquio, *The Tokyo Trials*, que ocorreram entre 1946 e 1948). O caminhar das ações judiciais sob os crimes de guerra, abriu caminho para movimentos tanto de reconhecimento como de negação. Especialmente quando em meio aos juízes, os perpetradores da violência nazista se usavam da “inexistência”¹⁶ de provas para concretizar as falácias do “não acontecimento” do passado. Entretanto, sabemos que apesar dos esforços para comprovar a negação, os arquivos sobreviveram, assim como os testemunhos.

Em meio a tentativa de mutilação da memória, existe a amplitude dos desejos do Estado. Há a necessidade de se criar uma *realidade paralela* para induzir um discurso identitário carregado de ódio ao outro, *este outro*, que não se configura nas premissas estabelecidas por esse extremismo exacerbado. Nas sociedades atingidas por conflitos de grande escala histórica, a *reconstrução* de uma imagem da sociedade sem fissuras ou veias abertas tem em sua pretensão a neutralização das vozes das vítimas e a criação de uma “memória oficial” que colabore com suas instâncias de “retórica nacionalista”. (Valim, Avelar, Bevernage, 2021, p.13-36). Ou melhor dizendo, a arte da eloquência de persuadir todo um corpo social, para que estes acreditem que fazem parte de um mesmo passado e presente singular.

Desta forma, “esse trabalho de controle da imagem da associação implica uma oposição forte entre o “subjetivo” e o “objetivo”, entre a construção de fatos e as reações e sentimentos

¹⁴ A lei do Holocausto na Polônia no ano de 2018: “A legislação criminaliza qualquer menção dos poloneses terem sido responsáveis ou complacentes com os crimes nazistas cometidos pelo Terceiro Reich alemão. As punições mais severas estão reservadas para aqueles que se referem aos campos de concentração nazista, como o de Auschwitz como ‘campos de extermínio poloneses’. Apenas pesquisas científicas sobre a guerra e trabalhos artísticos estão isentos.” (John, Tara. 2018, tradução nossa).

¹⁵ Os campos jurídicos e históricos olham para o seu objeto através de métodos distintos. Os historiadores não são juízes que determinam o que é a verdade (ou que viria ser a verdade) dependendo apenas de provas físicas e fatos concretos, consideramos “o contexto e as circunstâncias de um dado acontecimento ou documento; interpretam indícios e apresentam suas opiniões”, sempre lembrando que o objeto transita sob os outros olhares de vários historiadores que podem chegar a interpretar o mesmo objeto de forma diferente (Lipstadt, 2017, p. 19 apud Cardoso, 2021, p. 99).

¹⁶ Um dos *modus operandi* dos regimes nazifascista ao fim do conflito mundial, ocorreu através da destruição de documentos e a negação perpetuada através de silêncios ou falas que buscavam mitigar a violência do genocídio. De acordo com Daqing Yang: “Historiadores também confrontaram o problema da falta de evidências dos crimes de guerra. Particularmente, o problema foi grave em relação ao Japão. Os intensos bombardeios dos Aliados e os incêndios acidentais destruíram vários documentos durante a Segunda Guerra Mundial. Além disso, autoridades japonesas esconderam ou destruíram muitas provas dos crimes de guerra do país.” (Yang, 2006, p.23, tradução nossa). Esse tipo de atitude colabora para “certas impressões e representações presentes até os dias de hoje na memória social do período”. (Bauer, 2020, p. 177 apud Valim et al. 2021, p.24).

peçoais (Pollak, 1989, p. 9). A vista disso, o Estado japonês, por exemplo, logo após o fim dos conflitos, encontrou na *arte política da desculpa* e na memória pública dos horrores causados pelas bombas nucleares, uma forte área para a reconstrução dos fatos, assim como, da revisão ideológica e negação dos métodos da escrita historiográfica.

O reconhecimento sistemático das atrocidades, perpetuada pelos estados em épocas de desordem, deveria significar uma abertura para reparação da memória coletiva e individual dos sujeitos de uma sociedade, mas, nos últimos anos os estudos que analisam as desculpas políticas¹⁷ perceberam que existe a necessidade de um olhar em torno das declarações feitas pela máquina do estado. Segundo Karn:

No caso dos japoneses – foram oferecidas desculpas, em alguns casos, mas, em outros foram negadas – relembremos que a recusa de se engajar no passado é também uma estratégia para preservação do poder. As desculpas nunca irão deixar de serem problemáticas ou perfeito instrumentos de justiça, mas, podem criar uma abertura e oportunidades para um debate e investigação mais aprofundado. Mesmo quando as negociações são desiguais, as desculpas podem significar uma interrupção do poder soberano para rejeitar rápida ou facilmente as reivindicações das vítimas. (Karn, 2022, p. 9).¹⁸

Para a prática do negacionismo histórico, a incorporação da *arte política da desculpa*, como uma das estratégias para sustentar o seu sistema de silenciamentos de pretéritos conflituosos, sintonizando-se assim com a base de sustentação das novas políticas de integração e identificação para sua sociedade. Contudo, essas estratégias não confinam apenas o silêncio, as prisões das quais as vozes não podem ecoar, mas, também auxiliam os apagamentos de certos indivíduos que deveriam fazer parte do mesmo corpo social dos que estão sendo incorporados a essa reconstrução identitária do Estado. Nesta perspectiva é criada uma aversão a *alteridade* dos próprios pares, ou seja, dentro uma mesma comunidade, vai existir os “meus” e os “outros”.

Com base nessa lógica, devemos apontar outro fator conectivo da doutrina de negação, o da necropolítica (poder da morte), conceito cunhado por Achille Mbembe (2003), ou em melhores termos, do sistema que está articulado ao Estado para decidir quem deve viver ou morrer em determinadas sociedades. O extermínio do *diferente* é a resposta da máquina estatal

¹⁷ Segundo Karn: “Nos estudos jurídicos, os pedidos de desculpas foram cada vez mais examinados no contexto da justiça reparadora, ou seja, como uma forma de reconstrução das relações danificadas e de garantir que as vítimas recebam a reparação apropriada. Entretanto, os historiadores, investigam em como as desculpas poderiam contribuir para um programa mais amplo para o reconhecimento o com o passado.” (Karn, 2022, p. 2, tradução nossa).

¹⁸ Tradução livre do original: “The case of the Nikkei—where apologies have been offered in some cases and denied in others—reminds us that refusal to engage the past is also a strategy for preserving power. Apologies will never be unproblematic or perfect instruments of justice, but they can create an opening and opportunity for further debate and investigation. Even when the negotiations are unequal, apologies can signal a disruption of the sovereign’s power to quickly or easily dismiss victims’ claims.” (Karn, 2022, p. 9).

brutalizada e que precisa sustentar o alicerce colocado nas retóricas narrativas enviesadas da sua realidade proposta. Vemos um claro exemplo disso através da ideia de Patrícia Valim e Alexandre de Sá Avelar:

[...] chamando atenção para o fato de que o “negacionismo histórico” não é um ato a parte do genocídio ou de outra forma de violação dos direitos que se queira negar. Ao contrário, ele é a última etapa do genocídio, o que irá perpetuá-lo indefinidamente e, portanto, não pode ser qualificado como uma questão de liberdade de expressão, mas como um problema grave de violação da dignidade humana, a essência dos Direitos Fundamentais. (Valim; Avelar, 2020).

Isto é, devemos compreender o genocídio como ato contínuo que não necessariamente irá matar o outro de forma literal, mas, que induz a morte simbólica, esta que leva a memória e o passado ao seu lugar de sepultamento, o esquecimento.

É obviamente útil – é a palavra justa – lembrar que todo mundo cometeu crimes, pôr um limite à revanche dos vencedores e evitar acrescentar os excessos da justiça aos de combate. Mais do que tudo, é útil, como no tempo dos gregos e dos romanos, reafirmar a unidade nacional por uma cerimônia de linguagem, prolongada pelo cerimonial dos hinos e das celebrações públicas. Mas o defeito dessa unidade imaginária não seria o de apagar da memória oficial os exemplos de crimes suscetíveis de proteger o futuro das faltas do passado, e, ao privar a opinião pública dos benefícios dos dissensos, de condenar as memórias concorrentes a uma vida subterrânea malsã? (Ricoeur, 2007, p. 462).

Em suma, recapitulemos a pergunta inicial deste tópico e apresentemos a sua possível resposta – o negacionista e o negacionismo, condenam a vida a morte, o passado ao esquecimento, o presente às incertezas e para o futuro só resta a destruição. Posto isto, pontuamos que o negacionismo não é inocente¹⁹ e a prática do historiador se configura como principal combatente desse negacionismo. Na práxis da escrita histórica e da análise do nosso objeto, seja este o passado ou presente, não podemos cair nas tentações das regências absolutas e arriscarmos induzir a chama da negação. Portanto, é necessário abraçarmos ainda mais as teorias e os métodos, não os deixando assim cair nas teias de extermínio da sabedoria e que tenhamos com a ciência histórica, a responsabilidade a sua pluralização, renunciando assim, qualquer ato sublime que comprometa os horizontes de expectativa da humanidade. Deste modo, ao passo que abraçamos a ciência, cresce o dever de compartilhá-la para além do espaço acadêmico, existe assim, a constante necessidade de pluralizar esse conhecimento para o espaço

¹⁹ A “negação inocente” também ocorre no espaço das opiniões em uma sociedade democrática e plural quando, por exemplo, um programa de televisão quer “ouvir os dois lados” sobre assunto médico e convida um cientista e um negacionista científico, estabelecendo relação de equivalência entre quem tem compromisso com a vida e quem tem compromisso ideológico com uma extrema-direita cujo negacionismo pode acarretar na morte real e simbólica de milhares de pessoas.” (Valim e Avelar, 2020).

público civil, como forma de combate a este mal que persegue a história e a memória contemporânea.

1.3 IANFU, THE COMFORT WOMEN, “MULHERES DE CONFORTO” E A TRADUÇÃO COMO VEÍCULO DE DISSEMINAÇÃO DE DESINFORMAÇÃO SOBRE PASSADOS HISTÓRICOS EM MEIO AO CONTEXTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A comunicação é um fator essencial para o estabelecimento de relações entre as sociedades e seus indivíduos. Não é à toa, que os mecanismos democráticos visam se construir através da participação popular, está não apenas centrada no representante político, mas, no engajamento do próprio ser. No contexto do mundo globalizado, a formação de relações entre um governo e outro se caracteriza no ato de estabelecimento de práticas de troca de informações que visam a instituição de acordos políticos e econômicos. No entanto, sabemos que o mundo não está sob as amarras do *sui generis*, vivemos sob fronteiras diversificadas, culturas múltiplas e com linguagens variadas. Todavia, mesmo mediante esse contexto as trocas entre uma nação e outra ocorre.

Diante disso, neste terceiro tópico, voltemos para o âmbito do uso das interpretações da língua e nas interpolações que este tipo de narrativa causa ao se embaralhar com as ações do homem no tempo, não apenas, como transmissor de informações, mas, também como vetor de impulso para o revisionismo e negacionismo dos passados. Posto isto, invoquemos os usos políticos da tradução. Em síntese, focaremos, no outro eixo temático de discussão presente nesta pesquisa, o das “mulheres de conforto” coreanas e nas declarações oficiais do governo japonês acerca dos seus crimes de guerra e para isso é necessário que contextualizemos alguns pontos.

Desde a década de 1950, ocorre por parte da cúpula do governo japonês a disseminação de declarações oficiais que reiteram o discurso de arrependimento sobre as atrocidades causadas pelo imperialismo. No *Institute of the Human Rights (IHRS)*²⁰ da Universidade de Columbia existe um projeto de compilação das *desculpas políticas* que foram feitas durante a história. Em relação ao Japão e à Coreia, pode-se observar que dos anos de 1960 até 2016, houve em torno de mais de 20 pronunciamentos, seja para a possível reparação ou para negação dos passados. Trazendo um pouco mais de especificidade, na questão das “mulheres de conforto” coreanas, é possível perceber que mais de dez pronunciamentos eram voltados para o assunto, especialmente, durante a década de 1990, que marca o fim do obscurantismo em torno do tema.

²⁰ Estabelecido em 1978, o Instituto tem o intuito de auxiliar na pesquisa acerca dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.humanrightscolumbia.org/>.

Os usos das declarações/pronunciamentos dentro das relações internacionais não é um movimento apenas do tempo presente. As nações, antes mesmo do estabelecimento do campo de estudos das Relações Internacionais após a Primeira Guerra Mundial, já utilizavam esta dinâmica para fomentar as suas políticas de bem-estar. Deste modo, a linguagem, seja ela escrita ou falada, faz-se necessária para o ato da constante manutenção desses vínculos e para que isso se efetue, os povos precisam se entender, por isso a tradução é um aspecto tão importante das políticas internacionais. Todavia, a existência das implicações ideológicas permeia as falas e as produções das declarações, levando assim, as manipulações. Segundo Burcin Kagan Mustafa:

A tradução geralmente, continua sendo uma prática obscura, com pouca consideração dada a sua significância política ou a sua complexidade. Isso se deve principalmente à visão amplamente difundida de que a tradução é uma prática imparcial, na transferência de mensagens de uma linguagem para outra, quase um ato mecânico, que produz tradução que são iguais às originais. Contudo, ao contrário dessa simplificação excessiva, a tradução é um processo cognitivo complexo de dois estágios de inferir o significado e em seguida de formular esse significado inferido em um idioma que é diferente em termos de linguística e composição cultural. (Mustafa, 2019, tradução nossa).²¹

Dado a discussão apresentada retornamos, para os usos políticos da tradução. De acordo com Kayoko Takeda, “a tradução cria oportunidades para o estado promover suas narrativas de guerra às memórias, ao mesmo tempo, que atende interesses políticos potencialmente conflitantes de diferentes partidos, nacionais e internacionais.” (Takeda, 2022, s/p, tradução nossa)²². Nas instâncias globalizadas do hoje, as nações precisam promover a sua história, mais precisamente o tipo de história que visa colaborar com as imagens na qual desejam perpassar sobre a sua sociedade para os outros países. Por isso, a existência de versões das mesmas declarações, em idiomas diferentes são produzidos, porém a constante representação das palavras para outras línguas sob um mesmo objeto, gera não apenas as re-interpretações do mesmo acontecimento, mas, também as suas omissões.²³

²¹ Tradução livre do original: “Translation generally remains an obscure practice with little consideration given to its political significance or its complexity. This is mainly due to the widely held view that translation is an unbiased practice in transferring a message from one language into another, an almost mechanised act, which produces translations that are equals to their originals. However, contrary to this oversimplification, translation is a complex two-stage cognitive process of inferring meaning and then formulating that inferred meaning in a language that is different in terms of its linguistic and cultural composition.” (Mustafa, 2019, não).

²² Tradução livre do original: “Translation creates opportunities for a state to promote its narrative of war memories while meeting potentially conflicting political expectations of different parties, domestic and international.” (Takeda, 2022, s/p)

²³ Relembremos que a linguística também faz parte do processo da escrita histórica. Ao falarmos de tradução, não estamos apontando para traduções literais (esta não existe), o máximo que pode ser feito são adaptações das palavras daquela língua (pontuamos também que os outros idiomas também têm sua própria estrutura

Acerca disso, a relação dos “reconhecimentos” dos *passados que não passam* com o exercício da tradução, corrobora para a chegada de um tipo de literatura que instrui a ação dos revisionistas e negacionistas, pois, há necessidade de se utilizar dos discursos “oficiais” como fundação para suas retóricas excludentes. Nesta perspectiva, os atores políticos usam de palavras que ajudem a mascarar certos acontecimentos de passados históricos. Com isso, as falas/escritas ou emprego de certos termos, quando traduzidos e dependendo de como foram traduzidos, são abraçados por outros discursos nas sociedades em que chegam. Utilizemos como exemplo, o *Kono Statement* (1993)²⁴ que foi proferido pelo ex-ministro das Relações Internacionais do Japão, Yohei Kono, durante seus mandatos, entre 1993-1995 e 1999-2001.

Nesta declaração, o reconhecimento político por parte do Japão sobre as “mulheres de conforto” é feito. Nas palavras contidas na declaração de Kono, afirma que houve a “participação” de forma direta ou indiretamente da cúpula militar no estabelecimento das estações de “conforto”, além disso, é colocado ainda que o movimento de recrutamento das mulheres foi feito por recrutadores privados a mando dos militares. (Kono, 1993).

“As estações de conforto eram operadas em resposta ao pedido das autoridades militares da época. Os militares japoneses estavam, diretamente ou indiretamente, envolvidos no estabelecimento e gerenciamento das estações de conforto e na transferência das mulheres de conforto. O recrutamento das mulheres de conforto era conduzido principalmente por recrutadores privados que agiram em resposta aos pedidos dos militares. Os estudos do governo revelaram que em vários casos elas eram recrutadas contra a sua própria vontade, por meio da persuasão, coerção etc., e que às vezes, o pessoal administrativo/militar participava diretamente nos recrutamentos. Eles viviam na miséria em estações de conforto sob uma atmosfera coercitiva.” (Kono, 1993).²⁵

Ou seja, houve a *confirmação* desse crime de guerra, mas, como aponta Yoshimi Yoshiaki, ao dizer que no mesmo dia em que a declaração foi publicada um outro documento foi apresentado ao texto deixou lacunas para reinterpretação do fato histórico, colocando figuras

morfológica). Nestes casos, em boa parte das traduções o sentido original ou a intenção no qual foi proferida tal sentença perde seu efeito natural. Dependendo da forma como a tradução é feita, os códigos/símbolos que se encontram no discurso proferido podem não chegar por completo para quem o está vendo, ouvindo ou lendo.

²⁴ A Declaração de Kono pode ser lida na íntegra através do site do Ministério de Relações Internacionais (MOFA). Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/rp/page25e_000343.html. Acesso em: 10/01/2024.

²⁵ Tradução livre do original - “Comfort stations were operated in response to the request of the military authorities of the day. The then Japanese military was, directly or indirectly, involved in the establishment and management of the comfort stations and the transfer of comfort women. The recruitment of the comfort women was conducted mainly by private recruiters who acted in response to the request of the military. The Government study has revealed that in many cases they were recruited against their own will, through coaxing, coercion, etc., and that, at times, administrative/military personnel directly took part in the recruitments. They lived in misery at comfort stations under a coercive atmosphere.” (Kono, 1993).

que provavelmente não seriam ou não foram de fato os perpetuadores do recrutamento para o “sistema de conforto.” (Yoshiaki, 2002, p. 37).²⁶

No Japão, existe através do site do Ministério de Relações Internacionais (Ministry of Foreign Affairs - MOFA), um vasto conteúdo acerca da história do país, incluindo textos sobre suas ações na Segunda Guerra Mundial e que estão sendo discutido através da posição/olhares do governo. Nos tópicos inseridos, pode-se observar uma gama vasta de informações históricas, acerca dos mais variados temas, incluindo uma seção dedicada para as “mulheres de conforto”, intitulada de: *Issue of comfort women*.

Takeda em seu artigo *Rewriting War Memory Through Translation* (2020) apresenta outro exemplo, ligado as “mulheres de conforto”, neste caso, o autor analisa o uso do termo “tráfico humano”. O emprego da palavra *jinshin baibai* (“human trafficking” ou “tráfico humano”) foi utilizado por Shinzo Abe em 2015, durante alguns dos discursos proferido na sua visita aos Estados Unidos. Aqui ocorre, quase no mesmo caminho que o pronunciamento feito por Kono, se fala no fato (“mulheres de conforto”), mas, fazendo uso de palavras que acabam por omitir certas informações que dão à memória desse passado sua confirmação. Para Takeda:

Entretanto, há alguns problemas, na forma como o termo “tráfico humano” foi utilizado. Primeiramente, não está claro quem fez o tráfico humano no qual Abe se refere. Ele quase soa como um espectador que está estendendo sua simpatia para as mulheres vitimizadas por um mal individual, ao invés de um representante da nação que foi responsável pela transgressão. E mais importante ainda, o termo correspondente a *jinshin baibai* (literalmente, “corpos humanos, vendidos e comprados), na raiz do discurso, tem uma conotação de indivíduos pobres que vendem os membros de suas famílias para *negociantes* em transações comerciais e que normalmente não tem o envolvimento do Estado. Em contraste, “tráfico humano” em inglês implica em um significado mais amplo, que inclui coerção e organização de atividade ilícita. (Takeda, 2020, p.6).²⁷

²⁶ Tradução livre do original - Yet, on the same day, in a document issued by the Cabinet Councillors' Office on External Affairs "On the Issue of Wartime Comfort Women'," was the statement "'It is evident, at any rate, that in the war areas, these women were forced to move with the military under constant military control and that they were deprived of their freedom and had to endure misery.'" The only thing evident here, however, is that the nuance of this statement is quite different from that of the government's official statement. Whether the subject doing the forcing is the state/ military or private operators remains ambiguous. (Yoshiaki, 2002, p. 37)

²⁷ Tradução livre do original: “There are a couple of problems, however, with the way the term ‘human trafficking’ was used. First, it is not clear who did the human trafficking to which Abe refers. He almost sounds like a bystander extending his sympathy to women victimized by evil individuals, rather than a representative of the nation that was responsible for the wrongdoing. And, more importantly, the corresponding term, *jinshin baibai* (literally, ‘human bodies selling and buying’) in the source speech, has a connotation of poor individuals selling their family members to dealers in commercial transactions and is not normally associated with state involvement. In contrast, ‘human trafficking’ in English is understood to entail a broader meaning that includes coercive and organized illicit activity.” (Takeda, 2020, p.6).

Resumidamente, os usos *políticos da tradução* implicam na perpetuação de *narrativas oficiais* que ligadas ao projeto político do Estado, desencadeiam a exclusão e silenciamento dos fatos históricos comprovados, assim como, das vítimas, impactando e impondo uma única memória para todo um corpo social, atingindo assim, a pesquisa histórica e os métodos que utilizamos para firmar a autenticidade dos objetos. Ademais, a circulação dessas informações nas mídias, especialmente os conglomerados jornalísticos que fazem uso de notícias sensacionalistas e da corrida desenfreada de dados que transbordam nas redes sociais, acabam por contribuir para os sistemas de revisionismo e negacionismo histórico. No contexto das relações internacionais, essa prática se estabelece como essencial para *as guerras de poder* entre uma nação e outra.

Para os historiadores que pesquisam fatos históricos que necessitam do uso de outras línguas, é preciso que também tomemos certos cuidados, para não cairmos nos mesmos preceitos oferecidos pelas *políticas ideológicas da tradução*. Especialmente, quando o nosso objeto de análise histórica, perpassa vários estágios da linguística. Culminado assim, na contaminação da prática historiográfica e no reforço da desinformação (revisão/negação) dos passados históricos sensíveis e nos traumas geracionais que ainda resistem as fronteiras do tempo.

CAPÍTULO 2: AS EPISTEMOLOGIAS HISTÓRICAS E A RESISTÊNCIA CRÍTICA – DECOLONIALIDADE, MEMÓRIA, TESTEMUNHOS E OS TRAUMAS NA HISTÓRIA DAS MULHERES DE “CONFORTO”

Em uma era onde a ascensão dos infortúnios em torno da produção de conhecimento está voltada para o corrompimento dos saberes comprovados pela ciência, observa-se que ao redor das sociedades existem estruturas que corroboram/compactuam com a contaminação dos discursos de negação e revisão dos fatos históricos. Dentre essas estruturas, podemos citar os projetos políticos que estão sendo construídos para as sociedades em meio ao mundo altamente interconectado, capitalista e que necessita de manter as aparências políticas de “boa vizinhança”. Nesta ordem, os saberes se encontram em uma constante fase de agitação sendo retirado de seus espaços de cientificidade e colocados na mira de uma destruição por partes dos usos de falas que tem como o seu objetivo a disruptura dos saberes.

Todavia, é necessário que observemos que a própria ciência também possui seus problemas, principalmente quando apontamos que a produção de conhecimento está para além das fronteiras de uma epistemologia eurocêntrica ou que visa corroborar com um projeto único de uma nação. Como destacam os autores, Suzanni Cassiane, Sandra Lucia Escovedo Selles e Fernand Osterma, no editorial, *Negacionismo científico e crítica a Ciência: interrogações decoloniais*: “Ainda que não se possa descartar que o ônus da ciência assume o status de conhecimento superior que subalterniza outros modos de saber, sua contribuição para o enfrentamento de problemas sanitários, ambientais e tecnológicos é indiscutível.”. (2022, p.9).

Desta forma, existe dentro das ciências um outro mundo a ser explorado e outros conhecimentos que estão em constante movimento de produção. Partindo desta síntese, encontra-se nos emaranhados da produção científica e neste trabalho histórico, a continuação de mecanismos providos de um colonialismo e que no mundo contemporâneo, pós era de independências das sociedades colonizadas, passou a ser chamada de colonialidade, como apontado pelos estudos do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), que surgiu no ano de 1998 e teve os nomes de Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Enrique Dussel, entre outros, como os principais teóricos, que buscaram olhar para as sociedades que foram subalternizadas durante processo de colonização ocorrido a partir do século XVI através de um olhar crítico a essas permanências dos esqueletos deixados pelo colonizadores e que se transmutaram ao longo dos anos.

O termo colonialidade, aqui utilizado por esse grupo de teóricos latino-americanos, ao ser relacionado com o fim do colonialismo histórico, isto é, ocorreu a acentuação de um outro projeto, onde as bases das relações coloniais continuam, exploram e acabam, por cercar os saberes e sua produção, os diferentes modos de vida, os Estados-Nação e os grupos humanos existentes (Tonial; Maheirie; Garcia Jr., 2017, p.19). Indo um pouco além, Luciana Ballestrin (2013, p. 100), usa das palavras Ramón Grosfoguel para evidenciar que a colonialidade “possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade.” Deste modo, no artigo, Os significados da perspectiva Modernidade/Colonialidade, dos autores Luis Fernando OLiveira e Danielle Tudes Pereira Silva temos:

Longe de serem naturais, essas formas de ser e estar no mundo foram historicamente construídas como um padrão de vida em sociedade, imposto a partir do século XV com a colonização europeia e, especialmente, com a conquista da América que significou não somente a criação de uma nova ‘economia-mundo’, mas, também, a formação do primeiro grande discurso do mundo moderno, um discurso sobre o outro forjado na conexão do Mediterrâneo com o Atlântico e que lança as fundações tanto da modernidade quanto da colonialidade (Oliviera, Silva, 2019, p. 8).

Através desse enunciado, podemos perceber que o conceito de moderno, aqui, utilizado pela lógica eurocêntrica/estadunidense, no qual entendemos e classificamos como ocidente, tende a colocar o outro, aquele que não se configura na lógica eurocêntrica do chamado norte-global, dentro dos padrões de civilidade, potência tecnológica, econômica e até mesmo cultural. Não obstante, o que vemos ainda nas expressões do mundo contemporâneo, é uma lógica que busca inferiorizar as sociedades do sul-global (América-latina, continente africano e Ásia) por meio das mais variadas alternativas: seja mediante a uma perspectiva de ajuda, como a dos acordos econômicos, diplomáticos ou nas manipulações dos conflitos internos e externos dessas sociedades, seja na ajuda humanitária e até mesmo no lançamento de tendências culturais, como vemos, por exemplo, na utilização do soft power.

É mediante essa colonialidade intrínseca ao ser das sociedades pós-coloniais, que observamos o alargamento das manifestações proposta, essencialmente como ponto chave da construção de saber e do ser na América Latina e que tenta se diferir, e até mesmo afastar-se, da teoria proposta pelo grupo de estudos asiáticos e africanos pós-colonialistas (Ballestrin, 2013, p. 90). Faz-se importante destacar que as propostas colocadas pelos grupos pós-coloniais se voltavam prioritariamente às formas de colonização exercidas pela Europa, dentro dos continentes asiáticos e africanos. O nascimento do paradigma de criticidade do grupo

Modernidade/Colonialidade, colocou no mapa as lacunas das conjunturas propostas pelos teóricos pós-coloniais:

Para Mignolo, as teorias pós-coloniais, da qual Chakrabarty faz parte, são narrativas que se dão no interior do universo acadêmico, é uma criação de intelectuais indianos em universidades do primeiro mundo. Trata-se de cientistas sociais asiático produzindo discursos em universidades ocidentais acerca de povos subalternos cujas realidades suas teorias não são capazes de refletir. (Leda, 2018, p. 123-125).

Desse modo, é proposto um terceiro ponto na teoria da Modernidade/Colonialidade, a decolonialidade (Ballestrin, 2013, p. 105). A decolonialidade aqui é entendida como uma ruptura epistêmica com a produção de saberes ocidentais, onde o outro é entendido e subalternizado a partir da perspectiva europeia de mundo e das relações coloniais impostas ao corpus colonizado. Falamos então de uma ciência que não permanece apenas nos moldes da teoria ou do mundo acadêmico, abrange propostas para que se possa superar essas fronteiras e desconfigurar os projetos políticos, discursos e imagens que atingem as sociedades a partir do processo de modernidade/colonialidade instituído pelo ocidente.

Entretanto, como já apontando anteriormente, entendemos que o grupo M/C produziu seus escritos pensando o espaço latino-americano, sendo assim, toda a construção da discussão decolonial abrangeu o espaço das populações latinas (indígenas, negros, imigrantes etc.) como parte de sua análise e produção de variadas epistemologias em busca de superar a modernidade e a colonialidade a si impostas. Isto posto, presenciamos nos últimos tempos, a amplificação do pensamento decolonial para outros espaços, não apenas do campo das ciências, mas, também para outros territórios. Citemos como exemplo, o autor africano, Sabelo J. Ndlovu-Gatsheni, que observa a decolonialidade como parte do futuro africano:

Este ensaio introduz e define a decolonialidade como um movimento epistemológico e promove a decolonialidade como uma forma de linguagem libertária para o futuro da África. Decolonialidade fala do fortalecimento e da ampliação dos movimentos de decolonização nos espaços que vivenciaram o tráfico negreiro, imperialismo, colonialismo, apartheid, neocolonialismo e subdesenvolvimento. Isto ocorre porque os domínios da cultura, da psique, da mente, da linguagem, da estética, da religião e muitos outros permanecem colonizados. (Ndlovu-Gatsheni, 2015, p. 486).²⁸

²⁸ Tradução livre do original: This essay introduces and defines decoloniality as an epistemological and political movement and advances decoloniality as a necessary liberatory language of the future for Africa. Decoloniality speaks to the deepening and widening of decolonization movements in those spaces that experienced the slave trade, imperialism, colonialism, apartheid, neocolonialism, and underdevelopment. This is because the domains of culture, the psyche, mind, language, aesthetics, religion, and many others have remained colonized. (Ndlovu-Gatsheni, 2015, p. 486)

Endossando ainda mais esse argumento, Jordi Serrano-Muñoz, em seu artigo, *Decolonial Theory in East Asia – Outlining a shared paradigm of epistemologies of the South*, enfatiza através das palavras da socióloga boliviana, Silvia Rivera Cusicanqui, a existência de um vínculo constante na rota sul-sul do globo, onde se busca dismantelar as bases das pirâmides instaladas pelo academicismo e às políticas do norte global, a partir da força renovada dos ancestrais (Serrano-Muñoz, 2021, p. 7). Diante do pensamento de Cusicanqui é que Serrano-Muñoz ressalta o conceito do trans pacífico, que podemos identificar como fazendo parte das produções científicas acerca do sul-global:

Ela constrói em sua tese um apelo por uma “ligação Sul-Sul” que seja trans regional, trans territorial e transcultural, que incluiria experiência não apenas da América, mas, também da Ásia e da África (Serrano-Muñoz, 2021, p. 6).²⁹

O autor Paik Nak-chung, no artigo *Coloniality In Korea and A South Korean Project For Overcoming Modernity* alerta de forma mais incisiva a repercussão da discussão da colonialidade na Coreia:

Estes fatos rudimentares nos lembram que a colonialidade no Leste Asiático – até mesmo na Coreia com o seu passado colonial – poderia vir a exibir um aspecto diferente daquele que acharíamos na América Latina, África ou em outras partes da Ásia. Elas também podem servir para esconder o fato de que a colonialidade com todo os seus aspectos complementares do Eurocentrismo, racismo/eticismo, a falta de direitos democráticos etc., tem sido e ainda é real no Leste Asiático (Paik, 2000, p. 74, tradução nossa).³⁰

Mediante o demonstrado até o momento, passaremos então a refletir sobre o espaço dos estudos coreanos a partir do pensamento decolonial. A decolonialidade, desse modo, será vista através da ótica não apenas da epistemologia do trans pacífico, mas, também conforme a ideia do chamado metaconceito, que será analisado a diante. Sendo assim, autores/ras como Jordi Serrano-Muñoz, Paik Nak-Chung, Hyunjung Lee, Younghan Cho, María Lugones, entre outros. Portanto, colocaremos no mapa o debate sobre a modernidade/colonialidade dentro das conjunturas do processo de colonização perpetuado pelo Império japonês. Deste modo, devemos entendê-lo como sendo um projeto colonial que não fora posto em prática a partir das formas da Europa/Estados Unidos. Em vista disso, articularemos estes argumentos com o tema

²⁹ Tradução livre do original - She weaves her thesis with a call for a trans-regional, trans-territorial, transcultural “South-South link” that would include experiences not only from America but also from Asia and Africa. (Serrano-Muñoz, 2021, p. 6).

³⁰ Tradução livre do original - These rudimentary facts remind us that coloniality in East Asia – even in Korea with its colonial past – would exhibit a different aspect from what one would find in Latin America, Africa, or some other parts of Asia. They may also serve to conceal the fact that coloniality with all its accompanying features of Eurocentrism, racism/ethnicism, lack of democratic rights, etc., has been and still is no less real in East Asia. (Paik, 2000, p. 74).

principal deste trabalho, as mulheres de “conforto” e o impacto das raízes da colonialidade na região e que acabam por ferir as memórias e os traumas deste fato através dos revisionismos e negacionismos históricos.

2.1 DECOLONIALIDADE NA COREIA DO SUL? UM METACONCEITO EM CONSTRUÇÃO PARA AS EPISTEMOLOGIAS DO TRANSPACÍFICO

Abriremos este tópico buscando entender a inserção do termo metaconceito e sua relação com a construção da discussão da decolonialidade no espaço em qual irá ser aplicado, a Coreia, mais precisamente o lado sul-coreano. Diante disso, devemos perceber que o metaconceito faz parte do campo da História dos conceitos, alvo de discussão pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. Para esse último, o conceito está além da singularidade da palavra, além da unidade linguística, isto é, o conceito é sempre algo polissêmico. Deste modo, necessitamos compreender o campo dos conceitos como uma categoria para análise das complexas ressignificações que ocorrem com alguns conceitos ao longo do tempo, ajudando assim na interpretação histórica (Kirschner, 2007, p. 49 apud Bentivoglio, Julio, 2010, p. 117).

Para isso, não podemos excluí-lo do lugar social (espaço) e do tempo ao qual tal conceito está imbuído. Ao relacionarmos isto ao metaconceito como ramificação do campo dos conceitos, observamos que se trata de uma categoria ambígua, pois para a ciência moderna, ainda não foi possível determinar a estrutura ou a tipologia do conceito, conforme apontaram as autoras russas Fisenko Olga, Nazartseva Ekaterina, Zharkova Elena, no artigo *Archetypes In Metaconcept Structure* (2021, p. 52). Dentro deste mesmo molde, paralelo com a discussão já posta por Koselleck, o metaconceito tem um significado muito mais complexo do que as amarras lexicais de sua palavra pontuam, pois pode ser definido:

[...] como umça forte “unificação de multiplicidade de manifestações individuais de uma entidade particular, bem como, a mais estável nas mudanças históricas e de definição de estrutura de visão de mundo (personalidade, nação, povo)”, eles “destacam-se da composição geral dos conceitos/constantas: um metaconceito cultural e que pode ser definido como “o arquétipo de uma inconsciência cultural” (Fisenki, Nazartseva e Zharkova, 2019, p. 54 apud Bolshakova, 2012, tradução nossa).

As autoras ainda reforçam que o metaconceito apresenta unidades mentais que imbuem valores como a: “família”, “gênero”, “mãe”, “pai”, “homem”, “mulher”, “casamento”, etc.,

como sendo os arquétipos da cultura. (Fisenko, Nazartseva e Zharkova, 2019, p. 54, tradução nossa).³¹

É através da lógica de expansão de significados e aplicabilidade que o campo do metaconceito leva/tem que o usaremos aqui para discutir a decolonialidade dentro dos processos da memória e da história coreana, o entrelaçando com o caso das mulheres de “conforto” e as constantes tentativas de se deslegitimar o fato, através das instâncias revisionistas e negacionistas que a assolam. Reconhecendo assim, que o campo da decolonialidade não apenas mostra que as sociedades colonizadas ainda estão sofrendo com as estruturas do colonialismo, mas, que estas continuidades impactam a produção da ciência, da informação e da memória daqueles que foram subalternizados.

Relembremos assim, que o conceito de colonialidade, está antes de tudo ligado aos corpos que integram o mundo colonial, estes sujeitos então perpassam as etapas do discurso opressivo vinculada as questões do poder, do ser, do saber e do gênero. Classificando os assim, como: “[...] humano, o colonizador; como não humano, os nativos indígenas e, um pouco mais tarde, os africanos escravizados, todos vistos como animais e primitivos” (Martins, 2023, p. 178). Deste modo, é preciso que nos voltemos então para os projetos de colonização e de modernidade proferidos e que impactaram as estruturas das organizações da sociedade, principalmente, após o seu movimento de independência e os conflitos da Guerra da Coreia.

Contudo, ao falarmos sobre colonização, sempre nos voltamos aos processos que foram feitos pela Europa, principalmente os ligados ao continente americano e africano, ou seja, até a lógica em que concebemos os aspectos da conjuntura colonial, o inserimos através de um paradigma eurocentrado, em especial, quando falamos sobre o imperialismo. Isto acaba caindo, inclusive em um certo silenciamento de outros eventos históricos.

Ou seja, muitas vezes sabemos pouco ou quase nada sobre outros movimentos que ocorreram na historiografia, uma vez que sempre nos atentamos aos estudos eurocêntricos/estadunidenses. Pensando nisso, percebe-se a ocorrência e mapeamento do que deve ou não ser aplicado dentro do ensino de uma sociedade. O que também recai sobre a ideia do grau de importância que certos saberes recebem em relação a outros. Este tipo de movimento acaba por ressaltar práticas que colocam os conhecimentos e aqui irei me referir a uma

³¹ Tradução livre do original - Following A.Yu. Bolshakova, we will define metaconcept as the strongest, “unifying the multitude of individual manifestations of a particular entity, as well as the most stable in historical changes and defining the structure of the worldview (personality, nation, people)”, they “stand out from the general composition of concepts/constants: cultural metaconcept and can be defined as “the archetypes of the cultural unconscious” (Bolshakova, 2012). The metaconcepts include value-relevant mental units, such as: “family”, “gender”, “mother”, “father”, “man”, “woman”, “marriage”, etc., which are the archetypes of culture. (Fisenko, Nazartseva e Zharkova, 2019, p. 54.)

perspectiva mais generalizante, a do Sul-global, em instâncias de inferioridade. Colaborando assim com a lógica das continuidades coloniais posta pela discussão da colonialidade do saber, segundo Serrano-Muñoz através das palavras de Boa Ventura de Sousa Santos (2007) o uso do termo:

[...] “linha abissal” para falar de uma linha imaginária criada por agentes de poder que nos ajuda a visualizar a divisão entre pessoa e conhecimento como sendo “legítimo” ou “inválido”. Todas as pessoas e tudo que está acima da linha abissal é reconhecido pelos agentes de poder como válido, justificável e, portanto, existente. Acima da linha abissal está incluído as identidades (por exemplo, branco, heterossexual, homem), as práticas (políticas neoliberais), os conhecimentos (filosofia ocidental) e epistemologias (projeto de modernidade liderado pelo Iluminismo). Em oposição a isso, tudo que está abaixo da linha abissal é invalidado, é invisível e representa os oprimidos em qualquer dimensão (Serrano-Muñoz, 2021, p.11).³²

Em vista disso, para acentuarmos a discussão acima, devemos voltar à questão da modernidade/colonialidade existente dentro da teoria decolonial. Para alguns autores coreanos, como Hyunjung Lee e Younghan Cho, o debate sobre modernidade/colonialidade, cairá no tópico da chamada *modernidade colonial*. Este tema gerou muitas produções na comunidade acadêmica asiática em geral. No caso da Coreia, a produção acadêmica discutiu a influência do anseio pela modernidade/modernização, aqui ligada a colonização japonesa na região, que acabou por “induzir” o “avanço” da sociedade coreana nos contextos da colonização, mas, principalmente, nos períodos de pós colonização, assim como nos processos pós-guerra das Coreias.

Para isso, a autora estadunidense, Tani Barlow, traz então uma abordagem geral para entendermos sobre esta terminologia de “modernidade colonial”. Segundo Barlow, ao fazer uso desta expressão para o espaço do leste asiático, a autora propõe que colonialismo e a modernidade não são conjunturas que devem ser trabalhadas de forma isolada, mas, devem ser pensadas como processos que ocorrem em conjunto e de forma simultânea e que tem uma codependência em relação ao capitalismo (Serrano-Munoz, 2021, p. 11). Os autores Hyunjung Lee e Yougchan Cho, no artigo intitulado *Modernidade Colonial para além do contexto do Leste Asiático*, publicado em 2012, apontam que:

³² Tradução livre a partir do original: Santos (2007) uses the term “abyssal line” to talk about an imaginary border created by agents of power that helps us visualize the division of people and knowledge as either “legitimate” or “invalid”. Everyone and everything that is above the abyssal line is recognized by agents of power as valid, as justifiable, and therefore, as existing. Included above the abyssal line are identities (for instance, white heterosexual male), practices (neoliberal policies), knowledges (Western philosophy), and epistemologies (the Enlightenment-led project of modernity). In opposition to this, everything that falls below the abyssal line is invalid, it is invisible, and it represents the oppressed in any dimension.

[...] Barlow (1997) acredita que o colonialismo e a modernidade estão ligados às características essenciais da história do capitalismo industrial, advogando que o quadro da modernidade colonial como uma forma de pensamento extranacional ou multinacional, ou seja, uma forma de remapear a multinível o Leste Asiático (Lee, Cho, 2012, p. 602).³³

Todavia, recapitulemos que no contexto do Leste Asiático, tivemos muitas incursões coloniais feitas por nações ocidentais, estas que já estavam desde o século XVI com este projeto em expansão. No Caso do Japão, este projeto iniciou-se tardiamente, durante o século XIX, em um cenário de uma nova etapa para o processo de colonização, a expansão deste para o continente asiático. Sendo uma das poucas nações da Ásia que não caiu nas mãos do projeto colonial ocidental, o Japão constitui um projeto colonial para si, em meio aos anseios da expansão da sua nação, assim como, da sua própria proteção. Porém, essa ascensão no quadro do imperialismo não era algo fácil, sobretudo, em meio as nações ocidentais que viam as nações asiáticas através de vieses estereotipados. Ainda segundo Hyunjung Lee e Yougchan Cho:

De fato, o conceito de modernidade colonial pode ser aplicado tanto ao colonizador quanto ao colonizado: isto é algo particularmente do caso do Leste Asiático. No início do século XX, o Japão era o colonizador e a força ocupadora, assim como, o único poder imperial na região. Contudo, como o único império não ocidental, O Japão sofreu ao tentar diferenciar a si mesmo do restante da Ásia ao mesmo tempo em que tenta “imitar” o Ocidente, algo que foi aceito em toda da região, como o destino final para a modernização. Assim como, A Coreia e Taiwan, o Japão foi pego em meio do dilema do não-branco, não exatamente, e ainda assim semelhantes. (Ching 1998 apud Lee; Cho, 2012, p. 603).³⁴

Em outras palavras, o Japão, ao mesmo tempo em que se colocava como uma potência imperialista dentro do cenário global, acabava por ser impactado pelas formas que os próprios asiáticos eram vistos pelo Ocidente. Apesar de certas semelhanças nas atitudes, temos uma nação que não se classifica dentro dos parâmetros estabelecidos pelo projeto imperialista europeu/estadunidense e isto acaba por entrar em choque com as instâncias do projeto imperialista japonês, pois, as outras nações que serão colonizadas pelo Japão também estarão ligadas aos olhares subalternizados do ocidente. Deste modo, essa colisão atingiu as formas em

³³ Tradução livre a partir do original: Because Barlow (1997b) believes that colonialism and modernity are linked, essential features of the history of industrial capitalism, she advocates the frame of colonial modernity as a way of thinking in extranational or multinational ways about the multi-level remapping of East Asia. (Lee; Cho, 2012, p.602)

³⁴ Tradução livre a partir do original: Of course, the concept of colonial modernity can be applied both to the colonizer and colonized: this is particularly so in the case of East Asia. In the early twentieth century, Japan was the colonizer and occupying force, as well as the sole imperial power in the region. However, as the only non-Western empire, Japan struggled to differentiate itself from the rest of Asia and also to emulate the West, which was accepted throughout the region as the ultimate destination for modernization. Like Korea and Taiwan, Japan was caught in the quandary of non-White, not-quite and yet-alike (Ching 1998). (Lee; Cho, 2012, p. 603).

que o colonialismo japonês foi perpetuado, em relação ao método das nações europeias. Para Axel T. Paul e Matthias Leanza, no artigo, *Comparing Colonialism: Beyond European Exceptionalism. Introduction*:

De acordo com essa visão, Japão não apenas entrou no “jogo imperial” comparativamente tarde, mas, também ficou incapaz/impossibilitado de apelar para hierarquias raciais da mesma forma que os impérios europeus fizeram. Como um poder/potência asiática reinando sobre outras nações eles foram obrigados a desenvolver formas alternativas de legitimar sua conquista colonial e de dominação. (Paul; Leanza, 2021, p.234).³⁵

No caso da Coreia o processo de colonização correu em 1910, através da anexação da região. O jogo diplomático e as manipulações políticas exerceram grande peso para que um tratado fosse produzido e o poder fosse tomado da Dinastia Joseon e a monarquia coreana chegasse ao seu fim. Por conseguinte, teremos um processo assimilacionista posto em vigor, ocasionando assim, mudanças nas estruturas da nação coreana, desde a língua falada até o comportamento a ser seguido pelos coreanos. A acentuação do projeto de colonização na Coreia terá essas configurações do discurso de modernização e civilização, mas, retomemos o ponto de que este projeto sofre com essas distinções. Segundo Jordi Serrano-Munõz:

[...] Em seu artigo “Rumo a uma genealogia da biopolítica” ele explora como as tecnologias biométricas foram importadas do ocidente durante os séculos XIX e XX e depois convertidas para alcançar as necessidades do governo nacional hegemônico e imperial do Japão: “para colocar de outra forma, o que foi traduzido não era formas específicas de conhecimento – por exemplo, a taxonomia europeia sobre raça, o discurso do “fardo do homem branco”, e assim por diante – mas sim, a própria condição sobre o conhecimento racial em que o discurso biológico-racista além do eurocentrismo se tornou possível. (Nishiyama, 2015, p.342, apud Serrano-Muñoz, 2021, p. 15, tradução nossa).³⁶

Na Coreia, teremos então o uso da chamada colonização de povoamento/ocupação (*settler colonialism*), isto que se torna uma marca do projeto colonial é algo fundamental para a formação do estado moderno japonês, sendo considerado algo que ultrapassa as barreiras da nação (transnacional), podendo ainda ser visto nos dias de hoje, como afirma McDonald (2020,

³⁵ Tradução livre a partir do original: According to this view, Japan not only entered the “imperial game” comparatively late, but was also unable to appeal to racial hierarchies in the way that the European overseas empires did. As an Asian power ruling over other Asian nations, it was compelled to develop alternative forms of legitimation for colonial conquest and domination.

³⁶ Tradução livre a partir do original: [...] In his piece “Towards a Genealogy of Biopolitics” he explores how biometric technologies were first imported from the West during the nineteenth and twentieth centuries and then converted to meet the needs of Japan’s hegemonic national and imperial rule: “to put it another way, what was translated was not particular forms of knowledge – for example, the European taxonomy of race, the discourse of the “White man’s burden”, and so on – but rather the very condition of racial knowledge in which the biological - racist discourse beyond Eurocentrism became possible” (Nishiyama, 2015: 342).

p. 392). A colonização de povoamento era uma forma de se ter o território/terra do colonizado e assim substituí-lo enquanto sociedade, isso ocorria através da sua eliminação ou expulsão do seu território de origem. Este tipo de processo está muito ligado a questão de raça, um dos principais pontos de discussão da teoria decolonial. Porém, essa dinâmica geral do que se entende sobre a colonização de povoamento, tem suas particularidades quando falamos da colonização da Coreia. Segundo McDonald:

Como um todo, a colonização de povoamento/ocupação sugere a necessidade de incorporar ao invés de excluir os exemplos japoneses. Como Azuma defende, em vez de simplesmente monopolizar a terra, “o processo formativo da construção de um novo Japão era inseparável da relação triangular que englobou não apenas os colonos que se apropriaram das terras e os indígenas dispensáveis, mas, também a pré-existência de não japoneses e outros grupos de colonos imigrantes. (McDonald, 2020, p. 393-394, tradução nossa).³⁷

No caso, a “destruição” da sociedade coreana não ocorreu apenas através da manipulação do território, com as mudanças e construções de estradas e linhas de ferro, mas, também com a já citada assimilação. Nesta conjuntura, ocorreu a abolição da língua coreana, a proibição dos costumes e até mesmo a mudança dos seus nomes, estes que passaram a ser japoneses. Todo este movimento em conjunto com a perspectiva de uma “modernidade colonial”, exercida com a mudança do ambiente urbano a partir da industrialização da região e inserção do sistema capitalista, colocou no “moderno” e “civilizacional” a missão de uma “exploração esclarecida” (*enlightened exploitation*).

A lógica das políticas da exploração esclarecida pode ser descrita como uma prática de legalizar a reivindicação para a proteger um lugar habitado por pessoas que são definidas como incapazes de se tornarem civilizadas por conta própria. Foi compreendido, é claro, que o regime protetor tinha acesso aos recursos humanos e materiais do lugar que protegia. (Dudden.Alexis, 2005, p. 9).³⁸

Observa-se assim, que o Japão estabeleceu um grande projeto imperialista, principalmente após a sua abertura durante o período Meiji, com uma crescente industrialização da região. Essas mudanças ocorreram durante uma era de transformação na sociedade japonesa,

³⁷ Tradução livre a partir do original: As a whole, Japanese settler colonialism suggests the need to incorporate rather than exclude Japanese examples. As Azuma argues, rather than simply monopolizing land, “the formative process of constructing a new Japan was inseparable from the triangular relationship that encompassed not Only land-grabbing settlers and dispensable indigenes but also pre-existing non-Japanese residents and other competing immigrant-settler groups”. (McDonald, 2020, p. 393-394).

³⁸ Tradução livre a partir do original: The logic of the politics of enlightened exploitation can be described as the practice of legalizing the claim to protect a place inhabited by people who were defined as incapable of becoming civilized on their own. It was understood, of course, that the protecting regime had access to the material and human resources of the place it protected. (Dudden. Alexis, 2005, p. 9).

saindo do xogunato e entrando no sistema imperialista. Com isso, teremos a influência do discurso protecionista contra a crescente onda imperialista na Ásia, através do que será chamado de pan-asianismo, corrente que visava a proteção contra a entrada da dominação estrangeira nas nações asiáticas, assim como, estabelecia cooperação entre elas. O pan-asianismo fomentava principalmente os ideais nacionalista destas nações, no caso japonês, isto fica evidente com o uso das políticas de protetorado nas nações vizinhas, a exemplo da Coreia. Com isso, as mudanças que foram implantadas nesse protetorado findaram em duas nações (Japão e Coreia), “*made as one*”, ou seja, em uma tradução literal, “tornaram-se um só”.

Essas imbricações tornaram as estruturas da sociedade coreana abalada. Se antes da colonização a sociedade coreana já consistia em uma estrutura hierárquica baseada em castas, no período colonial isso será acentuado com a mudança de governo, saindo de uma monarquia para uma base imperialista, onde teríamos uma espécie de governador (japonês) e acima dele o imperador. Então teremos o uso dos coreanos e coreanas, para a mão de obra forçada, assim como para a militarização da sociedade coreana. No caso, o uso forçado dos cidadãos/ãs coreanos cairá dentro da questão da raça como algo importante, para entendermos a visão dos japoneses sobre os corpos colonizados. Sobre isso, a autora Bang-Soon aponta que:

Discriminação de classe e de gênero, ao invés do conflito étnico e racial, era uma característica notável da (unificada) Coreia. A significância, embora, não era considerada uma questão política legítima na Coreia, durante a segunda metade da Dinastia Choson (1394-1910). Entretanto a dominação colonial japonesa na Península coreana (1910 -1945), trouxe este problema a frente como uma política racial hierarquicamente estruturada, posicionando os coreanos a um nível inferior. Esta ordem racial não era baseada em uma categorização biológica ou médica, nem tampouco, era baseada na inferioridade cultural. Era antes o resultado artificial de um agrupamento político pela hegemonia colonial. Armada com o modelo ocidental de modernização, o governo japonês controlou diretamente as instituições essenciais da Coreia e intencionalmente rebaixou os coreanos a classe de cidadãos inferiores dentro do mapa do poder colonial. (Bang-Soon, 2015, p. 459, tradução nossa.).

Sabemos que para a construção da modernidade/colonialidade no Ocidente, o uso desses processos de racialização foi crucial na manutenção da ordem colonial. Isto equivale também para o discurso de modernidade colonial aplicando-a sobre as nações que ficaram sob o domínio do Japão, como no caso da Coreia. Entretanto, as questões raciais aqui se adequaram aos moldes de pensamento baseados para algo além da cor da pele.

Contudo, ao analisarmos Japão e Coreia nesta perspectiva, devemos colocá-los dentro da esfera do pensamento global e multifacetado, onde as relações se configuram e reconfiguram constantemente mediante o sistema-mundo (Immanuel Wallerstein, 1999). Ou seja, os aspectos

da ideia de raça eurocêntrica, não se constituíram de forma universalizante em comparação ao que é pontuado por Quijano sobre a América Latina e os corpos colonizados. No recente artigo da autora Jungah Kim-Kiteishvili, *Specters of comfort women: Biopolitical colonial warfare, questions of humanity, and the haunted future* (2023), há a seguinte afirmação:

Notavelmente, os aspectos políticos de sua experiência corporais são deixados de lado no discurso pós-colonial, principalmente devido à estrutura axiomática ao pensar “raça” como sinônimo de “cor”. Para esses povos colonizados, no entanto, o racismo habita não apenas na luta política por dominação, mas também, como Achille Mbembe aponta: “na instrumentalização generalizada da existência humana e na materialidade da destruição dos corpos humanos e das populações.” (Kim-Kiteishvili, 2023, p.55).³⁹

Mediante o apresentado, não podemos deixar de mencionar as questões envolvendo o “puritanismo sanguíneo”. Se a início do processo colonial, tivemos o projeto através da assimilação, a partir da educação e das mudanças do ser e do viver como coreanos dentro do regime colonialista, aqui, perceberemos a segregação e conseqüentemente uma intensificação do discurso do “complexo de inferioridade” em relação aos corpos colonizados. Havia a necessidade dos japoneses de ser distinguir não apenas hierarquicamente dos coreanos, mas, também na suposta biologia étnica que os diferenciava. Usemos, como exemplo, corpos colonizados para o trabalho manual no contexto da expansão colonial japonesa no país, assim como, no uso destes para o trabalho exploratório em fábricas no território do Japão.

Havia assim, uma biopolítica do poder rodando os discursos sobre as formas nas quais os corpos coreanos/as deveriam ser entendidos. Posteriormente, essa questão irá se acentuar com o processo de escravização sexual das mulheres coreanas ao longo dos anos de 1930. Deste modo, a exploração dos corpos colonizados se encaixava na instrumentalização em relação ao império, ou seja, o controle do Estado era crucial, seja nas decisões de vida, seja nas decisões envolvendo o seu extermínio. Vale ressaltar que as questões envolvendo as características sanguíneas irão se perpetuar para além do sistema colonial na Coreia.

Dado esse contexto, precisamos entender a existência de uma dualidade em que a discussão sobre a construção de um pensamento decolonial na Coreia aqui proposta irá tomar a partir do final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Se desde 1910 foi apresentado um contexto de uma colonização perpetuada por uma nação vizinha, o Japão, que busca expandir

³⁹ Tradução livre a partir do original: Notably, the biopolitical aspects of their embodied experience are left out in the postcolonial discourses primarily due to the axiomatic structure of thinking “race” as synonymous with “color.”¹¹ For such colonized peoples, however, racism inhabits not only the political struggle for sovereignty but also, as Achille Mbembe points out, “the generalized instrumentalization of human existence and the material destruction of human bodies and populations” (Mbembe, 2019, p. 68; destacado no original).

sua hegemonia imperial na região, trazendo assim, através de um colonialismo, que ao mesmo tempo tenta simular o projeto colonialista do mundo europeu, mas, o imbui de suas próprias características, teremos com o processo final da Segunda Guerra em 1945 e o movimento pro-independência da Coreia, o fim da hegemonia japonesa na região, mas não o fim de certos passados que ainda assolam a sociedade coreana na contemporaneidade. É a partir disso, que podemos apontar uma mudança no colonialismo, mudança esta que Ramón Grosfoguel chamará de colonialidade global (2011, s/p).

De acordo com o autor, o mundo saiu de um estado de um “colonialismo global” e passou agora para um estado de “colonialidade global”, isto é, as estruturas coloniais permaneceram em uma escala maior do que se imaginava dentro da discussão proposta para a América Latina. Contudo, observemos que na Coreia, estes serão processos multifacetados, pois, assim como tivemos o colonialismo japonês ativo, teremos ao fim do processo da Segunda Guerra Mundial, e posteriormente com a Guerra das Coreias, entre 1950 a 1953, a divisão da Península em territórios, o norte e o sul, seguindo ideologias diversas, o norte comunista e o sul, uma “democracia liberal”, tendo sido a entrada dos Estados Unidos na região parte da origem das mudanças. Segundo Grosfoguel:

A antiga libertação nacional e as estratégias socialistas de tomada de poder. Em um nível de um estado-nação não é suficiente, por que a colonialidade global não é reduzida entre a presença ou ausência da administração colonial (Grosfoguel 2002) ou para as estruturas políticas/econômicas de poder. Um dos mais poderosos mitos do século XX era a noção de que a eliminação das administrações coloniais equivaleria a decolonização do mundo. Isto levou ao mito de um mundo “pós-colonial” (Grosfoguel, 2011, s/p, tradução nossa).⁴⁰

A Coreia será impactada de duas formas dentro da esfera da globalização da colonialidade: a priori pelo já apontado colonialismo e suas repercussões durante e após a colonização japonesa; e pelo desenvolvimento das relações entre os países do globo após a Segunda Guerra Mundial e com a hegemonia estadunidense crescente. O autor Paik Na-Chung (2000), aponta a semelhante dualidade entre o projeto colonial do Japão e o projeto europeu, e aqui podemos incluir o estadunidense, como uma porta para a entrada do eurocentrismo na Península coreana:

A colonização da Coreia pelo Japão, também, produziu superficialmente características menos ocidentalistas e as vezes antiocidental, mas, na realidade

⁴⁰ Tradução livre a partir do original: The old national liberation and socialist strategies of taking power at the level of a nation-state are not sufficient, because global coloniality is not reducible to the presence or absence of a colonial administration (Grosfoguel 2002) or to the political/economic structures of power. One of the most powerful myths of the twentieth century was the notion that the elimination of colonial administrations amounted to the decolonization of the world. This led to the myth of a “postcolonial” world. (Grosfoguel, 2011, s/p,)

acabou inculcando sobretudo valores eurocêntricos. Por um lado, a retórica antiocidental do Japão, muitas vezes funcionou para tornar os coreanos mais receptivos ao ocidente e alheios a cumplicidade da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos nos primeiros dias do projeto colonizador do Japão. Porém, o mais importante, por conta do sistema mundo capitalista que impôs o seu domínio colonial através de um substituto asiático ao invés de um domínio direto por um Estado Ocidental, seu Eurocentrismo funcionou de forma mais insidiosa e em alguns sentidos mais eficaz. (Paik, 2000, p. 75, tradução nossa).⁴¹

Estamos diante de situações coloniais, situações estas que se reverberaram além do que o colonialismo propôs. Isto é, as relações de poder são voláteis e com essas variáveis ocorre transformações. No aspecto da colonialidade do poder, termo cunhado por Anibal Quijano, teremos, por exemplo, uma conceituação vinculada ao parâmetro da ideia construída em torno da raça dentro do âmbito biológico, corroborando assim com o sistema capitalista e com a modernidade/colonialidade do ocidente, pontuando esferas de poder que buscam legitimar os corpos colonizados como inferiores (Quijano, 2005, p. 117-119). Na Coreia, isto pode ser observado com a discussão sobre a “modernidade colonial”, proposta para discutir a suposta modernidade advinda do processo colonial que buscava “civilizar” a nação coreana, não apenas na industrialização do território, mas, também o seu povo.

Assim, falaremos sobre as situações coloniais que usam “exploração/opressão da cultura, a da política, da sexualidade e da economia de grupos étnicos/racializados que são subalternizados por grupos étnicos/raciais dominantes, com ou sem a existência de administrações coloniais” (Grosfoguel, 2011, s/p). Em outras palavras, com a mudança de cenário histórico, incluiremos situações coloniais que abrangem a colonialidade na Coreia, chocando-se entre um passado recente com o imperialismo japonês e as dinâmicas envolvendo o Ocidente e suas relações com Ásia.

Isto irá impactar a reconstrução da identidade coreana e da sua sociedade mediante a eventos históricos tão recentes, como é o caso do regime imperial japonês, do neocolonialismo estadunidense na região e posteriormente divisão da nação em duas. Essas instâncias estarão marcadas pelo ser (Maldonado-Torres, 2007) e pelo saber, pontos cruciais para o desempenho dos elos de poder exercido pela colonialidade. No caso da colonialidade do saber (Grosfoguel, 2008), podemos defini-la como sendo a parte da teoria do conhecimento produzida por saberes

⁴¹ Tradução livre a partir do original: Korea's colonization by Japan, too, produced superficially less westernized and at times even anti-western features but actually ended up inculcating mostly Eurocentric values. For one thing, Japan's anti-western rhetoric often worked to make Koreans more receptive to the west and oblivious of the complicity of Britain and the United States in the early days of Japan's colonizing venture. But more importantly, because the capitalist world system imposed its colonial rule through an Asian surrogate rather than through direct rule by a western state, its Eurocentrism worked more insidiously and in some senses more effectively. (Paik, 2000, p. 75).

que não se encaixam nos padrões epistemológicos produzidos a partir do advento da modernidade, ou seja, os conhecimentos indígenas dos colonizados, por exemplo.

Vai haver assim, a necessidade pelo reconhecimento de saberes não ocidentalizados e colonizados. No lado coreano isto estará presente na chamada “teoria indígena”. No artigo, *Not So Universal? The Search for Indigenous International Relations Theories in South Korea*, de Byoung Won Min, publicado em 2016, existe a necessidade de se distanciar dessas epistemologias que buscam marginalizar o espírito do conhecimento. O referido autor fala disso através do campo das Relações Internacionais, mas, o seu texto pode ser aplicado para as várias instâncias que envolvem a produção de conhecimento coreana, segundo ele:

A virada [epistemológica], mesmo que tenha começado como um movimento acadêmico para superar a dependência de acadêmicos das RI (Relações Internacionais) da Coreia, em relação ao Ocidente, marcou a predisposição da comunidade acadêmica coreana para refletir suas próprias condições e buscar um caminho além do seu passado colonial. O movimento em prol das teorias indígenas, portanto, deve representar não apenas as movimentações epistemologia, mas, também ontológicas de acadêmicos que queriam estabelecer estruturas autônomas para analisar a realidade que vivenciaram. (Byoung, 2016, p. 463, tradução nossa).⁴²

Partido disso, se faz necessário entender que a Coreia é um país influenciado pela filosofia confucionista, esta que rege as esferas sociais, políticas, econômica, religiosa e na produção do conhecimento, da nação há vários séculos. Mesmo diante de um sistema democrático e capitalista, a filosofia de Confúcio não pode ser separada da sua sociedade, o que também influenciará o ser coreano mediante as conjunturas da colonialidade. Durante o processo de colonização, segundo Yung Chen (2021), o confucionismo coreano “não era imune aos altos e baixos da sociedade, mas, sim teve profunda participação em sua transformação em cada momento histórico”. O confucionismo, desse modo, está ligado a proposta das epistemologias indígenas e como afirma Munõz (2021, p.16):

No contexto do Leste Asiático, isto pode reacender o poder dentro das epistemologias indígenas para reformular as formas de abordar fundamentos tradicionais, como o Confucionismo, o Taoísmo ou o Budismo. Esta tarefa deve ir contra o olhar paternalista do Ocidente. Deve também, confrontar os preconceitos particulares das elites nacionais e regionais que foram trazidos e que reproduziu a crença da colonialidade do saber de que essas epistemologias

⁴² Tradução livre a partir do original: The turnover, even though it began as a movement to overcome the academic dependence of Korea’s IR scholars on the West, marked the predisposition of Korea’s academic community to reflect its own conditions and to seek a path beyond its colonial past. The movement for indigenous theories, therefore, should have represented not only epistemological but also ontological motivations by scholars who wanted to establish autonomous frameworks for analyzing the reality they experienced. (Byoung, 2016, p. 463).

são invalidas por não se encaixarem no projeto da modernidade. (Serrano-Muñoz, 2021, p.16, tradução nossa.)⁴³

Dada esta conjuntura, a discussão sobre o ser não deve ficar de fora. O indivíduo colonizado e, posteriormente, interligado a lógica da colonialidade, é parte intrínseca da decolonialidade, pois além de integrar os eventos, a colonialidade também afeta a sua identidade e existência. Deste modo, entende-se como colonialidade do ser como parte dos aspectos variados que compõe a colonialidade do poder e do saber, como afirmou Maldonado Torres (2007, p. 242): “A ideia de que as relações coloniais de poder deixaram uma marca tão profunda não apenas nas áreas de autoridade, sexualidade, conhecimento e economia, mas, também na compreensão geral do ser.”.

No artigo chamado *A resistência à colonialidade: definições e fronteiras*, dos autores Felipe Augusto Leques Tonial, Kátia Maheirie e Carlos Alberto Severo Garcia Jr., é possível verificar uma definição da colonialidade associada às experiências vividas, as quais visam negar a existência do outro não eurocêntrico. Para Tonial (et al):

Podemos afirmar, de acordo com Restrepo e Rojas (2012), que a inferiorização do/a subalterno/a colonial é uma característica da colonialidade do ser, já que este passa a identificar seu modo de vida e saberes como inferiores aos modernos. E, pela perspectiva de Castro-Gómez (2012), nos obrigamos a considerar também que a colonialidade funciona e se sustenta nas produções de subjetividade eurocentradas. (Tonial, Maheire e Garcia Jr, 2017, p.21).

Isto se acentua ao falarmos da raça e do gênero, por exemplo. Para Maldonado-Torres (2007), a questão racial é crucial para se entender a colonialidade do ser, não apenas enquanto a negação da sua vida, mas, também as imagens que serão construídas em torno de si, a partir da ciência moderna. O gênero adentra aqui, como o outro lado de uma mesma moeda, já que ao estudarmos raça, não podemos desassociá-la da interseccionalidade que a perpassa. Por isso, María Lugones, em seu texto, *Colonialidade e gênero* irá acentuar este paradigma de inferiorização e “inexistência” do gênero colonizado, ao dizer que:

Somente ao perceber gênero e raça como tramados ou fundidos indissolavelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor. Isso significa que o termo “mulher”, em si, sem especificação dessa fusão, não tem sentido ou tem um sentido racista, já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante – as mulheres burguesas brancas heterossexuais

⁴³ Tradução livre a partir do original: In the context of East Asia, this can go from rekindling the power within indigenous epistemologies to reformulating ways of approaching foundational traditions such as Confucianism, Taoism, or Buddhism. This task must go against the patronizing gaze of the West. It must also confront the prejudices of particular national and regional elites that have bought into and reproduced coloniality of knowledge’s belief that these epistemologies are invalid as they do not fit the project of modernity. Serrano-Muñoz, 2021, p.16).

– e, portanto, esconde a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica. (Lugones, 2020).

No território coreano, podemos enfatizar as discussões a partir da reconstituição da sua sociedade após a colonização. A conjuntura de um passado que não passou, como é caso das disputas políticas entre o Japão e a Coreia, que ainda ocorrem sobre certos espaços geográficos, como é o exemplo da ilha de Dokdo, os embates em torno da negação, do reconhecimento da memória e da vida daqueles que fizeram parte de fatos históricos, como é caso daqueles que foram usados como de mão de obra colonial, assim como, das milhares de mulheres coreanas forçadas a escravização sexual, se ligam a existência de uma colonialidade japonesa. Tudo isso, divide espaço com a influência eurocêntrica/estadunidense que se perpetuou durante e após o período de ocupação dos Estados Unidos na região.

A inferiorização do ser será posto mediante dois processos de violência contínuos, com isso, as questões étnicas/raciais, sociais e de gênero estarão na mira deste passado colonial ainda muito recente e na colonialidade resistente promovida pelo Japão, este que já não exerce um poder hegemônico aos moldes da Europa/Estados Unidos, mas, também da própria atual colonialidade proferida pelos Estados Unidos através da sua relação com o lado sul-coreano.

Portanto, ao falarmos de decolonialidade na Coreia, devemos reconhecer as variadas nuances que ocorrem na contemporaneidade desta sociedade, pois não estamos abordando um processo em que veremos os traços dessa colonialidade serem apagados de forma utópica, mas, sim, com a criação e a incorporação de novos conhecimentos que irão permear o sul-global, como afirma Muñoz (2019, p. 22), que irá contribuir para a formação de uma frente contra os monstros da hegemonia e do obscurantismo da modernidade.

2.2 AS VOZES QUE ECOAM PASSADOS CONTÍNUOS: MEMÓRIAS DECOLONIAIS E A ESCRAVIZAÇÃO SEXUAL DAS MULHERES-COREANAS

A decolonialidade caminha entre a interseccionalidade de vários campos da produção científica: o poder, o ser, o saber, o gênero e atualmente este também se liga ao campo da memória. Não há como discutir certos fatos sem perceber a existência de um estado de modernidade/colonialidade envolvendo os processos da memória individual e coletiva dos indivíduos de uma nação. Isto acaba por envolver os processos de silenciamento, de revisão e de negação das memórias do ser, na produção de conhecimento e na identidade da nação. À

vista disso, percebamos a existência de passados que não passam, ou seja, os seus fantasmas ainda assombram.

Ao associarmos esta questão, as mulheres de “conforto” coreanas a discussão da descolonialidade/colonialidade, devemos sempre lembrar a conjuntura ao qual este tema se insere. A existência da dualidade de uma colonialidade exercida na região sul da Coreia, não apenas pelo Japão, mas, também com o quadro de poder exercido pela Europa/Estados Unidos, vai influenciar no jogo das relações internacionais no qual se insere as memórias das mulheres de “conforto”, pois, este é um fato que até o momento não teve resolução entre o Japão e a Coreia. Deste modo, precisamos decolonizar a memória, mas, para que este processo ocorra é necessário nos aventurar no cenário de influências que percorrem o espaço de discussão acerca da memória.

A memória não significa apenas lembrar de algo que já passou, mas, demanda a necessidade de ação sobre aquela lembrança, ou melhor dizendo, de que forma as lembranças são usadas. Segundo o filósofo francês Paul Ricoeur, em sua obra *A memória, a história e o esquecimento*, observaremos um claro exemplo dessa afirmação, ao dizer que “o verbo “lembrar-se” faz par com o substantivo “lembrança”, o que esse verbo designa é o fato de que a memória é ‘exercitada’.” (Ricoeur, 2007, p. 71). Entretanto, este exercício sofrerá com as consequências de seus abusos:

[...] o exercício da memória é o seu uso; ora, o uso comporta a possibilidade do abuso. Entre uso e abuso insinua-se o espectro da “mimética” incorreta. É pelo viés do abuso que o alvo veritativo da memória está maciçamente ameaçado” (Ricoeur, 2007, p. 72).

Assim, podemos observar que estes abusos irão acarretar, no chamado esquecimento, algo que busca desacreditar a memória de fatos históricos comprovados e por conseguinte marginalizar/inferiorizar aqueles que a compõem. Neste sentido, o esquecimento não é apenas a arte de “esquecer” algo, mas, está conectado às dinâmicas de manipulações feitas através do projeto que buscam apagá-la. Estes projetos podem ser produzidos pelo Estado para manter sua hegemonia e imagem, como também, pode estar ligado a colonialidade que nos cerca. O contexto aqui abordado entrará dentro das disputas sobre a memória, está que sempre perpassou os fenômenos ideológicos. A consequência disso será pontuada pelas palavras de Dourad que analisa Ricoeur:

Assim, para Ricoeur, estas manipulações “devem-se à intervenção de um fator inquietante e multiforme que se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória”. Sobretudo são nos costumes das

sociedades tradicionais que existe uma coerção silenciosa na memória do povo. (Dourad, 2017, p. 3).

E como Ricouer aponta, só nós:

Resta falar de esquecimento! A clínica só aborda o tema preciso do esquecimento na proximidade das disfunções ou, como se diz, das “distorções da memória”. Mas o esquecimento é uma disfunção, uma distorção? Em certos aspectos, sim. Tratando-se de esquecimento definitivo, atribuível a um apagamento dos rastros, ele é vivido como uma ameaça: é contra esse tipo de esquecimento que fazemos trabalhar a memória, a fim de retardar seu curso, e até mesmo imobilizá-lo. (Ricouer, 2007, p.435).

Uma vez apresentadas elementos sobre a memória, devemos nos voltar então para seus outros aspectos, o da colonialidade que a cerca. As memórias do colonialismo e, conseqüentemente, as suas heranças que ainda cercam o mundo contemporâneo das sociedades que passaram por esse processo colonial, ficam cada vez mais evidentes mediante as disputas sobre os seus passados. Estes passados ainda estão constantemente presentes na identidade das nações. A memória decolonial chega para o campo da memória no sentido de apresentar a colonização como parte do processo opressor, supressor e de apagamentos de certas vozes da memória oficial, a fim de relacioná-la com os silenciamentos dessas comunidades através da história, construindo assim, formas para legitimar a visão de mundo dominante branca e eurocêntrica (Sosta, Francis, 2020, p.10).⁴⁴

No caso das mulheres de “conforto”, isto estará associado com a permanência e não resolução deste crime de guerra. Teremos estes silenciamentos ressoando nas esferas da morte das sobreviventes a este trauma e posteriormente nos debates que envolvem a história e a educação sobre o passado colonial. Podemos utilizar aqui os conceitos de lugar e não-lugar para denominar, dentro da colonialidade da memória, a discrepância entre o Japão e a Coreia. No artigo intitulado, Tensão entre memória colonial e a memória decolonial na construção do currículo escolar - Uma problematização das heranças coloniais, os autores Janssen Felipe da Silva e Aline Renata dos Santos (2023) pontuam que o *Lugar* é território da memória e o *Não-Lugar* é território desprovido de memória própria, por isso precisa ser preenchido pela memória do Lugar e de seus habitantes.

Os autores afirmam ainda que quem ocupa o *lugar* é a Europa, este espaço multiplicador da lógica da colonialidade e modernidade capitalista, que, por consequência, define se estes

⁴⁴ Tradução livre a partir do original: The phrase “decolonize memory” implies acknowledging how and in which ways colonization is responsible for the process of oppression, suppression, and erasure of certain voices from official remembrance; and how these voices, stories, and communities have been silenced through history as a way to affirm Eurocentric, white, dominant worldviews. (Sosta, Francis, 2020, p.10).

corpos possuem ou não memória, história, território e identidade, na lógica das comunidades da América Latina e África (Silva e Santos, 2023, p. 3-4). No lado asiático, a Coreia pode se encaixar nessa discussão a partir do entendimento de que o *lugar* está associado tanto ao Japão (passado colonial ainda presente), como a Europa/Estados Unidos (como parte da nova conjuntura hegemônica global). Estas dicotomias irão ditar quem tem memória e quem não a tem, quem pode produzir o conhecimento histórico. Com isso, a colonialidade da memória passa a ter como fator o esquecimento, mas não qualquer esquecimento, é um esquecimento que servirá como mecanismo político e epistemológico de dominação.” (Silva; Santos, 2023, p. 5).

As dicotomias que se inserem nesta discussão também remetem aos pontos sobre a memória coletiva e individual. Não há como uma nação construir a sua identidade sem antes entender a necessidade da memória coletiva para o ser da sua sociedade. Contudo, reflitamos que a memória individual e a memória coletiva não são pontos desassociáveis, são caminhos que se conectam. Além disso, o ato de lembrar/relembrar fatos históricos irá fazer parte da dicotomia de que tanto o indivíduo como o grupo passarão por particularidades que afetam a forma que a(s) memória(s) passam a ser reconstituída(s), o que nos leva a perceber que a memória é algo flutuante e instável, mas, essas características não desconstituem a sua existência.

Com isso, é necessário entender a importância do testemunho. Para o autor Michael Pollak, em seu texto *O testemunho*, é preciso que busquemos compreender os testemunhos como parte de algo muito maior que apenas a exposição de acontecimentos. Segundo ele:

De fato, é raro que os sobreviventes tenham reencontrado intactos seu ambiente familiar e de amizade ao retornarem dos campos, o que, mais uma vez, exigiu grandes esforços de readaptação à vida comum, aumentando o peso das recordações avassaladoras. Isso mostra como foi difícil para os deportados manterem seu senso de identidade intacto e também como, nessas condições, qualquer testemunho dessa experiência envolve não apenas a memória, mas também a reflexão sobre si. É por isso que os testemunhos devem ser considerados como instrumentos verdadeiros de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais, limitados a uma função informativa. (Pollak, 2023, p. 355).

Para as mulheres coreanas sobreviventes da escravização sexual japonesa, o testemunho tornou não apenas a porta de entrada para o início de discussão sobre a violência que sofreram (e ainda sofrem), mas, abrangeu a necessidade dessas mulheres de se entenderem enquanto pessoas na sua sociedade e no mundo. Por isso a necessidade do testemunho como uma das frentes da discussão para o campo da memória decolonial, pois, conforme Seligmann-Silva (2022, p. 141), o “impulso de contar a experiência e dar sentido ao mundo no qual foi vítima é,

portanto, uma condição de sobrevivência.” A importância da sua existência e sobrevivência significa resistência diante os silenciamentos de suas vozes e, por conseguinte, há a revisão e a negação do seu lugar no mundo.

2.3 ENTRE A VIOLÊNCIA E O DESEJO DE VIVER – OS TRAUMAS DE UM PASSADO VIVO

Ao falarmos de trauma, ligamos um fato ao campo psicológico, sobre as experiências do indivíduo em relação a certos acontecimentos que deixaram marcas exaustivas e contínuas na sua psique. Entretanto, não podemos desligar isto da história. Os traumas causados por eventos violentos, como é o caso dos genocídios (indígenas, holocausto, palestino, entre tantos outros), das epidemias, das catástrofes climáticas e assim por diante, acabam por influenciar as dicotomias do ser no mundo, exercendo grande influência na sua vida.

No caso das mulheres “conforto” o trauma irá exercer dinâmicas sobre si, enquanto parte de um violento passado histórico ainda vívido, que durante anos teve apenas o silêncio como resposta banhado pelo medo de serem vistas como “impuras” aos olhos da sua sociedade. O ser mulher que dentro do modelo patriarcal e hierárquico que as subalternizou, primeiramente através da sua etnicidade, pois segundo a política colonial e da época os coreanos eram vistos como inferiores, e seguidamente através do seu gênero, a partir das ideias sobre pureza dos seus corpos e comportamentos, as sujeitaram a vias de violência. Este enquadramento de perseguição segue transmutando com as tentativas de negação e revisão epistemológica sobre as suas memórias e por consequência a desvalorização do seu sofrimento. Sobre o trauma, David Lloyd concebe que o trauma:

implica uma intrusão violenta e um senso de objetificação total que aniquila a pessoa como sujeito ou agente. Isso não é menos adequado como descrição dos efeitos e mecanismos da colonização: o poder tecnológico, militar e econômico esmagador do colonizador, a violência e as atrocidades excessivas e programadas cometidas durante a resistência à intrusão, a destruição deliberada dos recursos simbólicos e práticos de populações inteiras. Parece que podemos mapear os efeitos psicológicos do trauma nas culturas que sofreram colonização. Da mesma forma, os efeitos posteriores da colonização em uma cultura poderiam ser considerados idênticos aos do indivíduo traumatizado. (Lloyd, 2000, p. 214).⁴⁵

⁴⁵ Tradução livre a partir do original: Trauma entails violent intrusion and a sense of utter objectification that annihilates the person as subject or agent. This is no less apt as a description of the effects and mechanisms of colonization: the overwhelming technological, military and economic power of the colonizer, the violence and program-matically excessive atrocities committed in the course of putting down resistance to intrusion, the deliberate destruction of the symbolic and practical resources of whole populations. It would seem that we can map the psychological effects of trauma on to the cultures that undergo colonization. By the same token, the after-

Ou seja, o sobrevivente vive de sentimentos paradoxais entre a culpa e a sobrevivência (Seligmann-Silva, 2022, p. 155). Para as mulheres coreanas este complexo se estenderá para a questão de gênero. Se durante a colonização japonesa essa subalternização já acontecia, nos processos após a colonização nós teremos as implicações da organização da sociedade coreana, onde a hierarquização das relações advindas do confucionismo também irá conceituar padrões de comportamento que irão deslegitimar suas vivências e a violência que sofreram. Estas relações baseadas na estrutura patriarcal impostas sobre as mulheres, essencialmente na questão ligadas a pureza feminina e virgindade dos seus corpos (Seil, 2023, p. 22). Como se recuperar enquanto a sociedade e o mundo buscam deslegitimar a violência sofrida e a sua própria vida?

Outro ponto a ser destacado é a mudança de tempo, de ideologias e das organizações políticas, onde muitas vezes o trauma também pode ser subjugado às margens. Com a reconstrução da sociedade coreana após o processo de colonização, como Guerra da Coreia e Ditadura Militar, teremos a reconstrução do processo democrático no país, assim como o desenvolvimento econômico, todos esses fatores também estão ligados às Relações Internacionais, como a diplomacia. Nas dinâmicas do mundo contemporâneo, manter relações políticas é sinônimo de cooperação e no caso da Coreia e do Japão, isto tem sido problemático, pois, este passado que não passa a influenciar suas relações. Para Douglas Becker:

O reconhecimento japonês do trauma contra a Coreia (na forma de reconhecimento das mulheres de conforto) também é um caso claro de um Estado que busca construir laços mais fortes com uma nação que cresce em força econômica e política. No entanto, curiosamente, o Japão não acompanhou esse reconhecimento com um reconhecimento da extensão total do trauma que causou à China. Intensa contestação política A memória e o trauma como elementos de identidade das histórias de trauma das duas nações geram conflito e rivalidade entre elas. (Becker, 2014, p. 72-73, tradução nossa).⁴⁶

Apesar do “reconhecimento”, como é apontado pelo autor, as relações entre Japão e Coreia em torno das resoluções de seus passados nunca chegaram a alcançar este consenso, prolongando assim o sofrimento causado por esse passado ainda enraizado na sociedade coreana pela colonialidade do trauma. O que acontece são tentativas de deslegitimar essas

effects of colonization for a culture could be held to be identical with those for the traumatized individual. (Lloyd, 2000, p. 214).

⁴⁶ Tradução livre a partir do original: Japanese acknowledgement of trauma against Korea (in the form of acknowledgement of the comfort women) is also a clear case of a state seeking to build stronger ties with a nation growing in economic and political strength. Yet, curiously, Japan has not matched this recognition with an acknowledgement of the full extent of the trauma that it caused China. Intense political contestation Memory and trauma as elements of identity of the trauma stories of the two nations drives conflict and rivalry between them. (Becker, 2014, p. 72-73).

sobreviventes, relegando-as aos espaços de esquecimento, corroborando assim para os dismantelamentos de suas memórias coletivas e conseqüentemente para a continuidade desses traumas até as suas mortes.

Deste modo, é necessário que observemos que o trauma é reutilizado por essa colonialidade que a cerca, seja através dos silêncios que impõem as suas memórias, seja através das negações ou da falta de assistência que essas mulheres precisam. O descaso sobre os seus corpos na contemporaneidade compactua com os sofrimentos que elas vêm suportado desde o período colonial, sobrepondo sobre suas imagens como sendo parte de um impedimento para o desenvolvimento de um futuro promissor nas relações ente a Coreia e o Japão.

CAPÍTULO 3: ATRAVÉS DAS DISPUTAS DE NARRATIVAS - OS ABUSOS DA MÍDIA COMO ESTRATÉGIA PARA O SILENCIAMENTO DOS PASSADOS HISTÓRICOS

O horizonte da escrita historiográfica está sofrendo com os impactos causados pelas narrativas de alucinações constantes que gerem o nosso mundo. Alucinações estas que se constroem com a propagação de desinformação que perpassa o nosso cotidiano. Observa-se desse modo, que as narrativas do nosso dia a dia estão em constantes disputas, sendo na maioria das vezes instigadas por ideologias e pela busca da manutenção do *status quo*, com isso, vai se criando cenários que tendem a perseguir aquilo que não se encaixa em suas realidades. Ou seja, o outro, a sua historicidade e suas vidas não são importantes. Consequentemente, estes outros acabam por terem suas narrativas silenciadas e, por fim, apagadas.

Os abusos que ocorrem na mídia veem em encontro a estas disputas de narrativas, favorecendo os lados que a sustentam, despejando calculadamente fatos distorcidos. Um dos maiores exemplos na historiografia está associada ao Holocausto, não há como ignorar o campo de batalha que se instaurou em torno desse fato desde o final da Segunda Guerra Mundial. Em anos mais recentes, podemos apontar como exemplo os conflitos entre Israel e a Palestina. As falas que cercam esse tema escancaram o lado em que a mídia propaga, qual o lado certo e qual é o lado errado. Reconheçamos assim, que a propaganda é uma das maiores aliada para a contestação desses eventos e até mesmo da própria ciência.

Entretanto, qual o intuito para essas deturpações? O que está em risco para as nações, para que haja essa necessidade gritante de interferir na história? São perguntas que revelam inúmeros caminhos, os mais comuns destes, associa-se ao sistema ao qual estamos vivendo. Não há como negar o elo do capitalismo, da colonialidade e das ideologias (liberais e conservadoras), que desembocam na paranoia⁴⁷ de contestação contra a ciência, a memória e ao real. Em vista disso, as mulheres de “conforto”, como movimento histórico, também são assoladas por estas narrativas de alucinação, colocando-as sobre os perigos do silenciamento, da negação e da sua própria existência.

Deste modo, este terceiro capítulo irá se debruçar sobre as disputas de narrativa acerca das mulheres de “conforto”, em especial, para o silenciamento e apagamento dessas mulheres, com foco nos abusos cometidos pelas mídias. O seu intuito não é apenas o de expor o tema mulheres de “conforto”, mas, analisarmos/investigarmos de forma crítica os processos de

⁴⁷ Aqui não me refiro a paranoia em seu sentido médico, mas, ligado a um sentido histórico que permeia a discussão da alienação (Marx,2002) em torno da realidade em que se vive, tornado o homem estranho a si mesmo e aos outros (Silva, 2005, p.115).

reversionismos e negacionismos que rondam o assunto. Observaremos assim, os fatores das relações diplomáticas entre a Coreia e o Japão, já que o tópico das mulheres de “conforto” é um assunto extremamente sensível para o passado coreano. O recorte temporal desta investigação se iniciara na década de 1990 e irá até meados da década de 2010. As nossas fontes, serão fontes jornalísticas, será a partir delas que buscaremos compreender o direcionamento revisionista e negacionista dos discursos.

Os principais veículos de informação utilizados serão os da mídia de ambos os países, ou seja, trabalharemos com a mídia asiática. Sendo assim, se faz necessário respaldar que são matérias que foram traduzidas para o inglês do seu idioma original, o japonês e o coreano, pelos próprios jornais e que muitas vezes acabaram sendo republicados. Todavia, gostaríamos de salientar que estas republicações, principalmente as que estão entre os anos 90 e o início dos anos 2000, foram feitas na versão digital do jornal, isto é, em seus sites. Com isso, vejamos que não estamos falando apenas de fonte digitalizadas, mas, de toda uma produção jornalística inserida no meio digital.

Posto isto, os jornais coreanos, *The Hankyoreh*, *The Korea Times* e *The Chosun Ilbo*, assim como, os jornais japoneses *The Japan Times* e *The Mainichi*, foram escolhidos por serem plataformas de informação que circulam há vários anos nestes países. Suas publicações são feitas por profissionais da área do jornalismo, ou sejam, passam por critérios avaliativos baseados nas diretrizes no qual a imprensa de ambos os países deve se comportar ao construir/escrever matérias que serão divulgadas a âmbito nacional nas suas sociedades.

Foram escolhidos então as respectivas matérias para serem analisadas. Deste modo, foquemos primeiramente nos jornais coreanos. O editorial publicado em 1988, pelo *The Chosun Ilbo*, intitulado *Opondo-se ao “Yomiuri” sobre as Mulheres de Conforto*. Em seguida teremos, o *The Hankyoreh*, com o editorial de 2005, *O ano da resolução: O problema das “mulheres de conforto”*. Prosseguindo, o *The Korea Times*, com o seu artigo de opinião publicado em 2014, com o título de *‘Holocausto esquecido’*, fará parte da coletânea ser investigada.

Passemos então, para os jornais japoneses, onde teremos o *The Japan Times* com a seguinte matéria jornalística, do ano de 1997, intitulada de *Membro do LDP alerta sobre a entrada de escrava sexuais em textos*. Continuando, o jornal *The Mainichi*, abrangerá o ano de 2016, com o artigo, *2 ex- “mulheres de conforto” da Coreia do Sul expressam oposição ao acordo bilateral*.

Será a partir dessas fontes que lançaremos os olhares para os usos e abusos da mídia nacional e para isso evocaremos a suas diferentes vertentes e posições ideológicas e como isso se associa com o dever desses Estados perante os seus passados que não passam e a forma como

lidam com as sobreviventes e os seus traumas, estas que nos últimos anos vem sofrendo com o fim dos seus ciclos na terra e com as contantes mudanças de poder que assolam os governos coreanos e japoneses. Tudo isso para podermos entender em como estes parâmetros se atrelam aos revisionismos, negacionismos e por consequência as questões da decolonialidade que envolvem essas mulheres e a historiografia das mulheres de “conforto”.

Portanto, os tópicos deste último capítulo se organizam, a priori, com a discussão envolvendo a mídia na Ásia e, por consequência, como estas informações acabam por chegar ou não ao Ocidente e com isso detalharemos de forma um pouco mais aprofundada sobre a história e organização dos jornais que serão utilizados. Em seguida, destrincharemos cada matéria, notícia e editorial escolhido e por último focaremos na crítica ao apagamento e silenciamento na historiografia, buscando assim, pensar sobre que tipo de futuro aguarda a história perante os soldados que tem a pretensão da sua destruição.

3.1 AS PESPERSCTIVAS DO JORNAL COMO FONTE HISTÓRICA – A MÍDIA NA ÁSIA ENTRE OS JORNAIS COREANOS E JAPONESES

A circulação de informações cresce a cada dia, isto é algo tão intrínseco ao ser contemporâneo que não podemos nem chegar a negar este fato. O mundo globalizado tornou os homens interconectados, chegando a ser indispensável a necessidade de nos mantermos a par das notícias que circulam a nossa sociedade. Isto posto, é inegável que o jornalismo exerceu e exerce essa função de transporte de notícias. Contudo, é necessário que não torçamos a cara para as implicações ao qual o jornalismo se situa, perante a nação e a sociedade. Este sistema de informação está rodeado pelas disputas de narrativas e, conseqüentemente, isso reflete nos seus abusos.

Como parte desse sistema, teremos o jornal/periódico, meio de comunicação que durante muitos anos existiram em formato impresso, mas, que na contemporaneidade adquiriu novas formas de ser através da internet e mídia digital e que acabaram por fazer parte da circulação em massa. O jornal, faz parte do cotidiano do indivíduo e com isso se caracteriza como parte de sua história, o que por consequência o torna documento e como todo documento perpassa por análise dos historiadores. Entretanto, este documento é escrito por alguém que ao escrevê-lo, nele coloca as suas convicções, posições acerca dos temas discutidos e assim por diante. Isto coloca o jornal como parte de uma produção documental que está sendo influenciada pelo mundo que a cerca, ou seja, não há neutralidade nos discursos ali encontrados.

Deste modo, segundo Tânia Regia de Luca (2005, p. 140), o pesquisador que trabalha com os periódicos e, por conseguinte, com aquilo que se tornou notícia, devem ser observar estas configurações através de várias questões, ou seja, devemos analisar esses jornais sobre a ótica das motivações que levaram a sua publicação e com isso, a existência da organização que regem a produção dessas matérias/notícias, como local, data, horário e assim por diante. Com isso, o jornal é acometido por hierarquias:

Estas, por sua vez, também são atravessadas por hierarquias: trata-se, por exemplo seção "política nacional" ou da "policial"? (Já se mostrou como greves e movimentos sociais são sistematicamente alocados na última.) O assunto retorna à baila ou foi abandonado logo no dia seguinte? Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir. (Luca, 2005, p. 140).

E a autora continua ao apontar que neste documento há diversas intenções que o permeiam:

[...] Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. (Luca, 2005, p. 140).

Em outros termos, o jornal é um documento que apresenta um tema, este que está inserido em diversas variáveis, esta que são de tempo, espaço (interno e externo, ou seja, tanto na sua sociedade quanto fora dela, as áreas internacionais, por exemplo, onde esses periódicos são publicados e consumidos). O espaço também está ligado aqui as formas de divulgação, como o meio impresso e o meio digital. Por consequência, este documento está incorporado em departamentos (as seções) que podem se dividir em áreas nacionais, internacionais, econômicas etc. Além disso, as características do título que essas matérias recebem e do conteúdo que a compõe (linguagem, discursos etc.), também são pontos a serem investigados, pois, estes atravessam os códigos que visam chamar atenção de quem está lendo e com isso causa ações e reações. Toda essa conjectura está assim conectada aos interesses de sistemas (capitalismo, colonialidade e ideologias).

Posto isto, pontuemos como nos últimos anos o acesso ao jornalismo tem ascendido para outros espaços, como é o caso da Ásia. O crescimento exponencial pelo interesse no continente asiático é advindo ao acesso as suas produções culturais (música, cinema, dramas

etc., o já mencionado soft power), isso reverberou na produção do conhecimento e com isso há também uma vontade de ir em busca de se informar sobre esse espaço. A mídia está assim relacionada a expansão dos interesses sobre os outros territórios dentro do cenário global. Neste sentido, os autores Jun Liu, Kjetil Sandvik and Christian Hviid Mortensen, no editorial, *Media and communication in Asia in early 21st century: Changes, continuities, and challenges*, afirmam que:

A Ásia tem uma das maiores e mais dinâmicas, diversificadas e complexas indústrias midiáticas do mundo. (McKinsey & Company, 2015). Ao entrarmos no século XXI, os rápidos desenvolvimentos políticos e econômicos da Ásia estão estimulando ainda mais o crescimento da mídia local e global. Isto tem sido objeto de discussões gerais (e.g. Keane, 2006; Th ussu, 2006) e específicas de cada país, por exemplo, a Coreia (Kim, 2013), Japão (Iwabuchi, 2004) e China (Sun, 2009). Como sendo reflexo da crescente importância das empresas asiáticas na comunicação global, Keane (2006: 839-840), descreve como a “Ásia está colonizando internacionalmente os mercados de comunicação, influenciando a produção de hardware (ex. Tecnologia asiática), conteúdo (ex: Os animes, mangás e televisão japoneses, assim como, a cultura pop da Coreia do Sul) e o cross-over de diretores e atores da Ásia para Hollywood, bem como, para o resto do mundo. (Liu; Sandvik; Mortensen, 2017, p. 63, tradução nossa).⁴⁸

Este panorama coloca o mercado de mídia asiático como sendo um espaço altamente lucrativo e que a cada ano procede de forma continua a crescer cada vez mais. Isto abre margem para nos perguntarmos sobre quais os tipos de informação são repassados para o Ocidente, já que durante muitos séculos o mundo europeu/estadunidense era quem regia e controlava o fluxo de informações e imagens sobre o continente asiático. Contudo esse crescimento rápido e até mesmo descontrolado da mídia asiática gera dificuldades para compreendermos as transformações sociais causadas pela mídia na Ásia, além de dificultar os esforços para a sua desocidentalização, bem como, a sua internacionalização nos estudos da comunicação (Liu; Sandvik; Mortensen, 2017, p. 63).

Com isso, é a partir desta contextualização que o poder e interferência do Estado na produção jornalística fica evidente. Falar de mídia na atualidade, é falar de um sistema não só cultural, mas, econômico. O jornalismo além de ser um sistema de informação, também exerce grande importância para a linha mercadológica. O incentivo financeiro do Estado na mídia está

⁴⁸ Tradução do original: Asia has some of the largest, most dynamic, diversified, and complex media industries in the world (McKinsey; Company, 2015). As we enter the 21st century, Asia’s rapid economic and political developments are further energizing local and global media growth. This has been subject to both general discussion (e.g. Keane, 2006; Th ussu, 2006) and country-specific discussion concerning, for example, Korea (Kim, 2013), Japan (Iwabuchi, 2004), and China (Sun, 2009). As a reflection of the increasing importance of Asian players in global communication industry, Keane (2006: 839-840) describes how “Asianness is colonizing international communications markets,” influencing the production of hardware (e.g. East Asian technology), content (e.g. Japanese manga, anime, and TV formats as well as South Korean popular culture), and the cross-over of directors and actors from Asia to Hollywood and the rest of the world. (Liu; Sandvik; Mortensen, 2017, p. 63)

ligado ao seu interesse de controlar narrativas e por consequência expandir suas culturas e ideologias, além de tentar propagar discursos e símbolos para manter a hegemonia dos seus governos nas sociedades. Um dos maiores exemplos está em governos autoritários, onde o controle/censura do jornalismo se prova fundamental para legitimar o seu poder.

Nas democracias liberais isso é marcado pelo interesse do mercado das nações que muitas vezes são alvo das escritas das matérias, bem como, das polarizações por grupos ideológicos (ex.: esquerda *versus* direita). No artigo, *Breaking Down Freedom of Press in South East Asia* (2016), escrito por Akshan de Alwis para a revista *Diplomatic Courier*, o autor irá apontar para a ordem que a mídia do Sudeste asiático segue:

No sudeste asiático, a mídia pode desempenhar três papéis ou funções, tal como é afirmado pelo renomado acadêmico de ciências políticas Duncan McCargo. A primeira função é uma função conservadora, onde os profissionais da mídia agem como “agentes da estabilidade” que preservam uma dada ordem sociopolítica e conseqüentemente defendem um status quo. Segundamente, eles podem funcionar como “agentes de contenção”, monitorando o governo e fornecendo controle e equilíbrios. A terceira função é transformativa, nela, eles podem agir como “agentes da mudança” em tempos de transformações e crises políticas. (Alwis, 2016).⁴⁹

Somos bombardeados pelos meios de comunicação constantemente, as suas vias de circulação são controladas para mandarem informações diversificadas, mas, na maioria das vezes, o que chega para os leitores são dados pela metade ou sem desfechos. Isto se configura como um problema para quem busca estar a par das notícias sobre outras nações. Aos termos contatos com certas manchetes jornalísticas observa-se que na maioria das vezes o seu contexto histórico é resumido, o que pode deixar a notícia rasa. Estas características valem tanto para produção midiática ocidental, abrindo espaço para o reforço de estereótipos imagéticos e historiográficos sobre aquela nação não europeia, bem como, para o contexto da produção da mídia asiática sobre quais informações sobre a sua nação o mundo deve vir ter contato.

Dessa forma, passemos para os pontos mais específicos deste trabalho, que são os jornais coreanos e japoneses. A mídia coreana sempre sofreu com a intervenção estatal, seja durante o estado colonial de dominação japonesa de 1910 a 1945 (Lee, 2006, p. 84-86), seja na sua contemporaneidade, que desde o período da redemocratização na região nos anos 90 e com

⁴⁹ Tradução livre do original: In Southeast Asia, the media can enact three roles or functions, as postulated by renowned Southeast Asian political science scholar Duncan McCargo. The first function is a conservative one, where media practitioners act as “agents of stability” who preserve a given sociopolitical order and hence defend the status quo. Second, they can also function as “agents of restraint,” monitoring the government and providing checks and balances. The third role is transformative, in that they can act as “agents of change” in times of political transformation and crisis. (Alwis, 2016).

a expansão do mercado midiático no país, sofreu com a intervenção do estado, este que tanto ajudava na sua difusão no mercado quanto também era o seu rival. (Rhee; Cho; Song; Jung, 2011, p. 313).⁵⁰ Com isso, a mídia coreana irá lidar com uma forte regulamentação por parte do estado, além de sofrer com as imbricações ideologias políticas.⁵¹

Considerando o fato de que os jornalistas coreanos frequentemente se deslocam para a política e que a imprensa coreana tem a tendência de ser altamente orientada politicamente, não apenas nos editoriais, mas, também em notícias diretas, o nível de paralelismo político na Coreia deve ser muito alto. O paralelismo político tem se intensificado desde que a diferenciação ideológica foi acelerada durante o período de transição democrática (Nam, 2006; Yoon, 2001). (Rhee; Cho; Song; Jung, 2011, p. 314, tradução nossa).⁵²

Deste modo, isso acaba por influenciar tanto a ação da sociedade civil, quanto das cúpulas políticas. A partir disso, passaremos para apresentação dos meios de comunicação escolhidos como parte da análise. Começamos então pelo *The Chosun Ilbo*. Este último foi criado em 1920, durante os dez primeiros anos em que a Península coreana estava inserida na política colonialista da dominação japonesa. Sua abertura é consequência do movimento ocorrido em 1919, pelos coreanos colonizados a contra a ocupação forçada (Silva, 2021, p. 12). Durante o período da colonização, o jornal chegou a ser fechado de forma indefinida, pois fazia críticas ao regime colonial. Entretanto ao fim do regime e da instauração do sistema democrático, a posição ideológica do jornal mudou, passando assim a seguir uma posição mais à direita (Lee; Hur; Yeon; Shim, 2022).

Em sequência, teremos o *The Korea Times*, este que é um jornal de língua inglesa e foi fundado durante o período inicial da Guerra das Coreias, em 1950, onde a polarização

⁵⁰ Tradução livre do original: the Korean media market expanded rapidly during the process of democratization. the monopolistic media system set by the authoritarian regime broke down and was transformed into an expanding media market. until the mid-1990s, the entire media market grew up rapidly as evidenced by the grown size of advertisement revenues. However, the government still intervened in the market as a large advertiser for newspapers as well as the competition regulator. the government sustained the monopolistic advertisement agency for broadcasters, which controlled the cash flows in the broadcasting sector.. (Rhee; Cho; Song; Jung, 2011, p. 313).⁵⁰

⁵¹ Tradução livre do original: The concept of political parallelism refers to stable forms of media/politics connections that reproduce political cleavages within the media landscape. It manifests itself at the twin levels of content – “the extent to which the different media reflect distinct political orientations” – and organization – connections between media organizations and various parts of the political establishment, whether on the individual or the collective level (Hallin and Mancini Citation2004, 28). The existence of a partisan audience is also noted (Seymour-Ure Citation1974; Çarkoğlu, Baruh, and Yıldırım Citation2014; Kaiser and Kleinen-von Königsłow Citation2019).

⁵² Tradução livre do original: Considering the fact that Korean journalists often move to the politics, and that the Korean press tends to be highly politically oriented not only in editorials but also in straight news, the degree of political parallelism in Korea must be very high. Political parallelism had been especially intensified since the ideological differentiation was accelerated after the democratic transition (Nam 2006; Yoon 2001). (Rhee; Cho; Song; Jung, 2011, p. 314)

ideológica causada pelo contexto da Guerra Fria e também das ocupações, estadunidense ao sul da península, quanto russa ao norte, rondavam a nação coreana. Sua posição política é um pouco mais complicada de se afirmar dado que não foi possível encontrar maiores informações sobre o jornal. Mas, segundo o próprio jornal:

O The Korea Times sempre operou como sendo uma mídia independente do governo e de outras forças externas, contribuindo assim para democratização do país, ao defender-se dos regimes militares e ditatoriais. (The Korea Times).⁵³

Por último, temos o jornal “independente” sul coreano *The Hankyoreh* ou *Hankyoreh Sinmon* (한겨레), fundado durante os anos 80. Neste período, a Coreia do Sul passava por uma ditadura militar extrema, onde a censura e ataques aos grupos que pediam o fim do governo ditatorial ocorria constantemente. A tradução literal do nome *Hankyoreh* está ligada a própria nação e que segundo o Papago, site de tradução de termos coreanos, que pertence ao portal de navegação Naver, *Hankyoreh* (한겨레) significa: Korean race, our countrymen, our compatriots; ou em tradução literal: raça coreana; nossos conterrâneos; nossos compatriotas.

De acordo com o site do jornal, o *Hankyoreh* foi estabelecido por diversos jornalistas que buscavam por uma imprensa livre de censura e das amarras que os outros jornais da mesma época enfrentavam ao divulgar notícias. No ensaio *National image of North Korea in South Korean news media*, de Jinbong Choi, o autor aponta que a início o jornal se configurava politicamente dentro de uma ala mais progressista, contudo, é observado que durante os anos 2000, o periódico adentra a área liberal (Choi, 2018, p. 2). Os aspectos aqui elencados sobre estes jornais não são apenas de intuito informativo, mas, são cruciais para análise das matérias, notícias e editoriais escolhidos, pois, não há como investigarmos tal documentação sem antes entendermos o contexto que influencia suas escritas. Dado isto, passaremos agora para os jornais japoneses selecionados. Sendo assim, a história da mídia japonesa persiste desde o século XVII, período este que ainda remontava um Japão fechado para o mundo e que a partir da abertura do país, no século XIX, acabou recebendo certa influência por parte da industrialização na região e de um contato maior com a cultura ocidental.

No contexto pós Segunda Guerra Mundial e do Império Colonial japonês a influência da mídia se ligará ao interesse do Estado em reconstruir a identidade e historicidade da nação. Aqui a mídia tem uma intensa relação com a política, pois há a influência constante das

⁵³ Tradução livre do original: The Korea Times has operated as an independent media from the government and other external forces, and contributed to the democratization of the country, by defending itself from dictatorship and military regimes. (The Korea Times).

ideologias políticas que irão permear a história e os seus legados, os avanços tecnológicos e até os fatores econômicos (Buchmeier, 2024). A interferência estatal está conectada a existência dos chamados *kisha kurabu* ou *kisha clubs*, estes clubes são apoiados pelo governo e geralmente fazem parte dos grandes conglomerados midiáticos: Segundo, Yosuke Buchmeier, em seu artigo, *Media politics in Japan: News journalism between interdependence, integrity, and influence*, estes clubes mantem:

A mídia interna mantém historicamente laços estreitos com as instituições estatais, isto não é apenas obvio por meio de uma densa rede de relações pessoais, mas, estas relações entre a imprensa e a política é quase institucionalizada., principalmente através do sistema de clubes jornalísticos. (“kisha clubs”, em japonês), um sistema criticado por constituir o “cartel informativo” (Freeman, 2000). Os Kisha clubs representam associações de coletas de notícias de jornalistas afiliados a determinadas organizações de notícias. Estes clubes, concentram suas reportagens nas salas de imprensa estabelecidas por fontes importantes, como a Residência oficial do Primeiro-ministro e os ministros do governo, as autoridades locais ou corporações. Embora, não saibamos exatamente a quantidade de clubes existentes, estima-se que sua amplitude varia entre 600 e 1000 clubes a nível nacional. (Freeman, 2000, p.68). Os kisha clubs exercem influência significativa para o cenário da mídia japonesa, pois é composto por jornalistas da mídia imprensa e de radiofusão, estes que desfrutam do acesso exclusivo as conferências de imprensa e ao acesso privilegiado as fontes confidenciais. (Buchmeier, 2024, p. 498-499, tradução nossa).

Em outras palavras, vemos aqui uma continua e extensa interferência estatal na forma de ser fazer jornalismo no Japão. Bem como, fica por estendido quais os tipos de notícias que estão sendo passadas tanto para sociedade japonesa, quanto para a comunidade internacional. Neste momento, passamos assim, a falar sobre os respectivos meios de comunicação japoneses que também serão alvo de análise neste trabalho. O *The Mainichi* ou *Mainichi Shimbun*, foi estabelecido ainda durante o século XIX, um dos mais antigos jornais diários do Japão. Dito isto, este era um jornal que durante o período colonialista do império de Hirohito, o periódico estava em franca publicação. Segundo o *Guide to Traditional and Interactive Digital Media (2009): A Resource for Strategic Communication*, este veículo de informação é considerado parte da ala centro-esquerda do país.

A outra plataforma midiática é o *The Japan Times*, um jornal em inglês publicado no Japão desde o ano de 1897, fundado por Sueji Yamada e Zumoto Motosada. No início de sua fundação, o *The Japan Times* era considerado um jornal que exercia “uma ponte entre a comunidade japonesa e a comunidade internacional (The Japan Times). Este jornal sempre manteve relações com o Estado, seja durante o período imperialista (Rotard, 2021, p. 1-20), seja no presente, como é caso, da sua adoção a política revisionista perpetuada pelo ex-primeiro-

ministro Shinzo Abe. Assim, o *The Japan Times* trocou a ala de centro-esquerda pela extrema direita (East Asia Forum, 2019).

Diante das informações apresentadas vemos que os cinco meios de comunicação aqui escolhidos, estão permeados pela mão do Estado, este que vai exercer grande poder sobre os discursos que irão ser fundamentais para a história e a memória de suas sociedades. No caso da mídia japonesa devemos apontar para o fato da existência da colonialidade na mídia. Natália Ariele Ignácio em *O controle das mídias pelo Norte Global como reforço da colonialidade*, afirma que esta serve como “mecanismo de facilitação para a continuidade da colonialidade, tanto no campo das Relações Internacionais, como também na proteção do indivíduo.” (Ignácio, 2023, p. 10). Apesar da autora estar discutindo a colonialidade do Norte-global perante o Sul-global, não podemos descartar os particulares que a memória colonial do Japão ainda desempenha na contemporaneidade da sociedade coreana, como é o caso das “mulheres de conforto”.

3.2 INVESTIGANDO OS JORNAIS – FONTES DIGITAIS E A PERPETUAÇÃO DA RETÓRICA REVISIONISTA, NEGACIONISTA E DA COLONIALIDADE DO SABER

O conteúdo deste tópico está voltado para a exploração das características e dos assuntos que compõe as fontes previamente selecionadas. Como já discutido anteriormente, os jornais são os nossos principais documentos, entretanto, estes meios de comunicação são produzidos, para além do seu formato físico, ganhando assim o aspecto digital. Em uma era de informação tão rápida fica impossível de ignoramos o espaço tecnológico, como sendo também um vasto campo de exploração para a produção de pesquisas históricas. É no seio do ciberespaço que observamos a ascensão de vários discursos e grupos ideológicos e para mídia contemporânea, a internet e as redes sociais fazem parte da forma em que transporta tanto o conhecimento, como também, a desinformação.

Todas as fontes escolhidas nasceram ou foram incorporadas ao meio digital, tendo em vista que estes veículos de informação, fazem parte dos conglomerados midiáticos de cada país e aqui me refiro não apenas aos acervos digitais, que buscam digitalizar o papel, mas, também aos casos de republicação destas notícias nas suas respectivas plataformas. Posto isto, na década dos avanços tecnológicos essas mídias precisaram ser adaptar ao jogo mercadológico, bem como, na questão voltada para a passagem das informações. Com isso, observemos que estamos diante de documentos digitais. Segundo, Fábio Chang de Almeida, no artigo *O historiador e as*

fontes digitais - uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas, sobre o conceito aponta que:

Dessa forma, e tentando construir um conceito o mais simples possível, podemos considerar que “documento digital” é aquele documento – de conteúdo tão variável quanto os registros da atividade humana possam permitir – codificado em sistema de dígitos binários, implicando na necessidade de uma máquina para intermediar o acesso às informações. Tal máquina é, na maioria das vezes, um computador (Almeida, 2011, p. 17).

Para além de documentos digitais, os jornais que serão analisados podem ser classificados como sendo parte registros “digitalmente exclusivos”, ou seja, que fazem parte integral do espaço virtual:

Trata-se de uma enorme quantidade de informação que está sendo produzida e disponibilizada unicamente em formato digital, sobretudo na Internet. Nesse caso, os dados referentes a tais documentos têm na rede o seu único meio de publicação e arquivamento. Dessa forma, a rede mundial de computadores propicia uma existência “virtual” para esta documentação (Almeida, 2011, p. 19).

Dado o exposto, é necessário que o historiador tome precauções ao analisar fontes digitais, pois elas estão sujeitas a mudanças, que perpassa o indivíduo que a produziu, a sociedade que o consumiu (e que também pode chegar a intervir na mesma), bem como o interesse estatal. Além disso, essas fontes podem sofrer mudanças, como a alteração de seus links de acesso e até a sua remoção/exclusão total de circulação a depender da relevância que ela oferece para a sociedade. Com isso, André Pereira Leme Lopes faz apontamentos para melhor investigarmos esses documentos, pois precisamos entender que:

Trabalhar em dispositivos digitais acessando um espaço de informação igualmente digital não é análogo a trabalhar com papel e lápis em uma biblioteca/arquivo incomensurável. A maneira como a informação é encontrada é diferente, o modo como a examinamos é distinto, o jeito como a compilamos e separamos é outro. Ou seja, a pesquisa histórica realizada em meio digital é diversa da pesquisa histórica realizada em arquivos tradicionais. (Leme Lopes, 2018, p. 161-162).

Isto posto, o espaço proporcionado pelos jornais está imbuído de características digitais, mesmo que sua estrutura emule a fisicalidade da versão impressa dos periódicos (ex.: seções, categorias etc.), ou seja, observaremos uma fonte que teve seu nascimento e propagação através das especificidades eletrônicas e, portanto, devemos analisá-las como tal. Deste modo, seguiremos adiante com os estudos das fontes dos jornais coreanos e japoneses, onde buscaremos identificar as narrativas de revisão, negação e até de colonialidade que permeia o

tema das mulheres de “conforto”, enquanto fato histórico e também como parte das relações entre a Coreia e o Japão.

3.2.1 THE CHOSUN ILBO – O EDITORIAL OPONDO-SE AO “YOMIURI” SOBRE AS MULHERES DE CONFORTO

Iniciemos esta análise observando que a fonte escolhida é um editorial. Os editoriais dentro dos jornais são marcados como sendo um gênero textual que expressa a opinião e posição do periódico. Este texto tende a ser mais extenso do que a notícia e leva em conta o público-alvo. Para este TCC foi investigado o editorial publicado em 14 de agosto de 1998 pelo jornal coreano e que faz parte de um texto que expressa forte opinião contra o editorial do jornal japonês “Yomiuri” ou The Japan News para mídia internacional, que resolveu contestar a importância e necessidade do relatório produzido pela advogada estadunidense Gay McDougall, o que ocorreu meses antes a escrita deste editorial, em 22 de junho de 1998. Todavia, se faz necessário apontar que o autor deste editorial não foi exposto.

Seguindo, antes de adentrarmos os aspectos do editorial do noticiário coreano, discutamos um pouco sobre o “Yomiuri Shimbun”, personagem principal da crítica feita no texto. O jornal japonês existe desde o ano de 1874 e, de acordo com Koichi Nakano, com avanço interferência do estado japonês na produção midiática do país, o periódico assumiu uma posição política voltada para a ala da direita, fato que ocorreu por consequência dos sistemas de clubes. Este sistema acaba por implicar nestes conglomerados de mídia que controlam o fluxo de informação e por consequência influencia à opinião pública da sociedade. Desse modo, se faz necessário enfatizar que durante o levantamento das fontes para esta pesquisa, não foi possível obter acesso ao texto integral do jornal japonês, dado que não há registro digital desta matéria em seu respectivo site.

Isto posto, para termos uma maior compreensão dos fatos apresentados no texto do editorial, é preciso que entendamos o que é esse relatório que virou alvo de crítica pelo jornal japonês. O relatório final intitulado *Contemporary Forms Of Slavery - Systematic rape, sexual slavery and slavery-like practices during armed conflict*, trata-se de um documento, apresentado as Nações Unidas, para a Comissão de Direitos Humanos, buscando enfatizar o reconhecimento da história e da memória das sobreviventes do sistema de escravidão sexual perpetuada pelo Japão durante a sua ocupação colonial na Ásia.

No caso das mulheres de “conforto” coreanas, um outro documento foi produzido em 4 de janeiro de 1996, pela advogada e diplomata indiana Radhika Coomaraswamy, intitulado *Report of the Special Rapporteur on violence against women, its causes and consequences*,

Radhika Coomaraswamy, in accordance with Commission on Human Rights resolution 1994/45. Dedicado especificamente para o caso das mulheres coreanas, este relatório irá apresentar o “sistema de conforto” historicamente, trazendo testemunhos e os métodos utilizados para a sua produção. Para tanto:

O relator especial recebeu ampla informação e documentação de fontes governamentais e não-governamentais em relação ao assunto da escravidão sexual militar na região da Ásia durante a Segunda Guerra Mundial, incluindo testemunhos escritos das mulheres vítimas, estes que foram estudados cautelosamente antes de realizarmos a missão de investigação dos fatos. A principal razão para o campo era permitir que Relator especial verifica-se as informações que já estavam disponíveis para ela e entrevista-se todas as partes envolvidas e com base nessas informações completas, tentasse apresentar conclusões e recomendações para melhorar a situação de violência contra a mulher, bem como, suas causas e consequências a nível regional e internacional (Coomaraswamy, 1996, p. 12).

Relembrando que o caso das mulheres de “conforto” coreanas só se tornou alvo da história pública em 1991, com o testemunho da sobrevivente desta violência, a coreana Kim Hak-sun. Suas palavras transformaram o cenário de silenciamentos que a maioria das sobreviventes estavam passando, abrindo margem para que mais vítimas fossem tomando coragem para vir a frente. Segundo Hak-sun:

Não tenho palavras para lembrar. Quando aqueles soldados enormes me atacavam... Eu não posso acreditar... Eu mordida meus lábios e lutava para fugir, mas, logo era capturada e arrastada novamente... Eu seria estuprada e não teria palavras para a dor em meu coração. Eu tentaria não pensar sobre aquela época, mas, eu não consigo. Isto me atormenta e eu não sei o que fazer...sempre que penso naquela época. (Kim Hak-sun).⁵⁴

O relatório de 1998, neste sentido, traz um texto de maior panorama, pois, irá abranger de forma geral o “sistema de conforto” discutindo o tema para além dos territórios vítimas dessa violência. Dito isto, O “Yomiuri”, de acordo com o *The Chosun Ilbo*, colocará em seu editorial que “o relatório levou fatos controversos e que faltava equilíbrio ao reconhecer a história da época.” (1988, tradução nossa). Ou seja, podemos perceber aqui uma das primeiras narrativas que irá aparecer no texto, será de elementos que não necessariamente estão negando o acontecimento, mas, o colocam sobre uma área de contradição. O relatório de McDougall é respaldado cientificamente, apresentando uma extensa carga de informação acerca do contexto histórico. No anexo do relatório, intitulado de *An Analysis Of The Legal Liability Of The*

⁵⁴ Tradução livre do original: “I’m at a loss for words to think back. When those enormous soldiers would pounce on me... I can’t believe it... I’d bite my lips and struggle to get away but I’d be caught and dragged again... I’d get raped and I lose words for the pain in my heart. I would make up mind not to think about that time but I can’t help. It torments me and I don’t know what to do... whenever I think of that time.”

Government Of Japan For “Comfort Women Stations” Established During The Second World War, teremos a seguinte afirmação sobre o estabelecimento do sistema de “conforto”:

Agora é claro, que tanto a junta governamental como a militar estavam diretamente envolvidos no estabelecimento dos centros de estupro ao longo da Ásia, durante a segunda Guerra Mundial. As mulheres que foram escravizadas pelos militares japoneses nesses centros – a maioria que estava entre a faixa etária de 11 a 20 anos de idade- foram alojados em locais da Ásia que era controlado pelo Japão, onde eram forçadamente estupradas várias vezes durante o dia e sujeitas a severos abusos físicos e expostas a doenças sexualmente transmissíveis. Diz-se que apenas 25% dessas mulheres sobreviveram a esses abusos diários. Para obter essas “mulheres de conforto”, os militares japoneses usavam da violência física, sequestros, coerção e mentiras. (McDougall, 1998, p. 39-40, tradução nossa).⁵⁵

O texto do relatório é reconhecido a níveis científicos e historiográficos pelas partes envolvidas dado que para construção dele é necessário que o relator tenha acesso à documentação e aos testemunhos para poder prosseguir com a sua investigação. Entretanto, o jornal japonês seguirá outro caminho, pois, irá incluir um fato não comprovado sobre uma possível participação da Alemanha na questão das “mulheres de conforto. Segue a afirmação de tal ato:

O jornal afirmou que durante a Segunda Guerra Mundial, o exército alemão realizou uma caçada por mulheres de conforto em áreas ocupadas e perguntou por que o Japão estava sendo alvo de informações “não confirmadas”. Adicionando que o relatório apenas prejudicou a autoridade das Nações Unidas. (The Chosun Ilbo, 1998, tradução nossa).

Aqui as tentativas de deslegitimação do fato aparecem de forma ainda mais incisiva. Deste modo, qual a necessidade um jornal publicar uma informação infundada? Os periódicos, assim como qualquer outro meio de produção que se baseia no uso de fontes variadas, necessitam fazer a checagem da veracidade das informações que irá repassar para o seu público. Com isso, nos vemos diante de uma posição de reformulação do fato sendo repassados pelo editorial japonês. Principalmente ao tentar incluir em sua narrativa um terceiro elemento não comprovado (o exército alemão), para tentar sustentar as suas distorções.

Ao subjetivar e desqualificar o relatório de McDougall o “Yomiuri” passa a perpetuar uma imagem de poder significativa do Japão do mediante a Coreia, reforçando assim

⁵⁵ Tradução livre do original: It is now clear that both the Japanese Government and military were directly involved in the establishment of rape centres throughout Asia during the Second World War. The women who were enslaved by the Japanese military in these centres - many of whom were between the ages of 11 and 20 - were housed in locations throughout Japanese-controlled Asia, where they were forcibly raped multiple times on a daily basis and subjected to severe physical abuse and exposed to sexually transmitted diseases. Only about 25 per cent of these women are said to have survived these daily abuses. To obtain these “comfort women”, the Japanese military employed physical violence, kidnapping, coercion and deception (McDougall, 1998, p. 39-40).

estereótipos de uma história única, onde os outros estão em constante processos de marginalização e por consequência de exclusão. Além disso, demonstra a falta de sensibilidade com as vítimas o que culmina nas relações quebradas até hoje persistentes entre o Japão e a Coreia.

3.2.2 THE HANKYOREH – O ANO DA RESOLUÇÃO: O PROBLEMA DAS “MULHERES DE CONFORTO”

O próximo documento a ser discutido está disponibilizado na ala de Opinião e Editorial, do jornal de *The Hankyoreh*, onde consta sem autor. Intitulado de *O ano da resolução – O problema das “mulheres de conforto*, publicado em 13 de janeiro de 2005, veremos a seguinte afirmação logo de início: “A verdade histórica não pode ser escondida para sempre dos persistentes esforços para revelá-la.” (2005). É evidente que desde o aparecimento das mulheres de “conforto”, como fato histórico aberto para a pesquisa historiográfica, alavancou-se os interesses de acadêmicos asiáticos e ocidentais. Todavia, esse fator também abriu margem para as conspirações. Nos últimos anos, principalmente com o advento do nacionalismo exacerbado e a repulsa por valores progressistas vemos vieses conspiratórios tomando conta do meio social e influenciado a memória pública de acontecimentos.

Neste texto, abriremos justamente com a demonstração da importância da pesquisa empírica documental e aqui este fator se configura como um respaldo para a política da escrita da história que abrange o Estado contemporâneo japonês, ao se falar do seu passado colonial. Para o caso das sobreviventes do sistema de escravidão sexual a abertura de documentações até então sigilosas, firmam-se como parte importante para reconhecimento de suas memórias. Entretanto, por que a relutância em admitir essas mulheres vítimas cúpula imperial japonesa? As histórias que seus corpos contam não valem para a historiografia? Deste modo, o editorial aponta as súplicas que são feitas para que tal movimento aconteça:

Apelamos ao governo japonês, ao passo que se aproxima o aniversário de 60 anos do fim da guerra e se inicia o seu esforço de se tornar uma potência global, de que se deseja progredir para uma posição de liderança deverá conseguir a compreensão da comunidade internacional ao limpar-se dos erros cometidos durante a era do militarismo. Se deseja fazer isso, não poderá evitar um processo ao revelar toda a verdade sobre as “mulheres de conforto”, ao dar um pedido de desculpas oficial e de compensação, assim como, de ensinar as futuras gerações sobre o que aconteceu. (The Hankyoreh, 2005).

O que se observa na construção das narrativas da história do Japão pós-guerra é a suas constantes tentativas de se desassociar de certos passados. O “rompimento” com a memórias deste passado colonial e permeado por crimes de guerra sem resolução ou punição adequada

deu ao país um certo aval para prosseguir reconstruindo uma nação de recusa e aqui me refiro a recusa ao pretérito que para a política japonesa se tornou obsoleto, a não ser através das tentativas de afirmá-lo como sendo um passado “admirável”. A questão com o “tipo” de passado a ser visto e compreendido pela sociedade japonesa é tão eloquente que o uso de símbolos nazifascistas está até hoje presente, como é o caso da bandeira imperial japonesa.

Contudo, os apontamentos críticos ao movimento japonês de ignorar certos passados, também, recai na *não ação* do governo coreano (The Hankyoreh, 2005). Não existe resolução se o Estado do país afetado não contribuir para a busca da reafirmação da sua própria memória histórica, mas, o que os impedem? Seria a necessidade, dada configuração e interesse por parte do Estado coreano, de também esconder certos monstros do seu passado? Entretanto, os seus fantasmas também continuam a espreita.

A História é complicada e dolorosa. Até mesmo nos dias de hoje, apenas alguns coreanos reconhecem que milhões de seus compatriotas colaboraram com os japoneses. É bem melhor definir o caráter coreano como decorrente da pureza e da coragem, distanciando-se assim do momento em que revelou a si mesmo em oposição a um monstro. Para alguns políticos, criticar o Japão é parte do objetivo. (The Economist, 2019, tradução nossa).⁵⁶

O cenário da política liberal e capitalista crescente no mundo pós Guerra, adjunto das tentativas de se estabelecer um certo padrão sobre que tipo de imagem estas nações devem repassar para o mundo, não se conecta ao projeto da modernidade. Ou seja, as ações/posições tomadas pelos governos, irão depender da ideologia política que está circulando no poder. Esses fatores se interconectam com o fato de as relações comerciais estarem exercendo de forma contínua uma grande influência nas decisões que os países devem tomar em torno dos seus passados. Para Coreia e o Japão isto é algo evidente, pois esses passados sem resolução implicam diretamente nas relações diplomáticas e econômica entre os países.

Ao relegar seus passados as margens, ambos os países posicionam as sobreviventes aos espaços do não-dito e de contestação das suas vivências e do seu ser. Ou seja, sujeita a história as manipulações e a criação de *epistemologias alternativas* que irão desestruturar os seus direitos de existir (Almada, 2023, p. 11). Com isso, toda essa inatividade para pôr em prática as reivindicações desse passado presente abre espaço para a sua deturpação, relegando as sobreviventes a morte física e também simbólica, histórica. Desta maneira, a suposta “resolução

⁵⁶ Tradução livre do original: History is messy and painful. Even today few Koreans acknowledge that millions of their compatriots collaborated with the Japanese. Far better to define the Korean character as emanating, pure and brave, from a far-distant moment when it revealed itself in opposition to a monster. For some politicians, Japan-bashing is part of the point. (The Economist, 2019).

para o caso das mulheres de “conforto” posta no título do editorial, não aconteceu e nos anos seguintes ao desta matéria o sonho por reparação ainda se perpetua.

3.2.3 THE KOREA TIMES - O HOLOCAUSTO ESQUECIDO

Abriremos esse subtópico discutindo sobre o artigo de opinião intitulado *Holocausto esquecido*, publicado em 06 de março de 2014 e este é mais um dos textos analisado que não possui autoria. Entretanto, discutamos um pouco sobre o seu título. Ao falarmos de Holocausto, sempre voltaremos a um dos maiores episódios de destruição da história a partir da violência em massa contra os judeus. O termo, entretanto, ao longo dos anos sofreu alterações, pois os pesquisadores desse fenômeno perceberam que o “Holocausto” se estendia a outros grupos, como os negros e os homossexuais, assim como, a outros eventos históricos, a exemplo, do Brasil, onde temos as práticas genocidas ocorridas no hospício em Barbacena. Mas, voltemos para o caso das mulheres de “conforto”, dado o contexto deste acontecimento, podemos afirmar que a terminologia de “Holocausto” possa ser aplicada?

Na historiografia pertinente ao tema não ocorre associação das mulheres de “conforto” ao termo do Holocausto. Contudo, as mulheres colonizadas pelo estado imperial japonês e que foram posteriormente forçadas a serem escravas sexuais, não deixaram de passar por súbitas violência de gênero. Nos conflitos causados pela guerra, os expoentes da violência contra as mulheres são vividos pois, não estamos falando apenas de ações que levam a morte física, mas, que deixam vestígios naquelas que ousaram sobreviver. No artigo *Gender-Based and Sexual Violence in the Holocaust: On the Importance of Writing this History Today*, das autoras Dorota Glowacka e Regina Mühlhäuser, vemos que:

A instrumentalização da violência de gênero e sexual para a transmissão de interesses específicos para as narrativas de guerra e genocídio, não é um fenômeno novo. Como Elizabeth Heinemannhas observou, “as representações de violência sexual na guerra não apenas acontecem depois do fato, mas, ao contrário, fazem parte do próprio conflito.” Representações de violência sexual são usadas para construir e reforçar as facções em guerra como dicotomias políticas do “nós contra eles”, do “bem contra o mal” ou do “civilizado contra o bárbaro”. Em quais as constelações dos perpetradores e das vítimas se tornam visíveis, assim como, quais narrativas são amplificadas e quais vozes são silenciadas, a depender, em grande parte, das percepções políticas e sociais do conflito e de seus fatores contribuintes. (Glowacka; Mühlhäuser, 2024, p.1, tradução nossa)⁵⁷

⁵⁷ Tradução livre do original -The instrumentalization of gendered and sexual violence to convey interest-specific narratives of war and genocide is not a new phenomenon. As Elizabeth Heinemannhas observed, ‘Representations of sexual violence in war do not simply occur after the fact: rather, they are often part of the conflict itself.’. Depictions of sexual violence are used to construct and reinforce the warring factions as political dichotomies of

Desse modo, podemos dizer que as mulheres de “conforto” fazem parte do cenário do Holocausto de certa forma, mas, o seu passado não se configura nas mesmas instâncias do genocídio gerado por esse fato. Todavia, isto não apaga a importância das suas memórias, só aumenta ainda mais o escopo dos eventos históricos que ocorreram durante o século XX.

Isto posto, o artigo de opinião do *The Korea Times* irá apresentar um discurso ocorrido durante o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra, Suíça, ainda em 2014, onde o antigo Ministro das Relações Exteriores, Yun Byung-se, criticou os discursos de negação proferidos pelo Estado japonês. (The Korea Times, 2014). Segundo o jornal:

Yun estava correto ao chamar o problema da escravidão sexual de “holocausto esquecido”, citando uma mulher holandesa-australiana que testemunhou sobre as atrocidades do Japão durante a guerra em 2007 na U.S. House of Representatives, quebrando 50 anos de silêncio. (The Korea Times, 2014, tradução nossa).

A partir disso, passemos então para a segunda palavra do título: “Esquecido”. As políticas de esquecimento em torno do tema das mulheres de “conforto” são de fato duráveis, pois as documentações até aqui apresentadas possuem uma certa distância temporal. Entre os anos de 1998, 2005 e 2014, teremos um clipe temporal de 16 anos atuando sobre esse fato histórico, contudo, os problemas ao redor deste passado perseveram. Com isso, falemos de três aspectos, que irão fazer parte da relação entre a memória e o esquecimento: o trauma, a manipulação e o reconhecimento.

Os traumas exercem grande carga para a expressão da memória, dado que eventos traumáticos e que em sua maioria a reconciliação com o mesmo não ocorre, acaba por deixar vestígios físicos e memorialísticos dolorosos. Para as sobreviventes do caso de escravização sexual, os traumas são profundamente reacendidos a partir do momento em que essas experiências passam pelos atos de distorção. Para Ricouer (2007, p. 452-454), isto pode ser associado a discussão aos impedimentos da memória e como exemplo, podemos citar os testemunhos das sobreviventes como parte da continuidade de uma ferida exposta.

Em particular, ele citou o caso, alguns dias atrás, em que o Vice-Ministro Sênior de Educação e Cultura do Japão fez comentários indicando que as vítimas de escravidão sexual “fabricaram” seus testemunhos. “Tais comentários acrescentam insultos para a dignidade das vítimas resistiram as dores físicas e psicológicas e as ações do Japão são um desafio direto aos pedidos consistentes feitos pela comunidade internacional”, disse ele. (The Korea Times, 2014).

‘us versus them,’ ‘good versus evil,’ or ‘civilized versus barbaric.’ Which constellations of perpetrators and victims are made visible and which disappear from view; whose narratives are amplified and whose voices are silenced largely depends on the political and social perceptions of the conflict and its contributing factors.

Por outro lado, os estágios da manipulação ocorrem a partir dos processos ideológicos, que perpetuam a distorção da realidade, buscando legitimar sistemas de poder, através de simbologias que buscam salientar um tipo de memória, pois é sempre o outro que *atola na ideologia* (Ricoeur, 2007, p. 95). No caso do Japão isto é perceptível principalmente durante o governo do ex-primeiro-ministro Shinzo Abe, figura esta que exerceu grande influência para política da extrema direita no país e com isso o jornal:

[...] observou repetidamente, os comentários provocativos do Japão e os atos em relação as mulheres de “conforto” deve ser um precursor de um esquema do governo Abe para avisar ou abandonar a Declaração de Kono de 1993, que reconheceu a cumplicidade oficial do Japão na coerção de mulheres à escravidão sexual. (The Korea Times, 2014).

O reconhecimento do “sistema de conforto” irá fazer parte das políticas de esquecimento e este apontamento não desconsidera a necessidade desta ação, mas, a forma em que o ato de reconhecer é utilizado e posteriormente deslegitimado, corrobora com o que Ricoeur pontua ao falar de *anistia*, palavra está que possui duas conotações a de “esquecer” e de “perdoar”. (Dourad, 2017, p. 6). Em 1993 a Declaração de Kono foi divulgada e nela temos, não só apenas, a admissão do fato, mas, um certo pedido de desculpas. Todavia, o historiador japonês Yoshiaki Yoshiaki (2000, p. 36) irá analisar a carta e apontar que o governo reconheceu as mulheres de “conforto”, mas na seção do seu livro *What didn't the government acknowledge?* teremos um estudo semântico e dos duplos sentidos que a declaração possuía:

A declaração do governo gera muitas dúvidas. Contudo, até mesmo este tipo de reconhecimento oficial das partes do governo não é algo amplamente compartilhado pela população japonesa em geral. Por exemplo, quando o Ministro da Justiça durante o governo de Hata, Nagano Shigeto, declarou que ele “pensava que o Massacre de Nanking era uma fabricação” e foi forçado a renunciar, ele ainda declarou que “as mulheres de conforto eram prostitutas licenciadas naquela época, então não podemos olhar (aquela prática) através dos olhos de hoje e chamar de desprezo pelas mulheres ou de discriminação racial contra os coreanos”. (Yoshiaki, 2000, p. 38, tradução nossa).⁵⁸

Esta discussão é reforçada pelo jornal ao dizer que:

No entanto, tais tentativas serão inúteis no final, tendo em vista que a declaração histórica foi elaborada após quase dois anos de extenso estudo pelo próprio governo japonês. Como é de conhecimento geral, a declaração disse,

⁵⁸ Tradução livre do original: The government statement breeds many doubts. Yet even this sort of official acknowledgment on the part of the government is not widely shared by Japanese people in general. For example, when the Justice Minister in the Hata administration, Nagano Shigeto, declared that he "thinks the Nanking Massacre is a fabrication" and was forced to resign, he also stated that, "Comfort women were licensed prostitutes in that era, so we can't look at (that practice) through today's eyes and call it contempt for women or racial discrimination against Koreans. (Yoshiaki, 2000, p. 38).

“Estações de conforto foram administradas em resposta ao pedido das autoridades militares. Então o exército japonês era, diretamente ou indiretamente, envolvidos no estabelecimento e gestão das estações conforto e na transferência de mulheres de conforto”. (The Korea Times, 2014).

Contudo, é necessário aqui vermos a importância da interpretação textual, pois este *reconhecimento* não possui necessariamente uma confirmação do envolvimento militar e conseqüentemente do governo japonês na implementação do “sistema de conforto” e da coerção das mulheres, ampliando assim as políticas de silenciamentos do governo japonês, bem como, demonstra a demora de ação do próprio governo coreano em relação a um passado que pertence a sua nação.

3.2.4 THE JAPAN TIMES - MEMBRO DO LDP ALERTA SOBRE A ENTRADA DE ESCRAVA SEXUAIS EM TEXTOS

A notícia que será apresentada em sequência foi divulgada no jornal japonês em 24 de janeiro de 1997, com o título de *Membro Do LDP⁵⁹ alerta sobre a entrada de escrava sexuais em textos*. Esta manchete não informa o jornalista de sua autoria, mas, apresenta um tema de discussão que rodeia as mulheres de “conforto”, o do ensino de sua história nas escolas. A adição de textos nos livros didáticos escolares japoneses tem sido um alvo constante de críticas do governo e da sociedade civil japonesa. Existe uma certa aversão cercando a ala do ensino, principalmente ao falarmos de eventos específicos e problemáticos do passado colonial e militar do Japão durante o período da Segunda Guerra Mundial.

Neste caso, os livros didáticos são usados como ferramenta de propagação da ideologia nacionalista japonesa, essencialmente no período pós-guerra e isto demonstra a necessidade do país de incentivar a buscar pela formação da identidade da nação pós-períodos de conflitos. Deste modo, a reconstrução da nação buscou renegar aspectos do seu passado e o caso das mulheres de “conforto”, faz parte desse passado a ser repudiado, por isso a recusa ao tema ser colocado como parte discursão histórica a ser feita em sala de aula. Pois qual o sentido moral de ensinar a suas crianças que nação cometeu erros?

Um membro da câmara superior do Partido Liberal Democrata que está no poder, levantou questionamentos sobre a decisão do governo de autorizar livros didáticos do ensino médio a incluir descrições sobre as “mulheres de conforto” do exército. Durante uma interpelação ao Primeiro-Ministro Ryutaro Hashimoto, o legislador Kiyoko Ono disse que ensinar sobre as mulheres, que foram mandadas para os bordes na linha de frente como escravas sexuais para os soldados japoneses antes e depois da Segunda Guerra Mundial, poderia ter uma influência prejudicial nos jovens. As descrições, que

⁵⁹ Liberal Democratic Party ou Partido Liberal Democrático.

foram aprovadas pelo Ministério da Educação, estão agendadas para serem incluídas pela primeira vez em livros de história para estudantes do ensino médio em abril. (The Japan Times, 1997).

Neste sentido, urge a necessidade da nação de interferir na educação e formação do consciente do indivíduo que pertence àquela determinada sociedade para assim influenciar os seus comportamentos no presente e seu compromisso com o futuro da nação (Algarra, 2013, p. 312). Por isso, os pedidos para que haja uma revisão, pois “Ono disse que o atual sistema que analisa/avalia os livros didáticos (que permitiu que tais textos de história fossem publicados) deveria ser revisado.” (The Japan Times, 1997). Podemos observar assim que essas intervenções do Estado japonês não só tentarão apagar o fato, mas, também irão negá-lo.

A discussão até o momento apresentada, também abordará certos aspectos sobre o impacto que essa presença do Estado na produção educacional e por conseguinte científica, pode causar as epistemologias do saber. Inclusive, uma das características para acentuação deste tipo de projeto é de reformas constantes para o sistema de educação, o que vai ser marcado pelas alterações no currículo e também na produção dos livros didáticos. Desta forma, o espaço educacional está intrinsecamente relacionado a geração do pensamento crítico, contudo, esta particularidade é ameaçada com essas propostas de se ensinar um passado unilateral.

3.2.5 THE MAINICHI - 2 EX- “MULHERES DE CONFORTO” DA COREIA DO SUL EXPRESSAM OPOSIÇÃO AO ACORDO BILATERAL

No artigo publicado em janeiro de 2016, de título *2 Ex- “Mulheres De Conforto” da Coreia Do Sul expressam Oposição ao Acordo Bilateral*, temos a abertura para a discussão crítica ao acordo firmado entre Park Geun-hye e Shinzo Abe no ano de 2015, o qual não teve participação das vítimas. Antes de adentrarmos a análise do artigo jornalístico é necessário que busquemos entender o contexto histórico do 2015 para ambos os países.

O lado sul coreano era governado por Park Geun-hye, da ala política conservadora (Matsuo, 2020). O seu governo foi controverso em variados estágios, incluindo nas relações entre Coreia e Japão e seus passados mútuos. Posto isto, se faz interessante apresentar uma característica do seu próprio passado. Park Geun-hye era filha de um antigo ditador militar coreano, Park Chung-hee, que governou entre 1961 e 1979. Esta particularidade sempre foi alvo de discussão sobre as suas ações em torno do passado da sua nação, isto é exemplificado, pelas críticas que sofreu ao tentar “reinstalar a censura nos livros didáticos e promover livros de história que pintam uma imagem roseada do colonialismo japonês e dos regimes ditatoriais que

aconteceram na Coreia” (McGill, 2014).⁶⁰ Apesar disso, o governo de Geun-hye se mostrou ter um notável sucesso ao ocupar o ponto alto da moral e apresentar uma imagem de unidade nacional (McGill, 2014), pelo menos até março de 2016, quando a ex-presidente sofreu um processo de impeachment.⁶¹

No contexto japonês precisamos entender que o país vive em um sistema democrático que na época era liderado pelo ex-primeiro-ministro Shinzo Abe, conhecido por suas políticas conservadoras e de cunho revisionista que buscam reinventar o passado e por consequência glorificá-lo, tudo isso para fortalecer a sua política nacionalista (Nilsson-Wright, 2020). Nas suas narrativas, o passado militar e imperial deveria ser revisto e isso é reafirmado em suas palavras, durante a sua declaração em 14 de agosto de 2015, onde ele diz: “Sobre as pessoas inocentes, o Nosso país infligiu danos e sofrimentos imensuráveis às pessoas inocentes. A história é dura. O que foi feito não pode ser desfeito.” (Abe, 2015).⁶² Nesta perspectiva, Abe buscava por tentativas de reinstalar o Japão em um espaço de imponência novamente, por isso havia a necessidade de se “resolver” os seus problemas *passados*.

Em 28 de dezembro de 2015, os ministérios das relações internacionais do Japão e da Coreia do Sul surpreenderam o mundo com o pronunciamento de um acordo concebido para ser “final e irreversível”, concluindo assim, a disputa de longa data das “mulheres de conforto” Ambos os presidentes, Park Geun-hye da Coreia do Sul e o Primeiro-Ministro japonês, Shinzo Abe tem defendido o acordo, mas, a implementação do acordo é carregada de dificuldades. (Kennedy; Nagakwa, 2016)⁶³

Não foi um acordo “final e irreversível”, causou estragos para as memórias das mulheres de “conforto” e trouxe assim, críticas ao fazer a sua exclusão de todas as etapas do processo formativo do acordo, o que pontua ignorância ou até uma exclusão significativa por parte dos governos, arrastando ainda mais as práticas de violência contra as sobreviventes. Não seria um bilhão de yens (The Mainichi, 2016), que fariam as vítimas esquecerem do que passaram, mas, sim um pedido desculpas do Estado, algo que há anos essas mulheres suplicam. Segundo Ahn

⁶⁰ Tradução livre do original: Park is under fire at home for seeking to reinstate censorship of textbooks and for promoting a school history book that critics say paints too rosy a picture of Japanese colonialism as well as the dictatorial regimes that followed. (McGuill, 2014).

⁶¹ Tradução livre do original: Her government has shown remarkable success in occupying the moral high ground and in presenting an image of national Unity. (McGill, 2014).

⁶² Tradução livre do original: Upon the innocent people did our country inflict immeasurable damage and suffering. History is harsh. What is done cannot be undone. (Abe, 2015).

⁶³ Tradução livre do original: On 28 December 2015, the foreign ministers of Japan and South Korea surprised the world with the announcement of a deal designed to ‘finally and irreversibly’ conclude the long-standing ‘comfort women’ dispute. Both South Korean President Park Geun-hye and Japanese Prime Minister Shinzo Abe have championed the agreement, but the deal’s implementation is fraught with difficulty. (Kennedy, Nagakwa, 2016).

Sin-Known, diretor da “House of Sharing”⁶⁴ disse que: “Essa é uma redação orientada para o culpado e reflete a intenção de pôr fim à questão em uma data precoce [...]” (The Mainichi, 2016).

Ou seja, não foi um acordo com intenção de admitir os erros do passado, mas, de configurá-los como sendo um fenômeno que ficou para trás, relegando-o ao obsoleto e ao obscurantismo. Neste sentido, podemos apontar a percepção de um certo abandono as sobreviventes, desprezando-as a este passado colonial e violento que as persegue e por conseguinte persegue as suas memórias coletivas e a existência dos seus corpos no presente.

3.3 SILENCIAMENTOS, COLONIALIDADE, REINTERPRETAÇÕES E NEGAÇÃO - UMA REFLEXÃO SOBRE A AÇÃO HISTÓRICA NO PRESENTE

Em um mundo extremamente organizado para se firmar a comunicação, somos apresentados a informações cortadas. Os interesses que gerem o Estado, a mídia de comunicação e por consequência a sociedade que absorve estes conhecimentos passados, é afetada pelas ideologias que buscam a omissão, a reformulação e a rejeição da realidade em que vivem. O caso das mulheres de “conforto” não se destoa do pragmatismo perpetuado pelo Ocidente, sendo assim, não há como falar de fatos históricos de outras nações, sem perceber o impacto que a aversão a história do *outro* recebe, é um ato de *recolonizar* o conhecimento e a sua forma de produzi-lo, o diferente, neste caso é sinônimo para o esquecimento.

Todavia, isto se articula com as necessidades das outras nações em perpassar certas imagens sobre seus países e sociedades, o que na maioria das vezes não abre espaço para as memórias dos seus passados. Vemos então, um problema nas associações feitas aos pretéritos, como sendo algo que já não é mais necessário para entendemos tanto o passado quanto o presente das sociedades e por conseguinte a construção de suas identidades no mundo interligado de hoje.

Deste modo, a mídia jornalística no mundo contemporâneo se liga a essa cadeia das políticas do esquecer, ao exercer de forma sistemática e de associação ideológica a propagação de informações que em muitas vezes não buscam criticar os eventos acontecidos, mas, de perpetuar uma certa neutralidade no repasse dessas notícias, contudo sabemos que no mundo de hoje ser neutro significa tomar partidos. Posto isto, temos um claro e vasto exemplo, em

⁶⁴ Casa de repouso, que acolhe as sobreviventes das mulheres de “conforto”. Esta casa foi estabelecida em outubro de 1992 na Coreia do Sul.

como os veículos de informação, e aqui me refiro a estes grandes conglomerados, atuam perante a propagação de informações. Disto isto, os jornais, em sua versão impressa ou na versão digital das suas notícias, deveriam ser promotores de uma comunicação respaldada na averiguação de suas fontes, contudo, não é o que vemos sendo feito na atualidade.

A ascensão dos infortúnios ligado a desinformação de uma mídia que deveria servir ao público, acaba caindo nas amarras de contribuição para a legitimação dos revisionismos e negacionismos históricos. Diante deste cenário, a ação do historiador fica presa a empasses desastrosos para memória histórica, pois se por um lado, essas fontes jornalísticas exercerem certas contribuições para a pesquisa histórica de eventos no qual certas narrativas são divulgadas, a depender do contexto ideológico da sociedade, ajudando assim o historiador a compreender e analisar temporalidades e espaços, por outro, acaba por contribuir em torno de um papel que irá deslegitimar o que a própria ciência histórica produz. Ou seja, ao passo que discussões são apresentadas nestas matérias, por vezes de formas rasas e apressadas sem antes fundamentar seus contextos históricos ou de até mesmo ir atrás de fontes que o ajudem a construir essas notícias, ocorre, desse modo, a corroboração para o estatuto de certa “veracidade” destas informações, induzindo o leitor a não buscar outras referências ou de formar um pensamento crítico.

O revisionismo convida à reflexão não apenas sobre o resultado do jornalismo (ou seja, enquadramentos, narrativas, representações e discursos), mas também sobre as ferramentas que o produzem (ou seja, ética, objetividade e neutralidade). O que está em risco o ponto de vista que a mídia e os jornalistas abordam o revisionismo (função de “cão de guarda”, controle de acesso). Almeida e Robison (2023) consideram que o jornalismo tem tido uma dificuldade de longa data para manter uma crítica distância das intuições políticas e de poder. Outro exemplo, é da nação de “falsa objetividade”, em que se refere ao uso individual da objetividade com a visão de privilegiar mais versões dominantes da realidade em detrimento daquelas apoiadas por fontes menos ricas, incluindo fontes midiáticas (Almeida and Robinson, 2023; Attiah, 2021; Møller Hartley and Askanus, 2021). (Hoxha, Andresen, Paschalidis, Fiedler, 2024, p. 3).⁶⁵

Com isso, não há como negar a influência do uso do jornalismo para os estímulos de reinterpretação de uma dada realidade, pois, essa mídia rodeia nosso meio social, influenciado

⁶⁵Tradução livre do original: Revisionism invites reflection not only on the outcome of journalism (i.e., frames, narratives, representations and discourses) but also on the tools that produce it (i.e. ethics, objectivity and neutrality). At stake is the point of view from which media and journalists approach revisionism (i.e., ‘watchdog’ function, gatekeeping). Almeida and Robison (2023) consider that journalism has had a long-standing difficulty to maintain a critical distance from political institutions and power. Another example is the notion of ‘false objectivity’, which refers to the misuse of objectivity with a view to privileging more dominant versions of reality against those supported by less affluent sources, including media sources (Almeida and Robinson, 2023; Attiah, 2021; Møller Hartley and Askanus, 2021).

o nosso fluxo de pensamento. Estes apontamentos acerca do revisionismo, também, devem ser feitos ao falarmos do negacionismo, já que ambos mantêm certas conexões, pois buscam desacreditar a ciência e os fatos históricos. Na produção midiática, o negacionismo serve para ocultar informações, ou seja, a não divulgação de certos eventos históricos que estão acontecendo. Sendo assim, não é simplesmente o seu uso fora de contexto, mas, o de escolher qual o texto ou palavra deve ser colocado em dada matéria/notícia, podemos apontar como um tipo de censura a ser feita na construção do texto, contudo, é uma censura que existe em tempos democráticos e da liberdade de expressão. Usando o caso das mulheres de “conforto”, pode-se perceber que as narrativas impostas a mídia, principalmente a japonesa, é de se apresentar falas que corroborem com o discurso público do Estado sobre a existência ou não do fato.

Dito isto, estes aspectos das políticas de esquecimento se ligam a existência de uma colonialidade dentro dos processos de negação e revisão e aqui se interligam tanto ao caso da produção ocidental e asiática da mídia e da ciência histórica. Podemos não perceber estas estruturas coloniais persistentes no presente, mas, elas estão lá no nosso inconsciente. Desse modo, a colonialidade usufrui destes espaços dados a crescente onda revisionista e negacionista para deliberadamente promover a rasura da memória e a reescrita do passado como parte de uma estratégia deliberada de intervenção no presente (Ribeiro, 2020, p. 1).

Para as sobreviventes da escravização sexual imperial do Japão, as mulheres de “conforto” na Coreia, isto pode ser aplicado para compreendermos a permanência das estruturas coloniais sobre a sua história e sobre o seu ser, em outros termos, a colonialidade japonesa reverbera ainda dicotomias no presente da sociedade coreana e isto não está relegado apenas as disputas históricas, mas, também culturais. Consequentemente, a ação histórica é afetada por esse cenário de manipulação de informações que atingem o meio social, tudo isso é apoiado pelos Estados e suas políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu entender e analisar os negacionismos e revisionismos históricos presentes no tema das “mulheres de conforto” coreanas a partir das décadas de 1990 até 2016 e para isso, foi utilizado as fontes jornalísticas dos países envolvidos no fato histórico, o Japão e a Coreia do Sul. A discussão desse tema recai também sobre as relações internacionais entre ambos os países e como esta é afetada por passados não resolvidos. A partir disso, buscamos compreender a existência de temas, como do revisionismo e negacionismo, bem

como a discussão da decolonialidade e a existência de uma colonialidade na Coreia do Sul e como todos esses fatores são promotores para as políticas de esquecimento.

Para tal análise, observou-se as narrativas propostas pelas fontes jornalísticas digitais de meios de comunicação que atingem um público nacional. Além disso, estas passaram por processos de tradução, ou seja, as fontes que foram investigadas aqui tiveram três estágios diferentes de composição semântica, isto é, saíram dos seus idiomas originais coreano e japoneses, passaram para o inglês e conseqüentemente para o português. Este apontamento serve para lembrarmos o cuidado que devemos ter diante os usos da tradução, já que estamos perante um repasse de informações e com isso não queremos repetir os mesmos erros ao qual se faz a crítica.

Além disso, é importante salientarmos que o trabalho propõe que olhemos o Sul-global através de outras epistemologias, e aqui enfatizo, não é excluir produções científicas já estabelecidas e que ajudam na construção do conhecimento da história e do ofício do historiador, mas, para voltarmos os nossos olhares para longe de produções que sustentam os discursos ocidentalistas e colonialista na produção historiográfica e com isso é necessário a busca por outros caminhos.

É nas narrativas propostas por editoriais, matérias/notícias, e artigos de opinião que vamos entrelaçar as discussões apresentadas, trazendo à tona a importância de se reafirmar as memórias dessas sobreviventes, bem como, lançarmos olhares para passados que são desconhecidos para os produtores da ciência histórica no Ocidente, afetados por essas políticas de que as histórias dos *outros* a nós não pertencem. A ascensão da cultura asiática e das relações sul-sul global proporciona novos olhares para a historiografia. Dito isto, o tema das mulheres de “conforto” abre um leque de possibilidades para entendermos a violência durante os processos de guerra e após eles.

Para isso, os Estados apoiados pelas ideologias nacionalistas e ascensão de grupos de direita e a sua intervenção nos processos midiáticos, como as plataformas jornalísticas, exerceram grande carga para dar suporte ao silenciamentos e, por consequência, ao reavivamento dos traumas dessas mulheres, tudo isso, mediante a contagem regressiva que assola seus corpos. Sendo assim, os Estados esperam a sua morte e com ele os seus silêncios. Contudo, lembremos que a morte não é o fim para história, apesar das dificuldades que cercam os historiadores no mundo contemporâneo, as memórias são repassadas e os fantasmas continuam presentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMADA, Pablo Emanuel Romero. A memória e o negacionismo: Considerações sobre a pesquisa em sociologia histórica. **Estudos de Sociologia**, p. e023009-e023009, 2023.
- ANSARA, S. Políticas de memória X políticas do esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. *Revista Psicologia Política*, v. 12, n. 24, p. 297–311, 2024.
- AVELAR, Alexandre de Sá; VALIM, Patrícia. Negacionismo histórico: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. **Revista Cult**, 2020.
- AVILA, A. L. De. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista brasileira de história**, v. 42, n. 87, p. 161–184, 2021.
- AZANHA, Tatiana Sofia Fonseca. **Para além do silêncio**: sistema de conforto e o papel dos movimentos feministas na questão das mulheres de conforto na Coreia do Sul (1905-2015). Dissertação (Mestrado em Estudos Asiáticos). Universidade Católica Portuguesa. Portugal, 2017. 97 f.
- BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Dimensões**, n. 24, 2010.
- BENTIVOGLIO, Julio; DA CRUZ DURAN, Maria Renata. Paul Ricoeur e o lugar da memória na historiografia contemporânea. **Dimensões**, n. 30, p. 213-244, 2013.
- BUCHMEIER, Yosuke. Media politics in Japan: News journalism between interdependence, integrity, and influence. **Publizistik**, p. 1-32, 2024.
- CÂMARA, José. História e COVID-19: o negacionismo histórico e o revisionismo ideológico. **Fiocruz – Centro de Comunicação**, 2023. Disponível em: <https://www.coc.fiocruz.br/todas-as-noticias/especial-historia-e-covid-19-o-negacionismo-historico-e-o-revisionismo-ideologico-leituras-sobre-o-passado-e-desafios-a-historia/>. Acesso em: 23 nov. 2024.
- CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, v. 29, n. 2, p. 65–78, 2006.
- CAPAN, Zeynep Gulsah; DOS REIS, Filipe; GRASTEN, Maj. The Politics of Translation in International Relations. In _____. **The politics of translation in international relations**. Springer International Publishing, 2021. P.1-11.
- CARDOSO, E. W. Em busca da mentira: historiadores contra a falsificação do Holocausto. **Revista Brasileira de História**, v. 42, n. 87, p. 89–110, ago. 2021.
- CASSIANI, Suzani; SELLES, Sandra Lucia Escovedo; OSTERMANN, Fernanda. Negacionismo científico e crítica à Ciência: interrogações decoloniais. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 28, p. e22000, 2022.
- CHEN, Christopher. Why history is a problem for Park Geun-hye in confronting Japan. *East Asia Forum*, 23 set. 2014. Disponível em: <https://eastasiaforum.org/2014/09/23/why-history-is-a-problem-for-park-geun-hye-in-confronting-japan/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

CHEN, Yang. The Presence of Confucianism in Korea and its General Influence on Law and Politics. In _____. Oropeza García, A. **Corea: Uma visão jurídica y geopolítica en el siglo XXI**. Mexico: UNAM, 2021, p.77-90.

CHOI, J. National image of North Korea in South Korean news media. **Journal of Public Affairs**, v. 18, n. 4, p. e1710, 10 abr. 2018.

CHOI, Jinbong. National image of North Korea in South Korean news media. **Journal of Public Affairs**, v. 18, n. 4, p. e1710, 2018.

CLARK, B. Revisionist Historiography as a Tool for State-Building in 20th Century East Asia. **Flux - International Relations Review**, v. 13, n. 1. p. 89–96, 20 jan. 2023.

CONRAD, S. por que uma história global? Para lá do internalismo e do eurocentrismo. In: _____. **O que é a História Global**. Tradução: Tereza Furtado E. Cruz. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2019, p. 15-16.

COOMARASWAMY, R.; Commission, Un. Report Of The Special Rapporteur On Violence Against Women, Its Causes And Consequences, Radhika Coomaraswamy. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/238264?V=Pdf>>. Acesso Em: 23 Nov. 2024.

CORREIA DA SILVA, B. Revisionismos, negacionismos e o passado autoritário brasileiro. 29 de abril: Revista de História, v. 3, n. 4, p. 65–81, 11 jun. 2023. Dorota Glowacka; Mühlhäuser, R. Gender-Based and Sexual Violence in the Holocaust: On the Importance of Writing this History Today. **The Journal of Holocaust Research**, p. 1–8, 4 ago. 2024.

COSTA, João. O Brasil redescobre a Ásia. **Jornal da Unesp**, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/01/11/o-brasil-redescobre-a-asia/>. Acesso em: 18 mar. 2024. Junior, Ademar Silva. O que é a Alma? What is the soul?. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, p. 35-48, 2016. Acesso em: 22 fev. 2024

CULT, Revista. Negacionismo. **Revista Cult**, 2023. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/negacionismo>. Acesso em: 22 fev. 2024

CULT, Revista. Negacionismo histórico. **Revista Cult**, 2023. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/negacionismo-historico>. Acesso em: 22 fev. 2024.

CURTO, D. R. Domingos, N.; Jerónimo, M. B. A Europa e a Ásia: histórias e historiografias comparadas. História da Historiografia Internacional **Journal of Theory and History of Historiography**, v. 7, n. 15, p. 148–167, 8 maio 2014.

DA SILVA, B. C. D. S. B. C. Revisionismos, negacionismos e o passado autoritário brasileiro. **Revista de História**: 29 de abril, v. 3, n. 4, p. 65–81, 2023.

DA SILVA, Janssen Felipe; DOS SANTOS, Aline Renata. Tensão Entre Memória Colonial E A Memória Decolonial Na Construção Do Currículo Escolar: uma problematização das heranças coloniais. **Revista Espaço do Currículo**, v. 16, n. 1, p. 1-13, 2023.

DAVIS, John. Far-right extremism: A global problem and worldwide solutions. *Foreign Policy*, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/01/15/far-right-extremism-global-problem-worldwide-solutions/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

DE ALMEIDA, F. C. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 3, n. 8, 2011.

DE ALMEIDA, Fábio Chang. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista Aedos**, v. 3, n. 8, 2011.

DE MELO, Demian Bezerra. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. **Revista Marx e o Marxismo–Revista do NIEP-Marx**, v. 1, n. 1, p. 49-74, 2013.

DÍAZ NOCI, J. A history of journalism on the Internet: a state of the art and some methodological trends. RIHC. **Revista Internacional de Historia de la Comunicación**, v. 1, n. 1, p. 253–272, 2013.

DIPLOMATIC COURIER. Breaking freedom of the press in South East Asia. *Diplomatic Courier*, 15 mar. 2023. Disponível em: <https://www.diplomaticcourier.com/posts/breaking-freedom-press-south-east-asia>. Acesso em: 23 nov. 2024.

DOURAD, Maria Francysnalda Oliveira. Memória e Esquecimento em Paul Ricoeur: a ideologia política camuflada na anistia. **Cadernos do PET Filosofia**, v. 8, n. 16, p. 01-11, 2017.

EDUCAMÍDIA. O revisionismo histórico e a desinformação, 2023. Disponível em: <https://educamidia.org.br/o-revisionismo-historico-e-a-desinformacao/>. 15 out. 2024

ESCOBAR, Herton. Armas de desinformação em massa. **Jornal da USP**, 10 nov. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/armas-de-desinformacao-em-massa/>.

FRANCYSNALDA, M. Memória E Esquecimento Em Paul Ricoeur: A Ideologia Política Camuflada Na Anistia. **Cadernos do PET Filosofia**, v. 8, n. 16, p. 01-11, 15 dez. 2017.

FUDONG, M. Patriarchal Society Of Korea: A Case Study On Korean Comfort Women. **Internacional Journal of Advanced Research in Science and Engineering**, v. 7, n. 4, p. 122-127, 2018

GLOWACKA, Dorota; MÜHLHÄUSER, Regina. Gender-Based and Sexual Violence in the Holocaust: On the Importance of Writing this History Today. **The Journal of Holocaust Research**, p. 1-8, 2024.

GOMES, S. R.; Zamora, M. H. Negacionismo: definições, confusões epistêmicas e implicações éticas. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 30, 2024.

GROSGOUEL, Ramón. Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality. **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, v. 1, n. 1, 13 maio 2011.

GROSGOUEL, Ramón. Transmodernity, border thinking, and global coloniality. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 1-24, 2008.

HOUSE OF SHARING. Disponível em: <<http://www.nanum.org/mobile/en/sub01.php>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

Hoxha, A. Et Al. Producing Indefinite Drafts Of History: Journalists' Roles In Historic Revisionism In Europe And Beyond. **Journalism**, 19 Fev. 2024.

IGNÁCIO, Natália Arielle et al. **O controle das mídias pelo Norte Global como reforço da colonialidade**. 2023.

IWASAKI, Ieo Development of Mass Media in Japan & Its Background. [S.L: S.N.], 2008. Disponível Em: <https://www.jef.or.jp/journal/pdf/157cover01+.pdf>. 15 fev. 2024

KATO, Hiroshi. Media ethics betrayed in Japan. *East Asia Forum*, 12 fev. 2019. Disponível em: <https://eastasiaforum.org/2019/02/12/media-ethics-betrayed-in-japan>. Acesso em: 23 nov. 2024.

KELLER, Clara Iglesias. Don't Shoot the Message: Regulating Disinformation Beyond Content. **Direito Público**, v. 18, n. 99, 2021.

KH, Zharkova Elena et al. Archetypes In Metaconcept Structure. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 31, p. 51-56, 2021.

KIM, Jong. South Korea's image problem. **The Korea Times**, 25 mar. 2014. Disponível em: https://www.koreatimes.co.kr/www/opinion/2014/03/137_152871.html.

LEDA, Manuela Corrêa. **Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade**. 2014.

LEE, Hoon et al. Biased coverage of political rumors: Partisan bias in the media's coverage of political rumors in the 2017 presidential election in South Korea through issue filtering and framing. **International Journal of Communication**, v. 16, p. 21, 2022.

LEE, Hoon et al. Biased coverage of political rumors: Partisan bias in the media's coverage of political rumors in the 2017 presidential election in South Korea through issue filtering and framing. **International Journal of Communication**, v. 16, p. 21, 2022.

LEE, Hyunjung; CHO, Younghan. Introduction: Colonial modernity and beyond in East Asian contexts. **Cultural Studies**, v. 26, n. 5, p. 601-616, 2012.

LEE, J. South Korea: Media System. *The International Encyclopedia of Communication*, 28 jan. 2011.

LEITE, João. A contribuição da mídia para o ciclo de violência. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-contribuicao-da-midia-para-o-ciclo-de-violencia/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

LEME, A. Virada digital? Pesquisa histórica no ciberespaço. *Revista Tempo e Argumento*, v. 10, n. 24, p. 136–169, 6 ago. 2018.

LÉVY, C. The Women's International War Crimes Tribunal, Tokyo 2000: a feminist response to revisionism? *Clio*, n. 39, 10 abr. 2015.

LIU, J.; SANDVIK, K.; MORTENSEN, C. H. Media and communication in Asia in early 21st century: Changes, continuities, and challenges. **MedieKultur: Journal of media and communication research**, [S. l.], v. 33, n. 62, p. 5 p., 2017

LLOYD, D. Colonial Trauma/Postcolonial Recovery? Interventions, v. 2, n. 2, p. 212–228, jan. 2000.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 5, p. 111-155.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. IN_____.VAREJÃO, Adriana et al. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. **Cultural studies**, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.

MALERBA, J. História da historiografia e perspectiva global: um diálogo possível? **Esboços** - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, v. 26, n. 43, p. 457–472, 2019.

MARTINS, Ana Luiza Rios. Tempo, espaço e subjetividades: A emergência do conceito de colonialidade do ser. **Revista de Teoria da História**, v. 26, n. 2, p. 177-183, 2023.

MCDUGALL, G. J. Un. Special Rapporteur On The Situation Of Systematic Rape, S. S. And S. P. During W. Systematic rape, sexual slavery and slavery-like practices during armed conflict :: final report /: submitted by Gay J. McDougall, Special Rapporteur. digitallibrary.un.org, 22 jun. 1998.

MCNEILL, David. McCurry, Justin. Reinventing the Japan Times: How Japan's oldest English-language newspaper tacked right: Updated - **The Asia-Pacific Journal: Japan Focus**. Disponível em: <<https://apjif.org/2019/07/mcneill-kingston>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

MENDES, Caroline Garcia. Os arquivos digitais e a escrita da história a partir das fontes online. **Acervo (Rio de Janeiro)**, v. 36, n. 3, p. 1-13, 2023.

MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Neonazismo, negacionismo e extremismo político**. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

MIN, B. W. Not So Universal? The Search for Indigenous International Relations Theories in South Korea. **The Korean Journal of International Studies**, v. 14, n. 3, p. 461, 31 dez. 2016.

MIN, Byoung Won. Not so universal? The search for indigenous international relations theories in South Korea. **The Korean Journal of International Studies**, v. 14, n. 3, p. 461-487, 2016.

Ministério Das Relações Exteriores do Japão. Japan's position on "comfort women" issue. **Ministry of Foreign Affairs of Japan**, 2014. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/rp/page25e_000343.html.: 28 de fev. 2024.

Ministério Das Relações Exteriores Do Japão. Política pós-guerra do Japão. **Ministério das Relações Exteriores do Japão**, 2023. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/postwar/index.html>. Acesso em: 2 mar. 2024.

MUSTAFA, B. K. How translation serves ideology in international relations. Disponível em: <https://www.trtworld.com/opinion/how-translation-serves-ideology-in-international-relations-12726534>. Acesso em: 1 mar. 2024.

NAK-CHUNG, P. Coloniality in Korea And A South Korean Project For Overcoming Modernity. **Interventions**, v. 2, n. 1, p. 73–86, Jan. 2000.

NAPOLITANO, Marco, Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In _____ PINSKY, Carla Bassanezi. PINSKY, Jaime. **Novos combates pela história: desafios, ensino**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 85-114.

NDLOVU-GATSHENI, S. J. Decoloniality as the Future of Africa. **History Compass**, v. 13, n. 10, p. 485–496, out. 2015.

NILSSON-WRIGHT, J. Shinzo Abe: Revisionist nationalist or pragmatic realist? **BBC News**, 28 ago. 2020.

NOLTE, Ernest. “O passado que não quer passar: um discurso que pôde ser escrito, mas não proferido”. Trad. Márcio Suzuki. **Novos Estudos**, no. 25 (1989).

Office Of The Director Of National Intelligence. Japan Media. **Federation of American Scientists**, 2005. Disponível em: <https://irp.fas.org/dni/osc/japan-media.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

OGASSAWARA, J. S .O Brasil redescobre a Ásia. **Jornal da UNESP**, 2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/01/11/o-brasil-redescobre-a-asia/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

OH, M. “Eternal Other” Japan: South Koreans’ Postcolonial Identity. **The International Journal of the History of Sport**, v. 26, n. 3, p. 371–389, 4 fev. 2009.

OLIVEIRA, C. Historiografia nacionalista coreana: analisar a história para fortalecer a nação. Disponível em: <<https://revistaintertelas.com/2020/09/28/historiografia-nacionalista-coreana-analisar-a-historia-para-fortalecer-a-nacao/>>. Acesso em: 2 mar. 2024.

OLIVEIRA, C. O Soft Power asiático e sua influência no mundo. **Internacional da Amazônia**. 2023.

OLIVEIRA, L. F. Tudes, D. Os significados da perspectiva Modernidade/Colonialidade. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 11, n. 23, p. 07-19, 2019.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; SILVA, Danielle Tudes Pereira. Os significados da perspectiva Modernidade/Colonialidade. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 11, n. 23, p. 07-19, 2019.

PARK, S. W. The Present and Future of Americanization in South Korea. **Journal of Futures Studies**, v. 14, n. 1, p. 51–66, set. 2009.

PATSCHIKI, Lucas. As lutas da história imediata: para quem serve a verdade histórica?. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 12, n. 48, p. 225-240, 2012.

PAUL, Axel T., LEANZA, Matthias. Comparing Colonialism: Beyond European Exceptionalism. Introduction. **Comparativ: Leipziger Beiträge zur Universalgeschichte und Vergleichenden Gesellschaftsforschung**, v. 30, 2020.

Political Apologies. Institute of The Human Rights. Columbia University. 2016. Disponível em: <https://www.humanrightscolumbia.org/ahda/political-apologies>. Acesso em: 29/02/2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista de estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

RHEE, June Woong et al. South Korean media system: Toward a democratization model. **Korean Social Sciences Review (KSSR)**, v. 1, n. 1, p. 303-337, 2011.

RHEE, June Woong et al. South Korean Media System: Toward a Democratization Model. **Korean Social Sciences Review**, v. 1, n. 1, p. 303, 2011.

RIBEIRO, A. S. O inconsciente colonial. **Maps Memoirs**. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/95948/1/MAPS_MEMOIRS_newsletter_125_ASR_pt.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

RICOUER, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. ed. 1º. São Paulo: Unicamp, 2007.

ROCHA, Igor Tadeu Camilo; PRATES, Thiago. Revisionismos, negacionismos e usos políticos do passado: uma apresentação. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**. v. 34, n. 2, p. 3–14, 31 dez. 2021.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. **História, histórias**, v. 9, n. 17, 2021.

ROTARD, Alexander. Imperial Japanese Propaganda and the Founding of The Japan Times 1897-1904 - **The Asia-Pacific Journal: Japan Focus**. Disponível em: <https://apjif.org/2021/12/rotard>>. Acesso em: 9 ago. 2024.

ROTARD, Alexander. **Imperial Japanese Propaganda and the Founding of The Japan Times 1897-1904**.

ROUSSO, Henry. Obsession (after 1974): Jewish Memory. In _____. **The Vichy syndrome: History and memory in France since 1944**. Londres: Harvard University Press, 1991, p. 132-167.

SANTOS, Maria. Como a cobertura jornalística reconfigura a narrativa e os desdobramentos do conflito entre Palestina e Israel. **Jornal da USP**, 12 nov. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/como-a-cobertura-jornalistica-reconfigura-a-narrativa-e-os-desdobramentos-do-conflito-entre-palestina-e-israel/>. Acesso em: 23 nov. 2024

SEIL, Caroline. Confucianism and China’s Victims of SGBV: “My youth, my virginity, and my dignity were all buried at this comfort station. **The Maastricht Journal of Liberal Arts**, v. 14, 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2022

SELVIK, Kjetil; HØIGILT, Jacob. Journalism under instrumentalized political parallelism. **Journalism Studies**, v. 22, n. 5, p. 653-669, 2021.

SERRANO-MUÑOZ, J. Decolonial Theory in East Asia? Outlining a Shared Paradigm of Epistemologies of the South*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 124, p. 5–26, 1 maio de 2021.

SETTE WHITAKER, João. Desonestidade intelectual - **A Terra é Redonda**. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/desonestidade-intelectual/>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SILVA FILHO, A. F; CARDOSO, Tarcísio. Vieses cognitivos e métodos de estabelecer crenças na era da pós-verdade. In _____. **Entre Culturas: Identidade e Transformação Social** - Volume 1 / Jader Luís da Silveira (organizador) Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2023. p. 68-82.

SILVA JUNIOR, A. O Que É A Alma? What Is The Soul? **Saber Humano: Revista Científica Da Faculdade Antonio Meneghetti**, P. 35, 16 Fev. 2016.

SILVA, João. Combates pela história do Brasil: uma resposta ao revisionismo histórico. **Jornal da USP**, 15 out. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/combates-pela-historia-do-brasil-uma-resposta-ao-revisionismo-historico/>. Acesso em: 15 fev. 2024

SILVA, M. E. D. **Análise dos jornais Dong-A Ilbo e Chosun Ilbo no período da dominação japonesa na Coreia** Na Década De 20. Pucsp.Br, 2021.

SILVA, Maria. Imprensa e mídias sociais: o desafio de separar o joio do trigo. **Jornal da USP**, 14 out. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/imprensa-e-midias-sociais-o-desafio-de-separar-o-joio-do-trigo>. 15 fev. 2024

SØRENSEN, H. H. The Attitude Of The Japanese Colonial Government Towards Religion In Korea (1910-1919). **The Copenhagen Journal Of Asian Studies**, V. 8, 1993.

SOSTA, Francis. Decolonizing Listening to Decolonize Memory. **EUROPEAN S UTH**, p. 10, 2022.

Statement by Prime Minister Shinzo Abe (Speeches and Statements by the Prime Minister) | Prime Minister of Japan and His Cabinet. Disponível em: <https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201508/0814statement.html>. Acesso em: 23 nov. 2023.

SUZUKI, Márcio. “Introdução à “querela dos historiadores”. **Novos Estudos**, no. 25 (1989).

SZWAKO, Z. O que nega o negacionismo? **Cadernos de Subjetividade**, v. 1, n. 21, p. 71–78, 2020.

TAKEDA, K. Rewriting War Memory Through Translation. **Modern Languages Open**, v. 1, 2020. p. 1-9. Disponível em: <https://doi.org/10.3828/mlo.v0i0.317>. Acesso em: 27 de fev. 2024.

TAKEDA, K. Words Matter, Translation Matters. Words matter, translation matters. **Centre for International Languages**, 2021. Disponível em: <https://cil.nus.edu.sg/blogs/words-matter-translation-matters/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

TAMMARO, R. População de origem asiática é vítima de violência e preconceito na pandemia. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/populacao-de-origem-asiatica-e-vitima-de-violencia-e-preconceito-na-pandemia/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

THE CHOSUN ILBO. Opposing the “Yomiuri” on Comfort Women. Disponível em: http://english.chosun.com/site/data/html_dir/1998/08/13/1998081361375.html. Acesso em: 23 nov. 2024.

THE ECONOMIST. Why South Korea and Japan still can’t put the past behind them. *The Economist*, 28 fev. 2019. Disponível em: <https://www.economist.com/asia/2019/02/28/why-south-korea-and-japan-still-cant-put-the-past-behind-them>. Acesso em: 23 nov. 2024.

THE HANKYOREH. Editorial: Korea’s Democracy Under Threat. *The Hankyoreh*, 5 nov. 2023. Disponível em: https://www.hani.co.kr/arti/english_edition/english_editorials/3031.html. Acesso em: 23 nov. 2024.

THE JAPAN TIMES. LDP member hits sex slave entries in texts. *The Japan Times*, 24 jan. 1997. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/1997/01/24/national/ldp-member-hits-sex-slave-entries-in-texts/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

THE MAINICHI. Two former S. Korean “comfort women” voice opposition to bilateral accord. Disponível em: <https://mainichi.jp/english/articles/20160126/p2a/00m/0na/022000c>. Acesso em: 21 nov. 2023.

TIKHONOV, V. The Rise and Fall of the New Right Movement and the Historical Wars in 2000s South Korea. **European Journal of Korean Studies**, p. 5–36, 1 abr. 2019.

TIME. Poland just passed a Holocaust bill that is causing outrage. Here’s what you need to know. Disponível em: <https://time.com/5128341/poland-holocaust-law/>. 15 fev. 2024

TLOSTANOVA, Madina Vladimirovna. Coloniality of memory: violence-trauma-repentance-revenge in postdependence narratives. **Язык. Словесность. Культура**, n. 5, p. 63-87, 2014.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, p. 18-26, 2017.

UENO, Laura: “A branquitude, a orquestrar as hierarquias, lucrará cada vez mais”. **Outra Coluna**, 2020. Disponível em: <https://outracoluna.wordpress.com/2020/06/11/laura-ueno-a-branquitude-a-orquestrar-as-hierarquias-lucrara-cada-vez-mais/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

VALIM, P.; AVELAR, A. De S.; BEVERNAGE, B. Negacionismo: História, Historiografia E Perspectivas De Pesquisa. **Revista brasileira de história**, v. 42, n. 87, p. 13–36, 2021.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos de memória: Um “Eichmann de papel” e outros ensaios sobre o revisionismo**. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas, São Paulo: Papirus, 1988.

YAMAGUCHI, T. Revisionism, Ultrationalism, Sexism: Relations Between the Far Right and the Establishment Over the “Comfort Women” Issue. **Social Science Japan Journal**, v. 21, n. 2, p. 193–212, 2018.

YANG, Daqing. Documentary Evidence and the Studies of Japanese War Crimes: An Interim Assessment. In _____ DREA, E. **Introductory Essays on Researching Japanese War Crimes Records**. Washignton - DC: National Archives and Records Administration for the Nazi War Crimes and Japanese Imperial Government Records Interagency Working Group, 2006. p. 21-56

YOON, Bang-Soon L. Sexualized Racism, Gender and Nationalism: The case of Japan’s Sexual Enslavement of Korean “Comfort Women”. In: KOWNER, Rotem; DEMEL, Walter. **Race and Racism in Modern East Asia**. Boston: Editora Brill, 2015.

YOSHIMI, Yoshiaki. **Comfort Women: Sexual Slavery in the Japanese Military During World War II**. New York: Columbia University Express, 2002.

YOUNG, Nam Sun. **As relações diplomáticas entre a Coréia do Sul e o Japão: o caso das mulheres de conforto da Coréia**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Lisboa. Lisboa, 2018. 56 f.